

FERNANDO COSTA

O Banqueiro Comunista

Minha História



© Blog Cultura & Cidadania – 2022

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da

O Banqueiro Comunista – Minha História.
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2022. 150 p.

1. Doutrinas. 2. História Bancária.
3. Moedas Digitais Privadas.
I. Título.

330
C837I

Sumário

<i>Introdução. Comunismo de Banqueiro</i>	<i>4</i>
<i>Capítulo 1. Da Economia Cooperativa da Comunidade à Economia Competitiva de Mercado</i>	<i>16</i>
<i>Capítulo 2. Aborto de Banqueiros.....</i>	<i>21</i>
<i>Capítulo 3. Renascimento de O Banqueiro Comunista.....</i>	<i>34</i>
<i>Capítulo 4. O Banqueiro Comunista e sua Carteira de Títulos de Dívida Pública</i>	<i>54</i>
<i>Capítulo 5. O Banqueiro Comunista versus Moedas Privadas.....</i>	<i>59</i>
<i>Capítulo 6. O Banqueiro Comunista versus Bancos Livres.....</i>	<i>72</i>
<i>Introdução</i>	<i>72</i>
<i>Fundamentos Institucionais</i>	<i>73</i>
<i>Princípio da Escola Monetária [Currency School].....</i>	<i>74</i>
<i>Princípios de Escola Bancária [Banking School]</i>	<i>75</i>
<i>Princípio da Escola de Bancos Livres [Free Banking School]</i>	<i>78</i>
<i>Excesso de emissão monetária é um problema?</i>	<i>81</i>
<i>Como deve ser definido o Dinheiro?</i>	<i>82</i>
<i>Por qual razão os ciclos comerciais ocorrem?</i>	<i>83</i>
<i>Deve haver um Banco Central?</i>	<i>84</i>
<i>Doutrina dos Bancos Livres nos Estados Unidos</i>	<i>86</i>
<i>Considerações Finais. Direito à Propriedade Privada de Ações por Trabalhadores ...</i>	<i>89</i>
<i>Apêndice: O Banqueiro Comunista - Primeiro Artigo Publicado no Primeiro Número da RBEMF</i>	<i>95</i>
<i>Optei por ser O Banqueiro Comunista</i>	<i>100</i>
<i>Conceitos-chave para O Banqueiro Comunista</i>	<i>104</i>
<i>História Sintética de O Banqueiro Comunista</i>	<i>117</i>
<i>Dicas de O Banqueiro Comunista</i>	<i>125</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>138</i>
<i>Obras do Autor com links para download.....</i>	<i>143</i>
<i>Sobre o Autor.....</i>	<i>149</i>

Introdução. Comunismo de Banqueiro

Na *República*, Platão traça o modelo da cidade ideal. Prevê a *supressão da propriedade privada*, a fim de desaparecer qualquer conflito entre o interesse privado e o Estado, e a *supressão da família*, a fim de os afetos não diminuïrem a devoção para o *bem público*.

Não é este comunismo primitivo o defendido por O Banqueiro Comunista!

Naquela concepção platônica, o Estado só proveria a criação e a educação das camadas sociais superiores, entre os quais seus dirigentes: a casta dos guerreiros e a casta dos sábios-sacerdotes. Ao invés, os párias seriam destinados à agricultura, aos serviços manuais e ao comércio, mantendo sua organização econômica e familiar tradicional.

Caberia aos párias somente a obrigação de fornecer às castas os meios de subsistência. Seriam colocados perante a estas castas de natureza ocupacional em relação de rigorosa dependência.

Nos primórdios da civilização cristã, quando os cristãos compartilhavam “banquetes” com os pobres, além de enterrá-los sem deixar seus cadáveres ao léu, floresceram *os primeiros ideais comunistas dirigidos a todos os homens*. O cristianismo primitivo fazia, em sua prática, uma crítica social à realidade vigente no Império romano.

Os colégios ou as confrarias cristãs ofereciam a sepultura e o banquete. Os cristãos se cotizavam para garantir uma sepultura, erguer um santuário doméstico aos protetores da casa, providenciar *banquetes* para todos.

Com os convivas sentados em *banquetas* – daí a etimologia de “banquete” –, eram simples e fraternos, sendo realizados no dia do Senhor. *Compartir* era separar a refeição em partes entre indivíduos “deixados de valer” ou “inválidos”.

A propagação do cristianismo, no decorrer do século II, se relaciona com essa *luta pela cidadania*.

O ideal de vida em comum, *vivida na pobreza e na caridade*, e do conseqüente desapego dos bens terrenos, operará potentemente no cristianismo dos primeiros séculos. A natureza colocou tudo em comum para uso de todos, ou seja, ela criou o Direito Comum. A usurpação criou o Direito Privado.

O Banqueiro Comunista descrê da *caridade* – dependência de auxílio de outro – como meio de emergência social. São apenas apoios solidários e altruístas. E passageiros...

No entanto, nos séculos XII-XIII, os cristãos exaltavam a pobreza e a castidade. Proclamavam *a necessidade de pôr tudo em comum e de viver do próprio trabalho*. Repudiaram a propriedade privada. Embora fossem *comunitários*, cometeram erro histórico no sentido de enriquecimento social, sob o ponto de vista de O Banqueiro Comunista.

Por esse atraso cultural e econômico, as primeiras grandes *utopias comunistas*, formuladas por eminentes pensadores, só apareceram nos séculos XVI e XVII. Nessa época, assistia-se à progressiva decadência dos modos de produção e de vida pré-burgueses no campo.

A primeira grande *Utopia* dos tempos modernos, cujo nome foi emprestado a todas as sucessivas, foi o título da obra do inglês Thomas More (1478-1535). Este livro clássico foi lido por gerações sucessivas.

Na Inglaterra, na época da revolução industrial, havia uma profunda transformação econômico-social: comunidades rurais inteiras eram expulsas dos campos, transformados em pastagens para as ovelhas, a fim de fornecer lã para as manufaturas têxteis. Parte destes camponeses expulsos dos campos passaram a trabalhar como assalariados, em condições terríveis nas novas manufaturas.

Uma grande parte excluída constituía bandos de vagabundos famintos, entregues à rapina e às pilhagens. Frente a essa gravíssima calamidade social, as autoridades sociais foram inflexíveis na repressão violenta.

Infelizmente, também no livro *Utopia* (1516), More cometeu o mesmo equívoco de *eliminar os meios em vez alterar o fim*, ao massificar o acesso aos instrumentos de emergência social. Onde vigorasse a propriedade privada e o dinheiro fosse a medida de todas as coisas, para ele, seria difícil se concretizar *um regime político baseado na justiça e na prosperidade*.

Na ilha da *Utopia*, a ficção repetiu o erro de diagnóstico e terapia. A propriedade privada e o dinheiro seriam abolidos e todos os bens imóveis (terras, matérias-primas, oficinas etc.) pertenceriam ao Estado.

Não haveria humanos ociosos a ser sustentados pelos trabalhadores. Ninguém teria interesse em acumular bens em excesso, porque todos saberiam o necessário jamais faltar com a justa repartição.

Aconteceria isso em uma sociedade sem motivação geral para o enriquecimento com base na evolução das forças produtivas, isto é, tecnologia para obtenção de maior produtividade do trabalho? Como transporia o reino da escassez para alcançar o reino da abundância?

Aquele esboço de uma *sociedade utópica*, em lugar da *sociedade comunitária*, não se prepararia com a acumulação além do necessário no presente para o enfrentamento futuro de acidentes ou calamidades naturais com déficit de recursos. Pior, nela não seria abolida a escravidão: aos escravos — constituídos por criminosos punidos com um período de escravidão, por prisioneiros de guerra etc. — seriam destinados os trabalhos mais humildes e repugnantes.

A convicção de, ao se regular racionalmente o trabalho, ele produziria não para o lucro e o enriquecimento de poucos indivíduos, mas sim para atender a todas as necessidades da comunidade com bens em abundância, passaria a povoar o *imaginário de socialistas utópicos*. Organizada sob forma comunista, em nenhuma sociedade existiriam homens e recursos ociosos.

Bastariam quatro horas de trabalho por dia para cada habitante. Seriam suficientes para atender às exigências da comunidade. Hoje, eu, O Banqueiro Comunista atemporal, constato estar em andamento processual a redução da jornada de trabalho semanal para quatro dias úteis, porque a produtividade da 4ª.

Revolução Tecnológica da automação e robotização já permite essa conquista social.

Na *Utopia*, a produção e a distribuição dos bens seriam administradas pelas autoridades estatais. O chefe do Estado seria eleito pelo sufrágio universal e ele, em seguida, nomearia os próprios colaboradores ou ministros.

Os *niveladores*, movimento radical-democrático, surgido de 1647 a 1650, nas fileiras do exército de Cromwell na Inglaterra, foram os primeiros batalhadores por uma *democracia burguesa radical* com objetivos essencialmente políticos. Pregavam a soberania popular, manifestada pelo sufrágio universal masculino, parlamento, República, tolerância religiosa etc.

Foram considerados os primeiros representantes de um *Comunismo Utópico*. A crítica de ser inalcançável partiu de quem considerava todas essas reformas políticas como superficiais, caso não corrigissem as desigualdades do sistema econômico.

Os *niveladores* eram membros da pequena-burguesia. Achavam a Lei da Natureza se expressar em uma série de *direitos naturais*. Entre outros, defendiam o *direito de propriedade para todos* – e não só para a nobreza dinástica em uma Monarquia Absolutista – ser um dos mais importantes.

Surgiram os Escavadores [*Diggers*], considerando-se os Verdadeiros Niveladores [*true levellers*]. Esses radicais protestantes da Inglaterra foram vistos como precursores do *anarquismo moderno* e associados ao *socialismo agrário*.

Eram cerca de 50 homens, quando se reuniram perto de Oatlands, em Surrey, no mês de abril de 1649, e apossaram-se de algumas terras desocupadas para as utilizarem para o cultivo. Logo foram dispersados e seus líderes presos. Mas usaram o movimento de protesto para denunciar a exploração dos proprietários.

Essa ideologia coletivista antecipou a doutrina do socialismo e do comunismo, elaborada nos séculos XIX e XX. Queria uma revolução para substituir a competição pelo interesse da maioria da comunidade, cuja liberdade política seria impossível sem a igualdade econômica.

Os *escavadores*, reduzidos à miséria total, entendiam a Lei da Natureza como a afirmação de um *direito comum* aos meios de subsistência. Portanto, eles propugnam a *abolição da propriedade privada* — fonte de todas as injustiças e de todos os males — e, especialmente, o *fim da propriedade fundiária*, sua expressão mais significativa na época.

A terra deveria ser cultivada em comum para cada produtor se satisfazer de acordo com suas necessidades. Surgiu então a crítica da “tragédia dos comuns” (ou *tragédia dos bens comuns*), referindo-se a uma situação quando os indivíduos, agindo de forma independente, racional e de acordo com seus próprios interesses, atuam contra os interesses de uma comunidade, esgotando os bens de uso comum.

Antes da Revolução Francesa, no *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre Os Homens*, Jean-Jacques Rousseau viu na instituição da propriedade privada o ponto culminante de um fatal *processo de degeneração*. Tinha afastado os homens do estado de natureza e lançado as premissas para um *iníquo contrato social*, verdadeiro ardid arquitetado pelos ricos, do qual surgiram as sociedades civis modernas.

Preferia o Estado ser rico e o dono de tudo. Desse modo, os indivíduos repartiriam a riqueza em comum somente em proporção do seu trabalho.

A sociedade perfeita se configuraria, então, como uma sociedade integralmente planificada, na qual todos os cidadãos teriam levado os próprios produtos aos armazéns públicos. Eles seriam distribuídos de acordo com as necessidades individuais e/ou familiares.

Em vez de enxergar como uma conquista social a *propriedade privada ser um direito a ser alcançado por todos*, ela passou a ser vista como a expressão da permanente desigualdade. O ideário pré-comunista passou a ser:

1. instaurar a administração comum;
2. suprimir a propriedade privada;
3. destinar cada um, de acordo com suas aptidões, à profissão especializada;

4. obrigar aos trabalhadores depositar o fruto de seu trabalho no armazém comum;
5. criar uma administração de subsistência com registro de todos os indivíduos e todas as coisas, para as dividir dentro da mais escrupulosa igualdade.

Não escutaram meu aconselhamento, talvez por acharem um banqueiro não poder ser comunista. Eu colaboraria mais adequadamente nesse papel distributivo de meios de pagamentos, gestão de dinheiro e financiamentos de empreendimentos.

Além disso, eu advertiria: sem *alavancagem financeira*, a diminuta escala da produção capitalista e a ausência de produção e emprego massivos, esse *programa comunista primitivo* estaria baseado essencialmente nas formas econômicas artesanais, em vez de nas industriais tecnologicamente mais avançadas. Resultaria fatalmente na constatação da pobreza e estagnação das forças produtivas, em lugar de ações para expansão e desenvolvimento destas.

Outro grave problema político eu poderia ter antecipado, devido à minha onipresença ao longo de todo o tempo vivenciado de mudança de modo de produção e de vida:

- a dificuldade de instauração da *democracia direta*, em uma sociedade massiva, e
- o conseqüente *domínio da minoria iluminada*.

De fato, o próprio corpo legislativo deveria ser submetido ao mais rigoroso controle por parte do povo. Esclarecido sobre questões complexas, este exerceria seu direito de veto (ou não) plebiscitário.

Na prática, o Poder Legislativo, embora eleito pelo povo, deveria ter somente o direito de propor as leis, enquanto a decisão definitiva sobre questões constitucionais deveria caber só e exclusivamente ao próprio povo. Infelizmente, a grande maioria do povo é dissuadida do caminho do bem e da virtude, é obcecada pelos interesses particulares e enganada pelas astúcias dos reacionários e dos intrigantes.

Daí muitos deduzem haver uma tarefa insubstituível para uma *minoria iluminada*, auto imposta na vanguarda, levar a revolução à meta social. Serão esses poucos cidadãos sábios, eterna e profundamente imbuídos de amor pela comunidade e pela humanidade?

Eles teriam sondado já longamente as causas dos males públicos. Por isso, eles teriam se libertado dos preconceitos e dos vícios comuns na mentalidade dos contemporâneos.

A propósito do papel e das funções dessa minoria iluminada, nasceu a infeliz ideia da *ditadura da insurreição*. Nessa tirania, os "revolucionários" não deveriam hesitar em adotar medidas políticas extremas para garantir o sucesso da própria obra para si!

Em contraponto, entre o fim da Revolução Francesa e o ano de 1848, os socialistas utópicos e os comunistas democráticos adotaram uma diversa maneira de conceber a passagem da velha para a nova sociedade: *uma passagem não violenta, mas sim pacífica*. Seria baseada essencialmente na força da convicção pacífica e do exemplo de novas *comunidades harmoniosas*, fundadas na cooperação e na fraterna união de seus componentes.

Contra a visão de O Banqueiro Comunista, no interior de comunidades substancialmente autárquicas, não se preocupavam por o comércio exterior ser reduzido ao mínimo – e não ser globalizado em uma divisão internacional do trabalho onde se exploraria as vantagens comparativas de cada qual. Os trabalhadores evitariam também a classificada como "escavidão da divisão do trabalho". Mas como aumentariam a produtividade?!

Esses socialistas/comunistas utópicos chegaram a planejar *comunas*, isto é, vilas fundadas na cooperação, constituídas de desempregados, aos quais foram dados lotes de terra para cultivar. Tais comunas foram, portanto, fundamentalmente, agrícolas.

As comunas trocavam os produtos excedentes. Em tese, essa "feira de aldeia" permitiria superar a economia de mercado.

Dispensaram meus préstimos monetários e cambiais, inclusive para se prepararem frente as futuras trocas internacionais. Em poucos anos, tais experimentos faliram...

Se os *retrógrados* basearam seus projetos de regeneração da sociedade sobre pequenas comunidades, os *futuristas* projetaram, ao invés, uma organização em escala nacional, quiçá planetária. Seria rigorosamente *comunista*, porque excluiria qualquer forma, mesmo mínima, de propriedade pessoal, até mesmo de moradia e bens de consumo durável!

Nessa imaginária uniformidade, não somente haveria a supressão de todas as diferenças sociais, mas até das diferenças no modo de vestir! Isso era uma visão militar e autoritária com a *despersonalização dos indivíduos*, evidentemente, um erro tirânico...

Os meios de produção deveriam ser de propriedade comum da coletividade, a qual elegeria os funcionários encarregados de elaborar os planos de produção anuais. Cada cidadão daria à coletividade uma quantidade igual de trabalho e receberia de um armazém público o necessário para a própria vida.

Veja, *todos os comunistas primitivos pensavam pequeno ao imaginar pensarem grande*. Não perceberam a escala dos negócios, de local para internacional, depender da tomada de crédito bancário.

Deveriam ter uma concepção essencialmente evolucionária. A nova sociedade deveria ser alcançada não através da *revolução*, mas através da *re-evolução* sistêmica com educação, convicção e exemplo, para haver *uma progressiva evolução democrática*.

Haveria um passo à frente essencial: conjugar estritamente os ideais socialistas e comunistas com a organização industrial do mundo moderno. Somente a grande indústria estaria em condições de produzir uma quantidade enorme de riquezas, mas a organização social, fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção, fazia as vantagens da indústria ser usufruídas somente por poucos.

Se me escutassem, eu teria antecipado a boa notícia: isso mudaria com a China e os avanços tecnológicos no século XXI. A *revolução comunista* chinesa acabou provocando uma *revolução consumista* em todo o mundo! Bens de luxo viraram bens de consumo durável acessíveis ao populacho com crédito ao consumidor!

Houve a firme condenação, por parte dos mais radicais dos adeptos de Saint-Simon, da "exploração do homem pelo homem".

Essa formulação é adotada, *ipsis literis*, por Marx e Engels em seu *Manifesto Comunista* (1848). Tempos depois, escutei no Socialismo Realmente Existente (SOREX) a piada popular: “no SOREX, mudou a ‘exploração do homem pelo homem’ para o inverso”...

Para Marx e Engels, enquanto a condição de existência das classes pré-burguesas era a imutável conservação do antigo modo de produção, a burguesia, ao invés, não poderia existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção. Em consequência, mudavam as relações de produção e, também, todo o conjunto de relações sociais.

A necessidade de mercados cada vez mais amplos para os seus produtos a levou para explorar (e comercializar com) todo o globo terrestre. Aperfeiçoando rapidamente todos os instrumentos da produção, tornando infinitamente mais rápidas as comunicações, impeliu para a civilização também as nações mais atrasadas.

“Os módicos preços de suas mercadorias foram a artilharia pesada com a qual ela derrubou todas as muralhas chinesas”. Isso foi uma metáfora antecipatória, em meados do século XIX, do cenário a ocorrer em transposição àquelas muralhas no século XXI.

Com a criação do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolitas a produção e o consumo de todos os países. Aniquilou as antigas indústrias nacionais e as suplantou com novas indústrias multinacionais.

Estabeleceu-se uma nova divisão internacional do trabalho, onde alguns exportam *commodities* produzidas com elevada produtividade e importam produtos industriais. Não os consegue produzir por ainda não dispõem de Ensino Superior massificado, Ciência e Tecnologia apropriada.

No entanto, um desenvolvimento excludente na periferia do capitalismo condena a grande maioria da população a uma extrema indigência e a uma progressiva exclusão dos benefícios da enorme riqueza material produzida. Este contraste se manifesta nas crises comerciais, quando explode uma epidemia social de superprodução ou mais precisamente de baixa utilização da potencial capacidade produtiva.

As forças produtivas se tornaram potentes demais e as relações de exploração demasiado estreitas para distribuir renda sem concentração de modo todo o povo consumir os bens potenciais de ser produzidos, mas não feitos por não serem vendidos. Nessa situação, deveriam me aceitar socialmente, para eu conceder meios de pagamento ou crédito abundante aos consumidores, antes propiciando-lhes a acumulação de reservas financeiras.

Com minha onipresença, eu teria advertido Marx quanto ao seu *erro de análise futurista*. Ele prognosticou: “o capitalismo, na sua ascensão, aniquila progressivamente as classes intermediárias e as proletariza: o número dos operários está, assim, destinado a aumentar constantemente e, no estágio mais alto do desenvolvimento capitalista, se defrontariam somente duas classes: a burguesia e o proletariado”.

Fracassou totalmente quanto ao seu *determinismo histórico*. Hoje, observa-se “o adeus ao proletariado”. Ninguém tem mais uma grande prole, tampouco o operariado industrial cada vez mais reduzido.

Robôs, automação, digitalização, todas as inovações tecnológicas ampliam progressivamente as classes intermediárias de renda com maior nível de escolaridade. O antes chamado “exército industrial de reserva”, sem capacitação profissional adequada aos novos tempos, necessita sim de RBU (Renda Básica Universal) para sua sobrevivência.

Na vida real, a classe operária não se tornou a grande maioria da população, por causa da ausência de proletarização das classes intermediárias detentoras de maior escolaridade. Então, ao contrário do esperado pelo vaticínio histórico marxista, “a desapropriação dos desapropriadores” deixou de ser “um fato absolutamente necessário e inevitável”.

Acertou ao achar ser possível uma transformação comunista da sociedade somente quando a evolução capitalista tivesse atingido seu cume. Alguma tentativa de apressar arbitrariamente o tempo da revolução resultaria em insucesso ou adoção de medidas terroristas, descaracterizando a própria revolução em busca de bem-estar social.

O Banqueiro Comunista concorda com Marx quanto a somente uma sociedade com enorme aumento de riqueza social tornar possível a aplicação da regra distributiva comunista em lugar da socialista: *de cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo as necessidades.*

Também concorda: o direito igualitário burguês é abstratamente nivelador, porque *aplica a todos os homens uma medida igual, sem ter em conta suas diferenças naturais: físicas, familiares, intelectuais, etc.*

Na sociedade comunista, deseja-se ser superado o direito burguês por "ele tratar os desiguais como iguais". Espera-se cada um contribuir para a produção social segundo as próprias *capacidades* e receber bens e serviços segundo suas *necessidades*.

Para atingir esse objetivo, porém, é necessário as forças produtivas atingirem o máximo desenvolvimento e as fontes da riqueza social produzirem com toda sua plenitude. Para tanto, são necessárias a minhas insuperáveis ações de banqueiro em escala massiva: *pagamentos, investimentos e financiamentos.*

Lenin e os bolcheviques "forçaram" o ritmo do processo histórico. Apressaram, arbitrariamente, suas fases. O processo revolucionário não conseguiu "saltar etapas", quanto à democracia e ao bem-estar social, em um país atrasado no desenvolvimento capitalista.

Segundo Kautsky, quanto mais capitalista é um Estado e quanto mais democrático, tanto mais ele se encontra próximo ao socialismo. Quanto mais um Estado é democrático, tanto melhores organizados e educados são seus trabalhadores – e capazes de colocar no poder seus representantes confiáveis, sujeitos à alternância democrática de poder.

Um voluntarismo revolucionário se configura, fatalmente, como uma *ditadura de minoria*. Sua vanguarda militarizada adotará, inevitavelmente, um regime fundado nos seus meios de controle policiais. Confira todos os casos de "socialismo realmente existente"!

Pelo contrário, poder dos trabalhadores será alcançado através da *conquista democrática de seguidas maiorias parlamentares*. Essas

maiorias não deverão suprimir nem limitar as liberdades civis e políticas.

Deverão verificar, periodicamente, as bases do próprio consenso através de livres eleições. Poderão recorrer a meios coercitivos exclusivamente contra aqueles movimentos e grupos minoritários opositores com violência à democracia eleitoral e às instituições legais.

Marx, em meados do século XIX, achava necessária a superação da *democracia representativa ou delegada*, para sua substituição por uma *democracia direta*. Kautsky reavaliou, no início do século XX, a *democracia representativa* ser um instrumento fundamental a ser fortalecido, pois não poderia ser substituída por *democracia direta*, em sociedades massivas, com enorme população.

Só haverá *mudança sistêmica socialmente benéfica* com um rigoroso respeito às liberdades civis e políticas, no livre confronto parlamentar e nas regras de uma sociedade pluralista. Nesse sentido, sou O Banqueiro Comunista, reformista, socialdemocrata ou qualquer adjetivo à esquerda.

Ninguém, nem o (con)sagrado Marx, tem condições de predizer ou adivinhar o futuro. Fazer profecia ou predição é coisa de vidente fraudador.

Um comunista pragmático como eu, vivenciado em experiências comunitárias seculares, pode fazer uma suposição realista de algo ser possível de acontecer com base em progressiva mudança gradual da realidade atual. Mas, por via das dúvidas, faço *hedge*, para proteger os valores sob minha guarda, caso meu prognóstico falhar, como é possível...

Capítulo 1. Da Economia Cooperativa da Comunidade à Economia Competitiva de Mercado

O *método hipotético-dedutivo* pressupõe todas as explicações científicas assumirem a forma de dedução de um enunciado sobre um evento a partir de pelo menos uma “lei universal”. É detectada por certo padrão detectado em leituras de séries temporais.

O *método histórico-indutivo* faz frente às diversas falsidades criadas pela tradição da dedução lógica de causa-e-efeito. A demonstração racional desvia o homem de seu caminho histórico, dizendo mais sobre uma pressuposta racionalidade humana em lugar de explicar o universo.

Em muitos lugares diferentes, formas tribais de escambo ou trocas cooperativas a prazo ainda existem. Seria uma hipótese ou um fato, nos primórdios históricos ou mesmo em sociedades tribais ainda existentes, haver uma *economia de cooperação*?

Ao aceitar como fato o *altruísmo* – preocupação com o outro – ser um instinto humano, indicando uma atitude de amor desinteressado ao próximo contra o instinto de egoísmo, aceita-se não existir o *Homo Economicus*. Este ente abstrato seria um agente egoísta, representativo da plena racionalidade, em uma economia de mercado competitiva, onde só existiria a busca do auto interesse.

Altruísmo também pode ser sinônimo de *filantropia*, outro fato observável. É fruto uma doutrina ética onde o interesse pelo próximo é um princípio supremo da moralidade.

Uma economia equilibrada seria composta só por mercadores intangíveis com relações impessoais estabelecidas através de trocas por dinheiro? Esta seria a ordem natural? Essa fé em mercado livre pode ser observada em comunidades tribais?

A origem da atividade econômica está na capacidade humana de trocas e permutas. Esta se encontra até nas tribos nativas existentes nas Américas primitivas ou sobreviventes ao capitalismo selvagem.

Nelas, não havia dinheiro. As trocas eram diretas entre caças ou outras comidas extraídas da natureza: dar isto por aquilo em barganha igualitária ao satisfazer ambos negociantes. Negociavam até chegar a um acordo.

Gradualmente, à medida que as comunidades cresciam e produziam bens agropastoris, tornou-se inconveniente achar exatamente o produto pretendido no local de maneira rápida. Ao encontrar mais facilmente algo desejado por todos, esse objeto se converte em dinheiro, isto é, uma moeda capaz de cumprir três funções em simultâneo: reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento.

Assim, com a impessoalidade da troca regida por dinheiro, a atividade econômica se separa do contexto local ou das atitudes psicológicas. Estas são baseadas na confiança mútua ou no autocontrole social contra quem quebra normas culturais.

Nenhum antropólogo encontrou um lugar comunitário onde teria havido, originalmente, essas pressupostas transações de livre mercado. Essa estória idílica foi inventada por economistas.

Havia sim trocas diretas em comércio à vista. Mas, em comunidades isoladas, as permutas de caças ou pescas não aconteceram como é imaginado pelos adeptos do "*laissez-faire*".

A divisão da carne, por exemplo, não era determinada por quem caçasse o bicho. Na realidade, cozinhavam-no e todos da aldeia o comiam juntos.

No passado, vigorava uma *partilha comunitária*, baseada em *reciprocidade*. Se, em um dia, alguém não conseguisse caçar ou pescar, mais adiante, *a prazo*, ele retribuía com seu esforço compensatório.

Já a *comunidade feudal* renunciou a sua independência ao se subordinar à servidão com a meação entre uso da terra e defesa do senhor contra invasores em troca da divisão de seus produtos. Quando os suseranos passam a se aliar, por razão militar com o propósito de ganhar maior escala nas batalhas, surgiram as *moedas cunhadas* com a senhoriagem – a cara ou a coroa do senhor emissor

– em cada reino. Mercadorias passaram a ser trocadas por elas em feiras das aldeias.

A Monarquia, para seu domínio, adotou o mito da predestinação divina e o comportamento nobre. Este avanço civilizatório foi exigido nas interações na corte, contrapondo-se aos hábitos feudais bárbaros.

Acabou por se confrontar com revoluções burguesas. Teve de se subordinar a uma Constituição impessoal, seja perdurando uma Monarquia dinástica, seja avançando para uma República com eleições. Surgiram o Estado e a moeda nacional fiduciária, baseado no risco soberano.

A reciprocidade era um sistema funcional em uma família ou uma aldeia comunitária, onde se dividiam as caças, pescas ou produtos das lavouras com as pessoas integrantes do círculo de relacionamentos: uma compensava a outra em *cooperação mútua*. Não era uma troca igualitária, mas sim dar algo e, quando o outro tivesse outra coisa, ele lhe retribuiria.

Economistas são alertados por antropólogos a respeito dessa troca não ter sido sempre igualitária como eles imaginam ser a realizada em um livre mercado. Seu *método dedutivo-racional* não tem nada a ver com a realidade histórica ou empírica.

Não houve uma evolução direta de uma *economia de permuta solidária* para uma *economia de mercado* como é contado pela teoria liberal, vinda do século XVIII. Na realidade, a colonização, a escravidão e o sistema capitalista se impuseram através de armas, germes e tecnologia sobre as tribos ou as comunidades primitivas, baseadas em *economias de cooperação*.

Nativos escravizados não tinham qualquer noção anterior sobre dinheiro, exigido para comprar mercadorias, especialmente sob forma de moedas metálicas em ouro, prata ou cobre. O capitalismo não foi uma evolução dentro de uma “ordem natural”.

Um sistema monetário-financeiro foi imposto à força das armas de monarquias europeias e do financiamento das grandes navegações marítimas. A conquista das Américas, realizada por conta dos

mercadores venezianos ou holandeses, massacrou nativos com “armas, germes e aço”.

Os teóricos cuidaram, *ex-post* (após os fatos transcorridos), de criar ideias para a justificação racional do sistema capitalista como todos os seres humanos fossem *Homo Economicus*. O capitalismo não foi o resultado de ideias, mas sim de processos históricos sistêmicos.

Entre eles se destacou o componente da *revolução tecnológica*, baseada em conhecimento científico. Emergiu contra as escrituras religiosas da Antiguidade.

A acumulação de dinheiro, a partir das plantações de tabaco e de açúcar e das extrações das minas de ouro e prata nas Américas, foi fundamental para a revolução industrial na Europa.

Diferentemente, a China não fez a conquista da África nem da América, 80 anos antes de Cristóvão Colombo, por autossuficiência. Não tinha sentido para os chineses a acumulação de ouro e prata como era o objetivo da relação entre credores (banqueiros) e empreendedores europeus nas grandes navegações.

Estes já experimentavam a *alavancagem financeira* através de um retorno muito superior ao investimento original. A maior escala nos empreendimentos era possibilitada pela soma de capital de terceiros ao capital próprio, daí o maior lucro.

A História revelou, entretanto, *o controle discricionário sobre o dinheiro fiduciário*, seja do governo, seja do livre-mercado, não evitar a instabilidade inflacionária até a hiperinflação. As sociedades, em reação e em vão, tentaram colocar restrições ou limitações absolutas nesse potencial perigoso.

O *padrão-ouro* foi uma dessas tentativas insustentáveis. A ortodoxia econômica criou outro mito: enquanto os Bancos Centrais fossem independentes o suficiente para recusar o financiamento monetário de déficits fiscais, resultaria em estabilidade financeira e macroeconômica.

Mas a crise financeira recente mostrou essa regra também ser insuficiente. Embora a criação excessiva de *dinheiro fiduciário* por governo possa gerar crise ao levar a demanda agregada ficar acima da oferta agregada, em “inflação verdadeira”, também pode a gestar

o *crédito privado* com consequente criação de dinheiro em excesso face a plena ocupação da capacidade produtiva.

Os mercados deixados livres na criação de crédito privado podem criar um excesso de alavancagem de dívida, crise sistêmica, desalavancagem financeira e recessão pós-crise. Podem fazê-lo mesmo se a inflação estiver baixa e estável.

Capítulo 2. Aborto de Banqueiros

Jacques Le Goff, em seu clássico livro *A Idade Média e O Dinheiro: Ensaio de uma Antropologia Histórica*, quando analisa o século XIII, narra o seguinte. “A riqueza é nova. Não mais a da terra, dos senhores e dos mosteiros, mas a dos burgueses, dos comerciantes, daqueles chamados de *usurários*. Logo vão se tornar *banqueiros*. É a riqueza expressa em valores monetários, quer se trate de moedas reais ou de moedas de conta” (2014: 219).

O dinheiro transitou entre o vício e a virtude. A pobreza religiosa e a economia de proveito tinham conseguido um meio de coabitar na Europa medieval.

Há muito o dinheiro se insinuara no imaginário cristão. Comparava a hóstia consagrada a uma moeda da melhor cunhagem.

O formato circular da hóstia lembrava o formato de uma moeda. A capacidade da hóstia consagrada de equivaler à salvação terrena correspondia à capacidade da moeda de representar um valor para tanto.

A essa *riqueza nova* se opunha uma *pobreza nova*. “Pobreza de Jó” deixava de ser uma das consequências do pecado original e passava a ser uma *pobreza valorizada*, ligada à mudança da imagem de Jesus na espiritualidade cristã: *possibilidade de emergência ou renascimento*.

Exatamente como a *riqueza nova* resultava do trabalho, a *pobreza nova* resultava de uma escolha, era uma *pobreza voluntária*. Não se compreenderá bem como o dinheiro se impôs à sociedade medieval se não se distinguirem estes dois tipos de pobreza: *uma sofrida*, involuntariamente, *outra voluntária* por humildade, mas superável pelo trabalho.

“No século XIII, a necessidade de responder a uma circulação crescente de dinheiro e de estabelecer uma solidariedade entre artesãos e comerciantes proporciona o surgimento de diversas

formas de associações, como existem em outros domínios das confrarias ou das caridades” (Le Goff; 2014: 231).

Divisão do trabalho aumenta produtividade. Ao mesmo tempo, demanda moeda como meio-de-troca.

Ainda era estreita a regulamentação da vida econômica por:

- a extrema fragmentação das atividades artesanais em ofícios muito especializados,
- a importância relativamente secundária do dinheiro na estrutura e no funcionamento desses ofícios.

A aprendizagem ainda era gratuita e dependia antes das relações sociais em vez das possibilidades financeiras. A difusão do dinheiro amplificou o desenvolvimento da escrita, assim como a existência dos Manuais de Aritmética e daí a necessária Contabilidade a partir do século XIII.

A *urbanização* cada vez maior do comerciante reduziu a partir do século XIII a importância das *feiras*. Elas sobreviveram para a troca de bens e o ganho de dinheiro até o fim da Idade Média – e ainda hoje!

O comerciante pôde aumentar a rede de seus negócios por meio da multiplicação de contratos de compras a prazo e vendas à vista e de associações. Tornaram um fato mais comum recorrer ao dinheiro, quer se tratasse de transferência de meio de pagamentos, quer de avaliação em unidade de conta. Constituía reserva de valor.

Os contratantes se associavam com sócios para repartir os riscos e as vantagens. As relações entre essas associações eram as de quem empresta e de quem pede o empréstimo.

Em torno de alguns comerciantes e de algumas famílias desenvolveram-se organizações complexas mais ou menos poderosas às quais frequentemente se deu o nome de *companhias*. Essas companhias, ainda não *sociedades abertas* com lançamento de ações – isso só ocorreria no início do século XVII na Holanda –, passaram, na segunda metade do longo século XIII, da atividade essencial de troca a uma atividade mais diversificada, mais complexa e mais especuladora como verdadeiros *bancos*.

Os bancos modernizaram e tornaram mais eficiente o sistema de compatibilidade dos negócios pela divisão em duas partes: *ativos e passivos*. A principal inovação técnica dos banqueiros foi a lenta difusão a partir da segunda metade do século XIII da *Letra de Câmbio*, emitida em vendas a prazo. Os livros de contabilidade se multiplicavam para facilitar a atividade comercial e bancária.

“Desenvolve-se em consequência um *mercado de trocas*. Torna-se mais ativo nos séculos XIV e XV e introduz em uma grande parte da cristandade uma viva especulação” (Le Goff; 2014: 235).

Se, no fim do século XIII e no início do século XIV, a expansão do uso e da difusão do dinheiro atingiu a maior parte da cristandade — inegavelmente, pois, *se os Países Baixos desenvolveram o comércio, pouco tiveram relacionamento com o desenvolvimento de sistema bancário* —, surgiram as primeiras dificuldades, devidas a esse uso e a essa circulação monetária. Elas foram principalmente *a falência de bancos* e as bruscas alterações no valor das moedas, chamadas de *mutações monetárias*.

As dificuldades dos bancos conduziram alguns deles, e não só dos menores, à falência. A bancarrota não era de se estranhar nessa fase primitiva, quando o endividamento era crescente. Particulares e companhias assumiam riscos sem avaliação prudencial.

Aconteciam, sobretudo, quando os bancos ficavam sob *a pressão do poder político da Santa Sé e dos príncipes*, obrigando-lhes conceder empréstimos de longo prazo não reembolsáveis. Oneravam cada vez mais suas reservas.

Raro leitor, percebe como essas dificuldades perante os poderosos, narradas por meus antecedentes, inapelavelmente me levou mais tarde a me tornar O Banqueiro Comunista?

Jacques Le Goff informa: “nossa documentação é muito escassa, em particular sobre a multiplicação e o aumento em valor dos empréstimos e, em consequência, do endividamento. Como vimos, impulsionava a um ponto máximo esse endividamento a parte assumida pelos príncipes em processo de estabelecer suas administrações e seus Estados — sem dispor ainda de meios financeiros. A eles os banqueiros não podiam recusar empréstimos” (2014: 244).

Milão tornou-se, no fim do século XIII, o grande centro dos negócios. Gênova e, principalmente, Veneza se tornaram centros do comércio de dinheiro entre o Mediterrâneo e o Oriente e o Mar do Norte e os Países Baixos.

Arruinadas pelos empréstimos não reembolsados por reis de França, muitas companhias bancárias de Sena e de Florença foram à falência. O golpe fatal deu-se, no início do reinado Filipe VI (1328-1350), para financiar os preparativos da Guerra dos Cem Anos.

Em compensação, na Inglaterra e nos Países Baixos, os meus pares banqueiros foram em geral mais bem tratados. Porém, um grande banqueiro, promovido a nobre e conselheiro de duque, devido a uma denúncia de usura por um particular, chegou a ficar preso. Mostra o caráter ainda ambíguo do dinheiro no início do século XIV.

Meus antecedentes abortados, no nascedouro dessa nobre atividade bancária, também tiveram posição de primeiro plano junto aos reis da Inglaterra no fim do século XIII e início do século XIV. Mas, em geral, eles foram *detestados e vilipendiados* na maior parte da cristandade, onde o dinheiro não tinha adquirido "carta de nobreza" e na qual todos os membros da sociedade mais ou menos endividados abominavam os emprestadores.

Mas, se os banqueiros dividiram com os judeus a imagem ruim dos emprestadores de dinheiro na cristandade, a hostilidade e até mesmo a aversão suscitada não se transformaram em perseguição, tal como se deu com os judeus. Isso simplesmente porque no caso dos meus pares não havia elementos religiosos nem históricos na imagem ruim pela qual se transformou a deles próprios entre os cristãos.

Ao lado dos emprestadores, dos quais nem sempre se distinguiram, os *cambistas* surgiram a partir do fim do século XII. Eles exerciam uma função tornada indispensável pela diversidade crescente das moedas. Faziam suas operações através de um banco ou mesmo sentados em um banco sob mesa ao ar livre, em escritório aberto para a rua como o de qualquer artesão.

Exerciam duas funções tradicionais: *a troca de moedas* (motivo do nome de cambistas) e *o comércio dos metais preciosos*. Eram os principais fornecedores da moeda convertida de metais preciosos

recebidos de seus clientes sob a forma de lingotes ou mais comumente de baixela de metal nobre.

De acordo com as circunstâncias, também exportavam esses metais preciosos, apesar do monopólio teórico dos *moedeiros*. Por meio dessas operações, influenciavam fortemente os preços dos metais preciosos e suas flutuações.

“Os problemas perceptíveis a partir do fim do século XIII no domínio do dinheiro manifestavam-se também pelas alterações no valor das moedas em uso”, às quais Jacques Le Goff chama de *mutações monetárias*.

As *moedas medievais* circulavam, em geral, segundo um custo legal, fixado pela autoridade pública. O *direito de moedagem*, quer dizer, de cunhagem e de pôr em circulação a moeda era detido por senhores feudais, bispos e cada vez mais príncipes e reis em suas cortes.

Ao lado dessa circulação legal, havia também uma circulação “comercial” ou “voluntária”, definida pelos meios comerciais, porém secundária e flutuante. Durante longo tempo essa *dupla circulação* era globalmente estável.

Mas, no fim do século XIII, o poder moedeiro começou a modificar o valor de troca: expresso em unidade monetária, por um lado, em peso de metal, por outro. Essa alteração chamou-se *mutação*.

Mutações podiam ser operadas em dois sentidos:

1. *era possível “reforçar” uma moeda*, aumentando o peso de metal correspondente a uma dada unidade monetária, mas também
2. *era possível enfraquecê-la*, inclusive as mutações monetárias mais numerosas e mais importantes foram enfraquecimentos e não reforços, ou seja, *desvalorizações*.

O sistema de valor da moeda se complicou no século XIII pela retomada da cunhagem do ouro e o estabelecimento na área da cristandade de um *sistema de bimetalismo*. O valor das moedas passou a depender de três elementos diferentes a se combinarem:

1. o peso em metal precioso,
2. o valor em relação às outras moedas, e
3. o valor em relação à moeda de conta soberana.

Quando o preço do ouro aumentava, uma série de mutações de enfraquecimentos levava o governo real se tornar impotente para conter nova baixa. *A moeda se liquefazia...*

Essas mutações não tinham como finalidade única adaptar a circulação monetária às atividades econômicas, serviam também para os príncipes, e em particular para o rei da França, como meio de ganhar dinheiro, diminuindo seu endividamento. Naquela realidade, o rei não dispunha de um fisco eficiente.

Para os comerciantes e assalariados, essas medidas, ao contrário, eram desfavoráveis. Provocavam vivas reações hostis ao governo real.

Daí as mutações monetárias foram uma das principais causas das revoltas populares e das complicações políticas do século XIV. O rei deveria assegurar uma moeda “boa”, com o significado de ter valor estável.

Esta era uma exigência da opinião pública, postura cujas reações a essas mutações monetárias ajudaram a se formar. Essas mutações valeram a Filipe, o Belo, o apodo pejorativo de “moedeiro falso”.

Curiosamente, durante quase toda a Idade Média, as imitações de moedas bizantinas ou muçulmanas circularam na cristandade, dado o imaginário social lhes atribuir valor. A noção pejorativa de *falso moedeiro* esteve ligada ao nascimento dos Estados pretensamente soberanos – e era uma *noção pós-feudal*.

Ela se referia à instituição progressiva de um direito real sobre as moedas. Sua violação introduzia o mais tarde chamado de “*lesa-majestade*” – e mais adiante “crime *lesa-pátria*”.

Nos séculos XIV e XV, surgiram alguns casos de repressão muito dura à *falsa moedagem*. Constituía uma usurpação do direito real de cunhar moeda.

Desde o século XIII, a punição se deu por uma forma de morte cruel, seja vazar os olhos, seja fervura em um caldeirão. Talvez tenha sido amplamente ameaçadora. Ninguém buscava provar se valia a pena...

A atenção mantida pelas autoridades reais em relação à estabilidade monetária não era a mesma na organização do fisco. Um dos grandes papéis do dinheiro na Idade Média era, ao lado de seu emprego no desenvolvimento do comércio e das trocas cotidianas, favorecer o surgimento ou crescimento de necessidades em dinheiro dos Estados nascentes.

Esse fenômeno essencial da Idade Média, o embargo de Estados centralizados — ou de Estados em gestação — sobre a autoridade pública, buscou (e em parte conseguiu) na emissão da moeda oficial os meios tornados necessários à sua realização. No regime feudal clássico, o rei, como o maior dos senhores, devia em primeiro lugar “viver do seu”, quer dizer das rendas do próprio domínio real.

Isso, especialmente na França, embora tenha sido uma realidade crescente nos séculos XIII e XIV, tornou-se cada vez mais insuficiente para garantir o financiamento das grandes senhorias. Os Estados monárquicos empregavam um número cada vez maior de servidores em todos os níveis.

Da mesma forma, o papel dos grandes senhores e dos soberanos se reforçou nos domínios da administração, da justiça, da economia — graças às moedas oficiais. Houve crescimento permanente da pompa senhorial e real nas vestes, nas festas, nos presentes etc.

Logo, tornou-se necessária a obtenção pelo grande senhor ou pelo rei, por meio dos seus súditos, de recursos excepcionais designados em geral pelo vocábulo *fisco*. Desde a Roma imperial, referia-se à parte dos recursos financeiros do Estado, destinados à manutenção do Príncipe.

Confiscação ou *confisco*, desde então, era a tomada da propriedade de uma dada pessoa ou organização, por parte do governo ou outra autoridade pública, sem haver o pagamento de

qualquer compensação. Era uma forma de punição para determinado delito.

Também uma necessidade de fontes extraordinárias se manifestou junto a organismos em geral tornados independentes a partir do século XII. Viviam cada vez desses recursos arrecadados ou confiscados: *as cidades-Estados*.

A primeira justificativa para ser imposto esse *fisco excepcional* foi a Cruzada. O rei da França, por exemplo, cobrou um imposto excepcional chamado *dízimo*. Manteve-o depois das Cruzadas. Destinado a garantir a ordem no reino, foi dividido com o papado a partir do fim do século XIII.

Os séculos XIV e XV foram marcados por uma *queda demográfica*. Na verdade, começou na primeira metade do século XIV, no qual reapareceu uma Grande Fome em 1317-1318.

Nesse tempo, o refluxo demográfico produziu o chamado de "a deserção das cidades". Essa *crise demográfica* agravou-se pesadamente a partir de 1348 pela sucessão das epidemias da *peste negra*, denominação da peste bubônica. As guerras também influíram pesadamente sobre as disponibilidades financeiras das cidades, dos príncipes e dos Estados.

Além do peso maior ou menor da demografia, o *fisco* nos dois últimos séculos da Idade Média foi submetido a altos e baixos. Os Estados precisaram buscar rendas mais relevantes, ligadas ao desenvolvimento de seus poderes, mas a resistência das populações em geral não permitiu eles terem um *fisco estável* antes do século XVI.

O Estado aparentemente com a melhor prática fiscal foi o da Igreja, embora também tenha conhecido altos e baixos. A ação uniformizadora da Câmara Apostólica recorreu a *banqueiros leigos*, como eu, O Banqueiro Comunista.

Ignoraram eu ser ateu por descendência! Meus antecedentes fizeram do papado de Avignon, na primeira metade do século XIV, a principal potência financeira da cristandade.

As relações em geral foram pacíficas com as cidades e os Estados italianos e durante algum tempo com o reino da França.

Entretanto, na Alemanha da futura reforma protestante, no século XVI, se opôs fortemente às pretensões financeiras pontifícias.

Também houve praticamente um Estado de Guerra incessante em torno do *fisco* entre a monarquia inglesa e a Santa Sé. Essa situação se repetiu, em parte, na França do século XV.

As duas principais receitas fiscais do papado tinham diferentes capacidades arrecadatórias:

1. os *dízimos* descontados dos crentes cristãos puderam adaptar-se à evolução dos lucros dos benefícios;
2. as *anatas* (compostas da taxa correspondente a um ano de rendas obrigatórias de pagar à Santa Fé) oneravam as finanças dos bispados, exceto nos períodos de vacância do beneficiário, pois sofriam quando não gozavam dessa flexibilidade, dadas as rendas serem muito onerosas.

A tesouraria pontifícia precisou muitas vezes permitir pagamentos escalonados e até dar descontos sobre essas *anatas*.

Esforços para impor um *fisco real* estiveram entre as principais causas das revoltas esporádicas, ocorridas no século XIV e início do século XV. Principalmente, deram de maneira durável um poder mais importante às *reuniões de Estados*, espécie de esboço do futuro *parlamentarismo*, às quais o rei tinha de solicitar autorização para criação de novos impostos.

Segundo Jacques Le Goff, “não se pode falar de capitalismo antes do século XVI. (...) O capitalismo está ligado àquilo chamado por Fernand Braudel chamava uma *economia-mundo*. Esse historiador vê a Europa se conectar com uma *economia-mundo* por volta de 1450. Essa data passa a ser vista como a do *nascimento do capitalismo* (2014: 412).”

Quais são, aos olhos de Jacques Le Goff, *os elementos constitutivos do capitalismo* não existentes na Europa medieval?

O primeiro é uma emissão monetária suficiente e regular, seja de moedas fabricadas com base em *metais preciosos*, seja de *papel-moeda*, como já faziam os chineses. Isso ocorreu no fim do século

XV, pois a Idade Média esteve muitas vezes à beira da fome por escassez monetária.

Cristóvão Colombo possuía uma concepção quase mística do eldorado conquistado dos nativos. Para ele, eram inicialmente “indianos”, antes de ser reconhecido como sul-americanos. Era o território das minas de ouro, capaz de saciar *o apetite da cristandade*.

Essa primeira exigência do capitalismo foi satisfeita depois do descobrimento da América pelos europeus. Em consequência, houve a transferência regular para a Europa de massas de metais preciosos como ouro e prata.

Uma segunda condição para a instalação do capitalismo foi *a formação de um único mercado*, em lugar da multiplicidade de pequenos mercados com fragmentação do uso das moedas, imperfeitamente regulado pelas feiras e pelos primeiros banqueiros. Ele só se constituiu a partir do século XVI, de resto uma globalização ainda não totalmente acabada, através da sucessão de mundializações.

A terceira instituição decisiva, segundo a visão de Jacques Le Goff, foi um organismo incapaz de impor-se na Antuérpia no século XV. Ele só se estabeleceu em Amsterdam, em 1609, *a Bolsa de Valores*.

Obviamente, O Banqueiro Comunista discorda desse autor não-economista, incapaz de ponderar a importância da *economia do endividamento*, ao longo dos tempos e dos lugares, em desfavor do peso real da *economia de mercado de capitais*. Esta é relevante para a associação de capitais via emissão de ações, sem dúvida, porém, em um nível comparativo inferior à alavancagem financeira de capitais de terceiros com base nesse capital próprio.

Historiadores negaram a existência de um *capitalismo* ou mesmo de um *pré-capitalismo* na Idade Média, concepção à qual Le Goff aceita no essencial. Eles tendem a considerar, além disso, a especificidade da noção de *valor* na Idade Média.

Nessa fase histórica, coube um lugar central à noção de *caritas*. Caso se queira tentar definir um tipo para a *economia monetária medieval* é preciso buscá-lo no domínio da *doação*.

O erro dos historiadores modernos concernentes à atribuição de “dinheiro” na Idade Média vem do fato de não se atentarem para o *anacronismo*. A *caritas* constitui a ligação social essencial entre o homem medieval e Deus – e entre todos os homens da Idade Média.

Para a caridade, a *esmola* talvez seja o ato essencial pelo qual se justifica na Idade Média o recurso eventual ao dinheiro metálico. Como a *esmola* passa em geral pela intermediação e controle da Igreja, houve a preponderância da Igreja no funcionamento da sociedade medieval, inclusive quanto ao *uso da moeda*.

Na concepção de Karl Polanyi, em vez de falar em pensamento econômico, por exemplo, entre os escolásticos, coisa inexistente, é preciso englobar firmemente o comércio e a riqueza material em um sistema de valores sempre submetido à *caritas*.

A mudança de ponto de vista em relação aos valores monetários tem a ver também com a fixação dos preços. O “preço justo” responde à concepção da Igreja quanto a ele.

Ele tem três características:

1. o *preço justo* é aquele *habitualmente fixado* em um dado local;
2. o *preço justo* tem *caráter estável*, ajustado ao bem comum, dos preços utilizados nas transações – e não deve se entender *habitualmente* pela noção de concorrência e de livre jogo da oferta e da procura;
3. a noção de *justo preço* reflete a *justicia* e fundamenta-se (como esta) na *caritas*.

Essas considerações juntas fazem, na Idade Média e até o fim do século XV, ser impossível falar em *capitalismo* ou mesmo em *pré-capitalismo*. Só no século XVI haveria elementos típicos do capitalismo:

1. a *abundância de metais preciosos*, chegados da América a partir do século XVI;
2. *um mercado organizado*, no qual se fariam transações sobre os valores, mercadorias ou serviços;

3. *o surgimento perene de associações de empreendedores, com compra e venda de ações em uma Bolsa de Valores.*

Disse Jacques Le Goff: “apesar das importantes inovações dos séculos XVI e XVII, como procurei mostrar de modo generalizado em obra intitulada *Un long Moyen Âge*, também se pode falar, no domínio daquilo hoje chamado de *dinheiro*, de uma longa Idade Média durável até o século XVIII, época quando aparece também o conceito de *Economia*.”

Com uma rara exceção, “todos os historiadores da *usura* medieval e de seu círculo teórico e prático ergueram suas premissas sobre pistas falsas. Partiram do mundo contemporâneo, de seus fenômenos, de suas concepções, de seu vocabulário e os transferiram para a Idade Média, na qual tudo isso era desconhecido, não funcionava, não explicava nada. Foram obnubilados pelo *anacronismo*, e em particular pela fascinação do capitalismo” (2014: 421).

A Economia não existia na Idade Média, o Direito também não estava em primeiro lugar em relação à ordem social. Antes dele estavam *a caridade, a amizade*, isto é, a “benevolência mútua” e *a Justiça*. Mas a caridade monetizada cristã precedia a justiça.

No mundo feudal, o conceito de *benefício* era, antes de tudo, *canônico*. Com a evolução histórica, ele se tornaria *bancário*. Mas o *banco* na Idade Média não era nada mais senão uma fronteira experimental. Meus antecedentes existiram, mas eu, O Banqueiro Comunista, ainda não tinha sido plenamente concebido!

Sendo assim, *a Idade Média não poderia ser o ponto de partida do capitalismo*. De fato, surgiu apenas em 1609, na Holanda, quando se impôs o estabelecimento de um *balanço contábil*.

Com meu nascimento, então, pude me preocupar com esse tipo de racionalização crucial para a existência da *atividade bancária* com avaliação de riscos de devedores. Criei com a gestão do dinheiro também um sistema de pagamentos com a possibilidade de uma *moeda escritural*, submetida às ordens de transferência.

No sistema feudal da Economia da Caridade, o único acontecimento possível de ser comparado aos atuais era a

bancarrota. Na verdade, a maior parte dos estabelecimentos chamados bancos na Idade Média faliu.

Quanto ao dinheiro, ou antes, às moedas, o numerário posto a serviço da comunicação dos bens foi uma expressão da *caridade*.

Para mim, O Banqueiro Comunista, sem dúvida o mais interessante no estudo de Jacques Le Goff é a crítica a muitos contemporâneos, aí incluídos os historiadores, incapazes de reconhecer os homens do passado como diferentes de nós. Uma lição essencial do estudo do dinheiro na Idade Média é o *papel nefasto do anacronismo na historiografia*.

“Na Idade Média, o dinheiro, como também o poder econômico, não se emancipou do sistema global de valores da religião e da sociedade *cristãs*” (Le Goff; 2014: 433).

Como poderia ter nascido O Banqueiro Comunista ateu nesse *ambiente religioso*?!

Capítulo 3. Renascimento de O Banqueiro Comunista

Niall Ferguson, em seu livro “*A Ascensão do Dinheiro*”, no segundo capítulo imputa a mim, O Banqueiro Comunista (OBC), ter “Sonhos de Ganância”. *Ganância* é:

1. um sentimento humano caracterizado pela vontade de possuir tudo admirado para si próprio;
2. a vontade exagerada de possuir qualquer coisa;
3. um desejo excessivo direcionado principalmente à riqueza material, ou seja, ao dinheiro.

Pelo contrário, minha postura política e econômica a favor da Comunidade jamais me impôs ânsia por ganhos exorbitantes. Não tive avidez, cobiça ou desejo exacerbado de ter ou de receber mais além de outros banqueiros, isto é, dos meus concorrentes. Basta-me.

Por definição de *alavancagem financeira*, o devedor racional deve obter rentabilidade acima da anterior com o bom destino dos meus empréstimos. Seu novo lucro líquido descontará as despesas financeiras pelo crédito recebido e mesmo assim será superior ao anterior.

Aos depositantes remunero com referência à taxa de juro básica, fixada pela Autoridade Monetária. A ela sempre obedeco por prudência, tanto ela deu-me como pode retirar-me a concessão para trabalhar nessa laboriosa atividade.

Meu lema é “crescer com os clientes”. Quanto mais eu os tiver, para capitalizar as reservas das Pessoas Físicas e alavancar os ganhos das Pessoas Jurídicas, a Comunidade estará ganhando com crescimento da oferta de empregos e da renda.

Sem dúvida, ajudou-me muito Leonardo de Pisa, jovem matemático conhecido como Fibonacci. Seu *Liber Abaci* [Livro do Cálculo], publicado em 1202, propiciou-me o conceito do *valor presente*, ou seja, o valor atual descontado de um fluxo de receita

futura. Comparo-o com o custo de oportunidade do dinheiro para avaliar a viabilidade do projeto do tomador de crédito.

Já me compararam, eu, OBC, ao Grande Juiz dos empreendimentos capitalistas. Por dever de ofício, eu os avalio sobre critério impessoal e objetivo se são exequíveis os resultados esperados.

Fibonacci também mostrou como o sistema decimal poderia ser aplicado à contabilidade comercial, à conversão de moedas e, crucialmente, ao cálculo dos juros. Isso significou *a aplicação da Matemática para ganhar dinheiro* e, em particular, para emprestar dinheiro de maneira justa e honesta sem usura.

Pisa é vizinha de Florença, mas o mais famoso prestador de dinheiro da literatura ocidental vivia baseado em Veneza. Sua história ilustra os obstáculos, durante séculos, impeditivos da tradução das teorias de Fibonacci em uma prática financeira efetiva.

Esses obstáculos não eram econômicos ou políticos. Eram culturais.

A peça de Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, já aqui referida, tem como protagonista um agiota ou prestamista a juros extorsivos, para criticar meus antecedentes. O sistema bancário com sua rede de agências espalhada ainda não atendia à massa popular. Ocorreu na minha pré-história, ou seja, antes do sistema capitalista se tornar plenamente desenvolvido.

O *agiota*, um judeu, sofrendo o antissemitismo com manifestações de hostilidade desde os tempos greco-romanos, como Shylock, exigiu uma libra (0,450 quilo) de carne do corpo do devedor como garantia colateral na concessão de crédito. Seria tomada caso o dinheiro não fosse pago de volta.

Shylock faz uma observação oportuna até hoje, uma das dicas de OBC para o enriquecimento: tomar emprestado dinheiro por Pessoa Física (ou pior para repassar a seus amigos ou parentes) é muito arriscado. Juros devem ser recebidos em aplicações financeiras – e não pagos em dívida. *Evite sempre o endividamento.*

Isso é dica para PF, mas Pessoas Jurídicas (PJ), como já dito, dependem de *alavancagem financeira* para enfrentar a concorrência

com maior escala. No caso, os navios do mercador de Veneza estavam espalhados pelo mundo, um a caminho do norte da África, o outro para a Índia, um terceiro para o México, um quarto para a Inglaterra.

Para sua infelicidade, sua diversificação geográfica de riscos foi infrutífera frente a um risco sistêmico. Todas as incursões fracassaram ao mesmo tempo.

Quem empresta dinheiro a um mercador precisa ser recompensado. É chamado de *juro de compensação* a quantidade paga ao prestador em percentual acima da soma emprestada, o principal.

O tipo de comércio exterior do qual Veneza dependia não teria acontecido se os seus financiadores não tivessem sido recompensados por arriscarem seu dinheiro. Arcavam com custo de oportunidade por eles mesmos não o usarem com fins lucrativos.

Shylock é apresentado como *vilão*, exigindo a morte do devedor caso ele não pudesse cumprir suas obrigações, por ser um dos muitos agiotas na história pertencentes a uma minoria étnica. Há quase um século antes de Shakespeare, os judeus proviam crédito comercial a cidadãos abonados de Veneza.

Abonado é digno de confiança, acreditado, confiável.

Os *agiotas*, antecedentes de banqueiros, montaram seu negócio na frente de um edifício conhecido outrora como *Banco Rosso*, sentados atrás das suas mesas (*tavule*) e sobre os seus bancos (*banci*). Mas o *Banco Rosso* – traduzido literalmente como Banco Vermelho (não à toa sou conhecido como OBC) – era localizado em um gueto apinhado a uma certa distância do centro da cidade.

Os mercadores venezianos tinham de ir até o gueto judeu quando precisavam pedir dinheiro emprestado. Para os cristãos, emprestar dinheiro a juros era um pecado... na hora de pagar o empréstimo.

Os *usurários*, pessoas prestadoras de dinheiro a juros, tinham sido excomungados pelo III Concílio de Latrão, em 1179. Os usurários cristãos tinham de fazer restituições à Igreja para ser enterrados em solo sagrado. Meus antecedentes eram especialmente

detestados pelos franciscanos e pelos dominicanos, ordens fundadas em 1206 e 1216, respectivamente.

Supostamente, os judeus também não deveriam emprestar dinheiro a juros. Mas havia uma brecha conveniente na cláusula no livro do Deuteronômio, do Velho Testamento: "Para um estrangeiro, vós podeis emprestar sob a usura; mas não emprestarás sob a usura ao vosso irmão".

Logo, um judeu podia emprestar legitimamente a um cristão, embora não a outro judeu. O preço de fazer isso era a *exclusão social*.

Segundo Niall Ferguson, "os judeus tinham sido expulsos da Espanha, em 1492. Junto com muitos *conversos* – judeus portugueses – foram *forçados a adotar o cristianismo* por um decreto de 1497. Buscaram refúgio no Império Otomano. De Constantinopla e de outros portos otomanos, eles estabeleceram relações comerciais com Veneza. A presença judaica em Veneza data de 1509" (2009: 79).

No começo, o governo da cidade relutou em aceitar os refugiados. Mas mudou de opinião quando deduziu eles poderem ser uma fonte útil de dinheiro e de serviços financeiros, porque podiam ser taxados e também fazer empréstimos.

Em 1516, as autoridades venezianas designaram uma área especial da cidade para os judeus, no lugar de uma antiga fundição de ouro, conhecida como *ghetto nuovo*: *getto* significa literalmente fundição. Lá eles deveriam ser confinados a cada noite e nos feriados cristãos. Quem saia para se deslocar em Veneza era obrigado a usar um **●** amarelo nas suas costas, ou um chapéu, ou turbante.

Eles não tinham permissão de se juntar às *guildas* ou de se envolver no comércio a varejo. Desse modo, *restringiram-nos aos serviços financeiros*. Caso contrário, os direitos podiam ser revogados.

Segundo Niall Ferguson, "a peça de Shakespeare ilustra de modo bastante preciso três pontos importantes sobre os primórdios modernos dos empréstimos financeiros:

1. *o poder dos emprestadores*, para impor taxas de juros extorsivas quando os mercados de crédito estavam na sua infância;
2. *a importância das cortes judiciais*, para resolver disputas financeiras sem o recurso da violência; e, acima de tudo,
3. *a vulnerabilidade da minoria de credores*, diante de uma reação de devedores hostis pertencentes a uma maioria étnica” (2009: 83).

Os *agiotas*, assim como as pobres vítimas deles, são *onipresentes*, mas não são aceitos como eu, OBC. Ocupam-se de concessões de empréstimos primitivos de dinheiro [pessoa a pessoa], cobrando juros extorsivos, em locais *onde não há acesso popular a bancos universais*.

Nesse caso, desempregados desesperados usam emprestadores ilegais de dinheiro. Tomam emprestado um montante sobre o qual podem pagar muitas vezes essa quantia em certo prazo.

Para constatar por qual razão quaisquer homens emprestadores de dinheiro são quase sempre impopulares na hora da cobrança, a despeito da sua etnia, basta visitar onde os destituídos moram. É um solo fértil para *a procriação de agiotas e/ou milicianos*.

Antes, a vida econômica girava em torno dos envelopes de pagamento dos trabalhadores empregados. Agora, ela gira em torno dos pagamentos dos benefícios sociais, depositados nas contas dos desempregados ou aposentados.

Essas áreas empobrecidas e negligenciadas são territórios perfeitos de caça para os agiotas. O sistema é simples: quem pede empréstimos lhes entregam como garantia de reembolso suas cadernetas de benefício, ou seus cheques postais, em troca de um empréstimo, cujos termos eles registram em seu livro contábil de empréstimos.

A taxa padrão de juros cobrada dos seus clientes pode atingir assombrosos 25% por semana. Vinte e cinco por cento por semana acaba somando mais de onze milhões por cento de juros compostos por ano!

Esses são empréstimos os quais a prudência recomendaria ser desaconselhável desconsiderar assumir compromissos com agiota. Por trás de cada um, como a peça teatral sobre Shylock ilustra, se esconde furtivamente uma ameaça física violenta.

É fácil condenar agiotas como de fato são: *criminosos*. Mas é necessário entender o fundamento lógico e econômico do motivo a impulsionar esse negócio ilegal.

Primeiro, eles conseguem tirar vantagem do fato de nenhuma instituição financeira tradicional dar crédito aos desempregados.

Segundo, o credor tem de ser ganancioso e impiedoso, senão, provavelmente, os membros da sua pequena clientela desesperada jamais honrariam seus compromissos financeiros.

A dificuldade fundamental de ser um agiota é seu negócio ter uma escala muito pequena – ao contrário do meu banco instalado em todos os lugares –, e ser muito arriscado para permitir taxas baixas de juros. Mas as altas taxas de juros fazem o não pagamento ser tão mais provável de modo a somente a intimidação garantir os devedores continuarem pagando.

“Então, como os prestamistas e agiotas aprenderam a ultrapassar o conflito fundamental: se fossem muito generosos, não ganhariam dinheiro; se fossem muito exigentes, as pessoas acabariam eventualmente chamando a polícia? A resposta foi *crescer e ficar grande* – e *crescer poderosamente* (Ferguson; 2009: 90).”

Como resultado do não pagamento das dívidas por seus principais clientes, os reis, as casas bancárias feudais faliam. Mas se esse fato ilustra a fraqueza potencial dos prestamistas ou agiotas, o surgimento dos Medici ilustra o exato oposto: seu poder potencial.

Talvez nenhuma outra família tenha deixado uma marca em uma Era como os Medici deixaram no Renascimento. Dois Medici se tornaram papas; duas descendentes se tornaram rainhas da França; três se tornaram duques.

“Os Medici eram negociantes de moedas estrangeiras: membros da Arte de Cambio: *a guilda dos cambistas*. Eles se tornaram conhecidos como *banqueiros (banchieri)* porque, como os judeus de Veneza, *negociavam literalmente sentados em bancos atrás de mesas*

colocadas na rua. O banco Medici original (*banca* seria uma descrição melhor) se localizava perto do Palazzo Cavalcanti, na esquina da atual *Via dia Porta Rossa* [epa!] e a *Via dell'Arte della Lana*, a uma curta caminhada do principal mercado florentino de lã" (Ferguson; 2009: 92).

Antes dos anos 1390, os Medici eram mais *bandidos* em lugar de ser banqueiros. Constituíam um clã pequeno e arrivista, mais notado pela *baixa violência* em vez de ser pelas *altas finanças*.

Em Roma, no entanto, a família construiu sua reputação como negociante de moedas estrangeiras. De muitas maneiras, *o papado era o cliente ideal*, graças ao número de moedas diferentes a entrarem e saírem dos cofres do Vaticano.

Essa foi uma Era de Múltiplos Sistemas de Cunhagem, alguns em ouro, outros em prata, alguns em metal básico. Qualquer transação comercial realizada entre longas distâncias, ou qualquer pagamento de impostos, era complicada pela *necessidade da conversão de uma moeda para outra*.

Em 1420, a família Medici já tinha estabelecido uma filial do banco em Veneza e outra em Roma. Mais tarde foram abertas filiais em Genebra, Pisa, Londres e Avignon. Também tinha adquirido participação em duas fábricas de lã em Florença.

De importância específica nos primeiros negócios dos Medici foram as Letras de Câmbio (*cambium per literas*). Ela haviam sido desenvolvidas ao longo da Idade Média como um meio para financiar o comércio.

Se um mercador devia uma determinada soma a outro mercador, e ela não pudesse ser paga em espécie até a conclusão da transação, alguns meses à frente, o credor podia emitir uma nota sobre a dívida. Negociava-a comigo, OBC, como meio de pagamento da quantia lhe devida.

Servia também para obter moeda, mediante um desconto, de *um banqueiro disposto a atuar como agente intermediário*. Enquanto a imposição de juros era condenada como usura pela Igreja, não havia nada a impedir um negociante hábil de lucrar nessas transações.

Essa foi a essência do negócio dos Medici.

- *Não havia cheques*: as instruções eram dadas oralmente e registradas nos livros contábeis do banco.
- *Não havia juros*: os depositantes recebiam *discrezione* (em proporção aos ganhos anuais da firma) para compensá-los por arriscar seu dinheiro.

A ascensão da família Medici, de certo modo, foi simplesmente uma *história de contabilidade meticulosa*. Os Medici não usavam ainda o *método da entrada dupla contábil*, embora já fizessem os primeiros balanços patrimoniais, com *reservas e depósitos* corretamente arrumados de um lado (como compromissos financeiros, dívidas, ou *vostro*), e *empréstimos para clientes ou notas comerciais* do outro lado (como o total dos bens, ou *nostro*), respectivamente, *dever* e *haver* – a ver se recebe...

Os Medici não inventaram essas técnicas, mas as aplicaram em uma escala como anteriormente jamais tinha sido vista em Florença. A verdadeira chave do sucesso dos Medici, entretanto, não foi tanto a *escala dos negócios*, mas a sua *diversificação*.

Enquanto bancos italianos anteriores tinham sido *estruturas monolíticas*, facilmente destruídas devido ao não pagamento de um único devedor importante, o banco Medici era formado de fato por *múltiplas parcerias relacionadas*, cada uma delas baseada em um contrato especial, regularmente renegociado. Os administradores das filiais não eram empregados, mas *parceiros*, remunerados através da participação nos lucros.

Progressivamente, o banco passou a depender da *conquista de depósitos*. Seus ganhos do comércio e do câmbio de moeda estrangeira ficaram mais voláteis. Erros caros começaram a ser cometidos, como os empréstimos feitos a duque ou a rei. Nunca foram totalmente pagos.

Os Medici foram os primeiros banqueiros. Estabeleceram a linhagem resultante até em OBC. Fizeram a transição do sucesso financeiro para o *status* hereditário – e o poder econômico.

Nicholas A. Christakis e James H. Fowler, coautores do livro *O Poder das Conexões*, publicado originalmente em 2009, interpretam

analiticamente a história dos Medici. Estudam “como indivíduos ricos e grandes empresas modelam suas redes de acordo com seus objetivos financeiros e econômicos e, por sua vez, a forma de suas redes tem grande impacto sobre se eles podem alcançar esses objetivos.”

Reconhecem: “parte da evidência inicial das *tentativas de moldar redes* vem desde a Renascença. Cosimo de Medici subiu ao poder na Florença do século XV e liderou uma coalizão de famílias e partidários capaz de consolidar *o sistema bancário europeu emergente* e, então, governar a região norte da Itália por três séculos.

John Padgett, cientista político no Santa Fe Institute e na University of Chicago, coletou uma quantidade enorme de informações sobre os Medicis e outras famílias florentinas durante esse tempo. Mostrou: *mudanças drásticas nas redes sociais influenciaram profundamente nossas sociedades capitalistas e democráticas modernas*”.

O crescimento do comércio com a Ásia trouxe a algumas famílias uma repentina riqueza. Isso incomodava uma rede social feudal, extremamente hierárquica e, pior, desconectada de outros grupos.

As famílias burguesas começaram a competir com as famílias oligárquicas pelo controle social. Em postura defensiva, estas se casavam umas com as outras em trocas de alianças exclusivas.

Mas acabaram por dar poder a comerciantes e guildas ao competir por suas alianças. Esses burgueses se tornavam cada vez mais importantes com o advento do comércio intercontinental.

No centro dessa nova rede social estava o grupo dos Medicis. Abrangia muitos dos grupos anteriormente desconectados.

Como resultado, os Medicis foram capazes de superar, definitivamente, os oligarcas anteriormente governantes de Florença. Na última batalha entre os dois lados em 26 de setembro de 1433, Rinaldo Albizzi, o líder dos oligarcas, tentou organizar seus seguidores para atacar a Prefeitura, mas apenas alguns poucos

compareceram em dado momento, e a falta de entusiasmo fez eles se desmobilizarem antes mesmo de atingirem uma massa crítica.

Em contraposição, os Medicis organizaram uma maciça resposta preventiva. Reuniu todos os seus partidários no Palazzo Vecchio. Como resultado, nenhuma batalha militar aconteceu e o resultado foi os oligarcas abandonarem a cidade e irem para o autoexílio.

Em consequência dessa mudança na estrutura da rede social (longe da oligarquia) o controle social passou a ser menor. Com isso, vieram novas instituições capazes de democratizar Florença e, posteriormente, espalharam-se para outras partes da Itália e do mundo.

Essa convergência de dinheiro e sistemas políticos abertos criou espécie de *big bang* nas Artes e Ciências. Gerou impacto perdurante no sistema capitalista econômico-financeiro, onde nasceu OBC.

Os Medici realizaram isso aprendendo uma lição crucial: *em finanças, raramente o pequeno é bonito*.

- Ao tornarem seu banco maior e mais diversificado em comparação a qualquer outra instituição financeira anterior, eles acharam uma maneira de distribuir seus riscos.
- Ao se envolverem no comércio de moedas, além dos empréstimos, eles reduziram sua vulnerabilidade aos atrasos ou às faltas de pagamento.

O sistema bancário italiano se tornou modelo para aquelas nações do norte europeu com o maior sucesso comercial nos séculos subsequentes, notadamente a Holanda, a Inglaterra e a Suécia. Foi em Amsterdã, Londres e Estocolmo onde ocorreu a nova onda decisiva de inovação financeira, quando *os precursores dos Bancos Centrais apareceram pela primeira vez*.

O século XVII assistiu à fundação de três instituições distintamente singulares. Em suas maneiras diferentes, pretenderam ter função financeira tanto pública quanto privada.

O *Wisselbank* [Banco de Câmbio], de Amsterdã, foi instituído em 1609, para resolver os problemas práticos criados para os mercadores por causa da circulação de moedas múltiplas nas

Províncias Unidas. Havia quatorze moedas locais diferentes e copiosas quantidades de moedas estrangeiras.

Ao permitir os mercadores abrirem contas denominadas em uma moeda padronizada, o *Banco de Câmbio foi pioneiro no sistema de cheques e de débitos diretos*, ou ordens de transferências. Permitiu um número progressivamente maior de transações comerciais ocorrer, sem a necessidade de materializar os montantes envolvidos em *moedas reais ou metálicas*.

Um mercador podia fazer um pagamento a outro, simplesmente, ordenando sua conta ser *debitada*, enquanto a conta da sua correspondente era *creditada* na mesma importância. A limitação desse sistema era a exigência de o Banco de Câmbio manter algo perto de um coeficiente de 100% entre seus depósitos e suas reservas de metais preciosos e moedas.

Enquanto seus depósitos não superassem suas reservas em metal, uma "corrida ao banco" era, conseqüentemente, uma impossibilidade virtual, porque ele possuía dinheiro suficiente à mão para satisfazer quase todos os seus depositantes. Isto se, por alguma razão, todos eles quisessem liquidar seus depósitos de uma só vez.

Isso tornou o banco seguro, mas o impediu de desempenhar o agora visto como *a característica definidora de um banco: a criação de crédito*. OBC cuida de pagamentos, investimentos e financiamentos.

Em Estocolmo, quase meio século mais tarde, com a fundação do *Riksbank* sueco em 1656, essa barreira foi ultrapassada. Embora tivesse as mesmas funções cumpridas pelo *Wisselbank* holandês, o *Riksbank* também foi designado como um *Lanebank*.

Significava ele também tratar de empréstimos, além de facilitar os pagamentos comerciais. Ao emprestar montantes além das suas reservas de metais preciosos, ele foi o pioneiro da prática do mais tarde conhecido como *uso da reserva fracionária no negócio bancário*, explorando o fato de o dinheiro permanecer como depósito e possibilitar ser lucrativamente emprestado a quem pedisse empréstimos.

Como era altamente improvável os depositantes virem *en masse* retirar todo o seu dinheiro, somente uma fracção dele precisava ser mantido na reserva do *Riksbank*, em qualquer momento determinado.

- Os compromissos financeiros, ou *riscos*, do banco se tornaram seus *depósitos* (sobre os quais ele pagava juros), mais sua *reserva* (sobre a qual não podia coletar juros).
- Seus *ativos* (formas de manutenção de riqueza) se tornaram seus empréstimos (sobre os quais cobraria juros) e títulos detidos, especialmente títulos de dívida pública (sobre os quais recebiam juros).

A terceira grande inovação do século XVII aconteceu em Londres, com a *criação do Banco da Inglaterra*, em 1694. Destinado primariamente para socorrer o governo, em relação às finanças de guerras – ao converter uma parte da dívida do governo em ações do banco –, o banco foi contemplado com nítidos privilégios.

A partir de 1709, era o único banco autorizado a operar sobre *uma base de ações*. Depois de 1742, ele estabeleceu *um monopólio parcial na emissão de Notas Bancárias*, uma forma característica de nota promissória sem carregamento de juros, destinadas a facilitar o pagamento em uma transação de compra e venda, de bens ou de serviços, sem as duas partes terem a necessidade de ter contas-correntes no banco.

A própria natureza do dinheiro evoluiu de uma maneira profundamente significativa, com a expansão em todo o mundo ocidental de:

- a) as transações *intrabancárias* sem moeda, ou seja, internas ao próprio banco, e *interbancárias*, entre bancos diferentes;
- b) a reserva fracional, dando segurança aos negócios bancários; e
- c) os monopólios dos Bancos Centrais na emissão de notas.

Nunca mais o dinheiro seria compreendido, tal como os espanhóis o percebiam no século XVI, apenas como um *metal precioso* a ser escavado, derretido e cunhado em moedas. O dinheiro

passou a representar *a soma total de riscos e de compromissos financeiros específicos* (depósitos e reservas) assumidos por bancos.

O crédito era, simplesmente, o total de valores e de créditos contra terceiros (empréstimos). Certa parte desse dinheiro pode, de fato, ainda consistir em *metais preciosos*, embora uma proporção crescente dele tivesse de ser guardada nos cofres do Banco Central.

Mas a maior parte dele seria constituída daquelas notas bancárias e moedas existentes apenas em *extratos de contas* ou em *recibos de depósitos*. A inovação financeira retirou a prata inerte, extraída de Potosí (Peru), e a transformou na base para um moderno sistema monetário, com relacionamentos entre credores e devedores, garantidos ou “intermediados” por instituições progressivamente numerosas chamadas *bancos*.

A função essencial dessas instituições era, então, reunir informações sobre projetos dos clientes e administrar os riscos. Sua fonte de lucros residia em maximizar a diferença entre os custos da soma total dos seus riscos e os ganhos dos seus ativos sem reduzir as reservas a tal ponto de o banco ficar vulnerável a uma *corrida*.

Esta seria uma crise de confiança na capacidade do banco de satisfazer todos os depositantes, provocadora de retiradas cada vez mais progressivas. Em última instância, significaria a falência, a bancarrota: literalmente, *a quebra do banco*.

Levou certo tempo até a ideia de *o dinheiro ser, na verdade, crédito, e não metais preciosos*, ser compreendida em metrópoles exploradoras de colônias com minas. Nem toda a prata e ouro não poderia transformar os reis caloteiros em um risco de crédito seguro. No mundo moderno, o poder iria para os banqueiros – *bankers*, e não para os reis falidos – *bankrupts*.

Segundo Niall Ferguson, no primeiro capítulo do livro “*A Ascensão do Dinheiro*”, os historiadores financeiros discordam sobre o quanto o crescimento dos negócios bancários no século XVII ajudou a aceleração do crescimento econômico, devido à revolução industrial na Inglaterra no fim do século XVIII. Depois, ele se espalhou pela Europa ocidental e pelos povoamentos da colonização em larga escala da Europa, na América do Norte e na Austrália.

Certamente, não há dúvida: *a revolução financeira precedeu a revolução industrial*. Na verdade, as descobertas e os avanços decisivos na manufatura de tecidos e na produção de ferro, inicialmente mais pronunciados na revolução industrial, não precisaram tanto de apoio pesado dos bancos para o seu financiamento. Estavam ainda em *escala de industrialização originária*.

Mas os bancos desempenharam um papel mais importante na *industrialização retardatária* do restante da Europa em lugar de ser como na Inglaterra. De fato, seria fútil buscar uma *relação causal simplista*, até hoje debatida em Economia: *instituições financeiras mais sofisticadas provocam o crescimento* ou, vice-versa, *o crescimento estimula o desenvolvimento financeiro*.

Os dois processos foram interdependentes e se fortaleceram mutuamente em processo de retroalimentação. Ambos os processos também exibiram um caráter nitidamente *evolucionário*, com:

1. mutações recorrentes com inovação técnica,
2. especializações com criação de novos tipos de firmas, e
3. crises determinantes de quais firmas sobreviveriam e quais desapareceriam.

No século seguinte (XIX), houve uma explosão de inovação financeira. Assistiu-se a uma ampla variedade de diferentes tipos de banco. Proliferaram na Europa e na América do Norte.

Os tipos estabelecidos há mais tempo eram os bancos com desconto das notas emitidas por eles mesmos. Mas também ajudavam as finanças domésticas e o comércio internacional ao descontar as notas de câmbio emitidas por um comerciante sobre outro.

Londres, por exemplo, abrigava um número de firmas altamente bem-sucedidas especializadas em negócios bancários de comércio transatlântico. Por razões regulatórias, os bancos ingleses desse período eram quase todos constituídos através de *parcerias privadas*.

Alguns se especializaram nos *negócios da City*, o centro das finanças mercantis, enquanto outros focaram nos *negócios da elite proprietária de terras*. Esses foram chamados de “bancos rurais”, cuja ascensão e queda acompanharam o mesmo movimento da agricultura britânica.

Uma decisiva diferença entre a evolução vegetativa e a evolução financeira é o papel do chamado de “*design inteligente*” – embora, neste caso, os reguladores sejam invariavelmente humanos, e não divinos. Gradualmente, através de um longo processo de tentativas e de erros, o Banco da Inglaterra desenvolveu *funções públicas*.

Em troca da reafirmação do seu monopólio sobre a emissão de cédulas, em 1826, estabeleceu filiais nas províncias. Aos poucos, supervisionou o negócio de emissão de notas promissórias dos bancos.

Progressivamente, o Banco da Inglaterra também começou a desempenhar um papel fundamental nas *transações interbancárias*. Mais e mais, a compensação de somas devidas por um banco a outro passava pela supervisão do Banco da Inglaterra.

Em 1833, com o abandono das Leis da Usura, limitante de sua taxa de desconto sobre as notas comerciais ou promissórias, o Banco da Inglaterra foi capaz de explorar totalmente sua vantagem de escala como o maior banco na City. Com o tempo, sua *taxa de redesconto* passou a ser considerada como a mínima taxa de juros de curto prazo, no chamado *mercado de dinheiro* para crédito de curto prazo, sobretudo através do *desconto* de notas comerciais ou promissórias.

A questão não resolvida durante mais de quarenta anos foi qual a relação conveniente deveria haver entre as reservas do Banco da Inglaterra e a circulação de papel-moeda. Em 1844, o *Bank Charter Act* [Decreto da Carta Patente do Banco] do primeiro-ministro sir Robert Peel dividiu o banco em dois:

1. um Departamento de Negócios Bancários continuaria administrando o negócio comercial do próprio banco, e

2. um Departamento de Emissão, contemplado com milhões de libras em títulos e ações, além de um montante não especificado de moedas e de barras de ouro, flutuante de acordo com o balanço comercial entre a Grã-Bretanha e o resto do mundo.

A emissão da chamada Nota Fiduciária não poderia exceder a soma dos títulos e do ouro. Entretanto, crises repetidas deixaram claro essa ter sido uma “camisa de força” excessiva, pois, em cada caso, o Bank Charter Act teve de ser temporariamente *suspenso para evitar o completo colapso da liquidez*.

Foi somente depois da última dessas crises, quando se reformulou o próprio papel do Banco da Inglaterra diante de uma crise. Passou a ser visto como o “emprestador de última instância”, para emprestar livremente, embora com *juros de mora*, para combater as crises de liquidez.

Durante o padrão-ouro, os vitorianos estavam tão escravizados pelos metais preciosos quanto os conquistadores espanhóis, três séculos antes. Para eles, *“somente os metais preciosos são dinheiro*. As notas de papel são dinheiro porque são representações do dinheiro metálico. Se não for assim, elas são pretendentes falsas e espúrias. Um depositante pode conseguir metais preciosos, mas nem todos podem, conseqüentemente, *depósitos não são dinheiro”*.

Se tivessem aderido a esse princípio, e se o suprimento de dinheiro da economia britânica tivesse genuinamente dependido da quantidade de moedas e barras de ouro da reserva do Banco da Inglaterra, o crescimento da economia do Reino Unido teria sido completamente estrangulado. Isto mesmo considerando os efeitos expansionistas das novas descobertas de ouro no século XIX.

A emissão de papel-moeda do Banco da Inglaterra era tão restrita a ponto de, de fato, sua reserva de ouro ter ultrapassado o valor do dinheiro em circulação, de meados dos anos 1890 até a I Guerra Mundial. Foi somente a proliferação de novos tipos de banco, focados particularmente em captações de depósitos após as concessões de crédito, o motivo de tornar a expansão monetária possível, devido ao multiplicador de moeda escritural.

A necessidade crítica não era, de fato, os bancos comprarem grandes blocos de ações em empresas industriais como fazia o capital financeiro da Alemanha. As instituições deveriam atrair poupadores dispostos a entregar seus depósitos, para criar uma base nova em passivos capazes de lastrear a expansão de novos empréstimos bancários do outro lado, isto é, dos ativos dos balanços patrimoniais.

Nesse processo, um papel especialmente importante foi desempenhado pelos novos Bancos de Poupança. Eles proliferaram na virada do século até 1913, quando os depósitos nos bancos britânicos de poupança somavam, aproximadamente, um quarto de todos os depósitos no Reino Unido. Tudo contado e somado, na véspera da I Guerra Mundial, os depósitos dos residentes do país nos bancos britânicos indicavam o dinheiro estar, então, primariamente dentro dos bancos, *fora da vista, mesmo nunca longe da mente*.

Em 1924, John Maynard Keynes considerou *o padrão ouro* como uma “reliquia bárbara”. Mas a libertação do dinheiro criado pelos bancos de sua base em metal precioso aconteceu lentamente.

Embora existisse variação, as economias mais avançadas seguiram, em essência, a liderança britânica quando chegou a hora da *regulamentação do sistema financeiro nacional*. Quase todas adotaram um Banco Central monopolista, para controle do padrão-ouro e da concentração dos depósitos bancários em poucas instituições relativamente grandes para não quebrar, em geral, *big-five*.

A evolução do sistema financeiro foi bastante diferente nos Estados Unidos. Ali, a aversão dos legisladores à ideia de financistas superpoderosos abortou duas vezes um embrionário Banco Central. Por causa disso a legislação para criar o *Federal Reserve Bank* só foi aprovada em 1913.

Até a véspera da I Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam basicamente engajados em um experimento ideológico com os *negócios bancários totalmente livres*. Em 1864, o *National Bank Act* [Lei do Banco Nacional] tinha reduzido de modo significativo as barreiras para a instituição de um banco controlado privadamente, e, pelos padrões europeus, as exigências de capital eram baixas.

Ao mesmo tempo, havia obstáculos para estabelecer bancos federais, ou seja, um banco com agências em estados diferentes. O efeito combinado dessas regras foi um surto no número de bancos nacionais e estaduais, durante o fim do século XIX e o começo do século XX, de menos de 12.000, em 1899, para mais de 30.000, no pico em 1922.

Grande número de bancos subcapitalizados foi uma receita para a instabilidade financeira. Os pânicos foram uma característica regular na vida econômica americana, entre as quais a Grande Depressão após 1929, quando uma crise bancária importante foi mais exacerbada, em vez de ser mitigada por uma Autoridade Monetária a operar havia pouco mais de quinze anos.

Somente em 1933 a introdução do *seguro dos depósitos* muito colaborou para reduzir a vulnerabilidade dos bancos americanos àquelas corridas, sempre fatais. Entretanto, o setor bancário permaneceu muito fragmentado até 1976, quando o Maine se tornou o primeiro estado a legalizar *os negócios bancários interestaduais*.

“A capacidade de escapar de dívidas insustentáveis, falir e começar tudo de novo é *uma das singularidades características do capitalismo americano*. No começo dos anos 1880, não havia prisões para devedores nos Estados Unidos, em época quando os devedores ingleses podiam acabar mofando e definhando em cadeia durante anos.

Desde 1898, é um Direito Constitucional de todo americano o de evocar o Capítulo VII (declarar falência) ou o XIII (reorganização pessoal voluntária). Tanto ricos quanto pobres, os indivíduos nos Estados Unidos parecem considerar a falência como um ‘direito inalienável’, quase a par com ‘a vida, a liberdade e a busca da felicidade’”.

A ideologia dominante, chamada “o sonho americano”, encoraja o empreendedorismo, para facilitar a criação de novos negócios. Isso significa dar uma nova oportunidade às pessoas quando seus planos fracassam, mesmo de maneira repetida.

Desse modo, permite potenciais empreendedores se arriscar, com o aprendizado através de tentativas e de erros, até finalmente aprenderem *como ganhar o primeiro milhão de dólares*. Afinal de

contas, o falido de hoje pode muito bem ser o empresário de sucesso de amanhã.

À primeira vista, esse “sonho americano” parece se realizar. Muitos dos mais bem-sucedidos homens de negócios da América fracassaram nas suas primeiras empreitadas, incluindo o magnata do automóvel, Henry Ford. Todos esses homens acabaram ficando imensamente ricos, muito pelo fato de lhes ter sido dada a chance de tentar, fracassar e de começar novamente.

Niall Ferguson, no fim do primeiro capítulo, sugere a causa original da crise de 2008 deve repousar na evolução do dinheiro e dos bancos. Eles têm o gerenciamento de riscos como uma de suas funções-chave.

“A realidade inescapável parece ser a quebra do elo entre a criação do dinheiro e sua âncora metálica ter levado a uma expansão monetária sem precedente – e, com ela, a um *boom do crédito* como o mundo jamais havia visto” (p. 135). Paradoxalmente, é uma reação contra a história contada por ele, portanto, é uma *visão reacionária!*

Entretanto, ele tira algumas conclusões corretas da história bancária. “Um mundo sem dinheiro seria pior, muito pior em vez do nosso mundo atual. É errado pensar (como o Antônio, de Shakespeare, em *O Mercador de Veneza*) em todos os emprestadores de dinheiro como meros sanguessugas, chupando o sangue dos devedores desafortunados”.

Os *agiotas* podem se comportar dessa maneira, mas os banqueiros como eu, O Banqueiro Comunista, evoluíram desde os dias dos Medici, precisamente, para facilitar o movimento do dinheiro de onde ele se encontra para onde ele é necessário. *O crédito e o débito, em resumo, estão entre os blocos essenciais da construção do desenvolvimento econômico*, tão vitais para a riqueza das nações quanto a mineração, a indústria, ou a telefonia móvel.

A pobreza, em contraste, raras vezes é atribuída diretamente aos financistas predatórios. Frequentemente, tem mais a ver com a falta de instituições financeiras, isto é, com *a ausência de bancos, não com a sua presença*.

Foi somente quando as pessoas necessitadas de, emergencial e urgentemente, pedir empréstimos, em lugares pobres, tiveram acesso a redes de crédito a varejo, via “bancarização”, elas puderam escapar das explorações violentas dos agiotas. Foi somente quando trabalhadores poupadores puderam colocar suas reservas financeiras guardadas para a futura aposentadoria em bancos confiáveis, a gestão do dinheiro pôde o canalizar do depósito ocioso para o crédito produtivo. Por isso, assumo ser OBC.

Capítulo 4.

O Banqueiro Comunista e sua Carteira de Títulos de Dívida Pública

Niall Ferguson, no segundo capítulo de seu livro *"A Ascensão do Dinheiro"*, trata do *mercado de títulos de dívida pública*. Denomina-o de "Servidão Humana".

"Depois da *criação do crédito pelos bancos*, o *nascimento dos títulos* foi a segunda grande revolução na ascensão do dinheiro."

Desde o início modesto nas Cidades-Estados do norte da Itália, cerca de oitocentos anos atrás, o mercado para títulos cresceu amplamente. Hoje, todos habitantes do planeta são afetados pelo mercado de títulos de duas maneiras importantes.

Em primeiro lugar, uma grande parte do dinheiro em reserva financeira para a nossa aposentadoria acaba sendo investida no mercado de títulos.

Em segundo lugar, por sua dimensão e porque os grandes governos são considerados como os mais confiáveis tomadores de empréstimos, o mercado de títulos estabelece as taxas de juros de longo prazo para a economia como um todo.

Quando os preços dos títulos caem e as taxas de juros sobem, há consequências para todos tomadores de empréstimos com juros repactuados pelo valor de mercado vigente. Funciona da seguinte maneira.

Alguém tem um valor monetário para economizar. Comprar um título de renda fixa, em princípio, mantém o capital assegurado com o *risco soberano*, além de prover pagamentos regulares ao investidor.

O título paga uma taxa fixa ou "cupom", por exemplo, de 1,5% a.a. ou R\$ 1.500 em um ano, no caso de um título de R\$ 100.000. Mas a *taxa de juros do mercado*, ou *rendimento corrente*, é calculada pela divisão do cupom pelo preço do mercado. Se estiver atualmente em R\$ 102.333, será 1.500 dividido por 102.333 = 1,47%.

Agora, aí vem o imaginário cenário no qual, subitamente, os participantes do mercado de títulos têm uma “percepção de risco fiscal” face ao tamanho da dívida do governo e ao boato a respeito de ser possível um calote. Supostos investidores, na verdade, especuladores começam a alarmar, “para todos se preocuparem, pois o Estado soberano não será capaz de fazer frente aos pagamentos anuais com os quais se comprometeu”.

Não houve nenhum precedente histórico a respeito de calote em moeda nacional. Mas o ser humano ignorante possui a tendência de interpretar novas informações de modo a serem compatíveis com as próprias teorias, visões de mundo e convicções negacionistas da ciência.

Quem dá ouvidos a rumores ou ruídos filtram novas informações contraditórias de tal forma a suas crenças preconceituosas permanecerem intactas. Só toleram conviver com pessoas com os mesmos pensamentos ideológicos, por exemplo, Estado ser mínimo.

Os especuladores, para comprar barato, apostam no medo do público leigo ao usarem argumento baseado apenas em ameaças ou mentiras descaradas. Se não oferece provas concretas de uma proposta levar ao cenário futuro assustador não há como refutá-la.

Apela à ignorância, ou seja, o convencimento de algo ser verdadeiro simplesmente porque não foi comprovado como sendo falso. Assim, *a ausência de prova é transformada em prova por ausência*.

Supõem os “inocentes-úteis” começarem a se preocupar com a saúde da moeda nacional, na qual os títulos são denominados e os juros pagos. Nessas circunstâncias, o preço do título despenca, enquanto investidores assustadiços liquidam seus títulos.

Compradores somente seriam encontrados a um preço baixo o bastante para compensar o risco crescente do não pagamento do governo ou da depreciação da moeda nacional. Caso o preço do título tenha caído, por exemplo, para R\$ 80.000, então, o rendimento passaria a ser de $1.500 \text{ dividido por } 80.000 = 1,88\%$.

Nessa jogada, as taxas de juros de longo prazo para a economia como um todo teriam subido acima de dois quintos, de 1,47% para 1,88%. As pessoas com investimento nesses títulos, para a sua aposentadoria, antes da *marcação-a-mercado*, estariam 22% mais pobres, porque seu capital teria declinado tanto quanto o preço do título em relação ao preço anterior (R\$ 102.333).

Quem quisesse fazer uma hipoteca, depois dessa oscilação, teria de pagar pelo menos 0,41% a mais por ano. Isto, no linguajar de O Mercado, é dito "410 pontos de base".

Os mercados de títulos de renda fixa têm poder porque *eles são a base fundamental para todos os mercados*. A taxa de juros em títulos de dívida pública em certo prazo de referência, em última análise, determina o custo do crédito, o valor das ações, também o das casas e de todas as demais classes de ativos – formas de manutenção de riqueza.

Do ponto de vista político, o mercado de títulos é poderoso em parte porque ele expressa um julgamento diário sobre a credibilidade da política fiscal e monetária de todo o governo. Mas seu poder real reside na capacidade de punir com custos mais elevados para os empréstimos de qualquer necessitado.

Um pequeno movimento dos juros para cima atinge o governo com déficit nominal, pois acrescenta um serviço maior para a dívida às suas despesas já elevadas. Agrava sua *fragilidade financeira*.

Pior, em todas as interconexões financeiras, existe um *efeito de retroalimentação*. Os pagamentos de juros mais elevados fazem o déficit ainda maior – e transforma o boato em fato!

O governo enfrenta três penosas alternativas:

1. tentar reduzir o déficit público, elevando os impostos;
2. ressegurar o mercado de títulos de dívida pública, ao cortar despesas em alguma outra área, perdendo eleitores, isto é, *capital político*, senão o *capital investido* antes para iniciar obra pública – e deixada inacabada;

3. em caso extremo (e raríssimo), não pagar uma parte da sua dívida, confirmando os piores medos dos participantes do mercado de títulos.

O mercado de títulos de dívida pública começa propiciando acesso a dinheiro para o governo. Em crise fiscal, acaba ditando a própria política do governo.

De quem os ricos eleitos para governar tomam emprestada uma soma tão imensa de dívida? Ora, deles mesmos...

Em vez de pagar um Imposto de Propriedade ou Grande Fortuna, é mais confortável os cidadãos ricos serem estimulados a emprestar dinheiro para o governo de seu país. Em troca desses empréstimos, eles recebem juros.

Tais títulos de dívida pública podem ser vendidos a outros cidadãos, caso o investidor precise de dinheiro imediato. Eles são ativos relativamente líquidos com mercado secundário organizado.

Uma razão pela qual o sistema funciona tão bem é as poucas famílias ricas também controlarem o governo do país e, desse modo, as suas Finanças Públicas. Essa *estrutura de poder oligárquico* dá um sólido fundamento político ao mercado de títulos de dívida pública.

É diferente do caso de um soberano de dinastia hereditária sem necessidade de prestar contas a eleitores e com poder de arbitrariamente renegar suas promessas de pagar aos seus credores. As pessoas administradoras dos títulos, em boa parte ex-banqueiros de passagem, seja pelo ministério da Fazenda/Economia, seja pelo Banco Central, são representantes fieis das pessoas compradoras dessa riqueza financeira como elas.

Assim, a Casta dos Oligarcas eleitos como "os representantes do povo" (sic), no Congresso Nacional, os tecnocratas, representantes da Casta dos Sábios, assim como os juízes da Casta da Toga, todos têm um forte interesse pessoal em zelar para os juros sobre a riqueza serem prioritariamente pagos.

Contudo, pode surgir a necessidade de colocar um limite nas despesas com a Defesa (ou a Guerra), reivindicadas pela Casta da Farda, à custa de endividamento público. Quanto maior ficam as dívidas de um Estado com a indústria bélica, mais títulos tem de

emitir. Quanto mais títulos eles emitem, maior é “a perspectiva do risco fiscal”, isto é, a chantagem da boataria de ele não conseguir honrar os seus compromissos.

Se comprar um título de governo estrangeiro, quando o país está em guerra e/ou instabilidade política, o investidor estará certamente correndo um risco. Trata-se do risco daquele Estado não ter reservas cambiais para pagar os seus juros e amortizar o empréstimo no vencimento em outra moeda.

Mas os juros são pagos sobre o valor de face do título. Então, se puder comprar um título cujo preço é um baixo percentual do seu valor de face, poderá ganhar um belo rendimento como “prêmio de risco”.

A especulação espera um retorno proporcional ao risco disposto a correr. Como o mercado de títulos define a taxa de juros de mercado, para a economia como um todo, se o Estado tiver de pagar um juro elevadíssimo, é provável todos também terem de pagar alguma espécie de prêmio de risco pela guerra e/ou polarização política – e sua consequente má imagem internacional.

É simples assim... Não precisa nem desenhar para explicar por qual razão *os ricos ficam no passivo e os pobres no (trabalho) ativo*.

Capítulo 5. O Banqueiro Comunista versus Moedas Privadas

John Kenneth Galbraith, um economista espirituoso, captou bem “o espírito da coisa”. Ele entenderia porque optei por me tornar O Banqueiro Comunista!

Existem três progenitores do dinheiro:

1. as Casas da Moeda imprimem o papel-moeda sob comando do Banco Central;
2. os Secretários do Tesouro Nacional ou dos Ministérios da Fazenda; e
3. o sistema bancário.

Por direito de precedência, os bancos vieram antes dessa organização do Estado moderno. A atividade bancária teve início no Império Romano romana, mas declinou durante a Idade Média, pois o comércio se tornou mais aleatório e os empréstimos colidiam com a condenação religiosa da usura.

Com o Renascimento, eu renasci! Em minha infância, presenciei meus antecedentes facilitando o comércio, revivido em grande escala, e os escrúpulos religiosos sendo cedidos em proveito pecuniário.

Se alguma origem étnica pode ser atribuída às empresas, a da *banca*, afirma John Kenneth Galbraith no livro “*Dinheiro: de onde veio e para onde foi*”, é italiana. Tanto seu declínio quanto seu renascimento ocorreram na Itália.

Desde então, nenhum banqueiro, nem mesmo os Rothschilds ou J. Pierpont Morgan, igualou os Médici em grandeza, uma grandeza substancialmente promovida por serem agentes fiscais da Santa Sé. As casas bancárias de Veneza e Génova são as precursoras reconhecidas dos bancos comerciais modernos.

O processo de criação de dinheiro pelos Bancos é tão simples a ponto de revoltar a mente de quem só descobriu isso na crise de 2008. Foi o caso de *anarcopunks* cibernéticos, criadores da bitcoin.

No caso de algo tão importante, parece um mistério maior ser apropriado. Uma facilidade oferecida pelos precursores privados dos bancos foi os depósitos bancários estarem sujeitos, segundo as instruções de seus proprietários, a transferências para terceiros com finalidade de liquidação de contas devedoras.

Moeda em depósito à vista não servia menos como dinheiro se comparado ao *papel-moeda fiduciário*: cédulas sem lastro metálico. Foi criado na Suécia, em 1661, devido à falta e à incredulidade das moedas de baixo valor em cobre e a escassez de prata até então correntes.

Depósitos à vista desde sempre ficaram sujeitos à transferência entre contas correntes. Bastaria uma ordem assinada pelo correntista da conta bancária de onde sairia o dinheiro.

Outra assinatura com caneta era suficiente para um mutuário do banco, não um credor do depositante original, para obter um empréstimo tomado do depósito primitivo e até então inoperante. O depositante poderia saber seu depósito ser usado para esse fim de lastro – e talvez cobrar por isso no caso de depósito a prazo.

O depósito original não deixava de ser creditado ao depositante original. Mas passava a haver um novo depósito resultante da concessão do crédito.

Ambos os depósitos podiam ser usados para fazer pagamentos, tal como dinheiro. Desta forma, o “dinheiro bancário” foi criado e multiplicado.

A descoberta de os bancos poderem multiplicar dinheiro dessa maneira veio logo no início da evolução do sistema bancário – e não da mente de um banqueiro criador de moeda por si só. Com a perspectiva dessa recompensa, baseada na confiança sistêmica, isto é, na rede bancária, o banqueiro teve um instinto natural para a inovação.

Outra possibilidade alternativa, a das Notas Bancárias, emitidas por bancos estaduais isolados, sem dispor de rede nacional, seria explorada na futura república norte-americana. Consistia em dar ao mutuário, não um depósito, mas uma *nota conversível em dinheiro*, depositado no banco graças ao depósito primitivo lá sedentário.

Com este boleto, o mutuário poderia efetuar seus pagamentos. Cada recebedor desse pagamento, em vez de converter o bilhete em dinheiro, poderia usá-lo para seus próprios pagamentos, e assim por diante, *ad infinitum*. Isso ocorreria até um desconfiado quebrar essa "pirâmide da felicidade invertida" e ser acompanhado por uma multidão em uma corrida bancária para sacar seu dinheiro.

Enquanto isso não acontecia, o Banco estava cobrando juros sobre o empréstimo original. Talvez um dia a Nota fosse solicitada ser trocada por moeda metálica, na época do padrão-ouro, ou o depósito original fosse sacado. Mas aí se esperava o mutuário já ter pago sua dívida, também em dinheiro. Tudo estaria bem, pois os juros já teriam sido ganhos.

A depender da confiança no banco emissor, havia também a possibilidade de a Nota continuasse a circular de mão em mão sem nunca ser descontada. O empréstimo permissível da origem de sua emissão renderia juros e oportunamente seria reembolsado.

Enquanto isso, o bilhete continuaria rolando. Caso a moeda primitiva, lastro do empréstimo original, nunca fosse reivindicada de volta o banqueiro estaria confortável.

Porém, porque recebedores da Nota, moradores em outros estados longínquos do estado do banco emissor original, teriam a mesma confiança? Se os Estados eram tão Unidos, por qual razão não aceitaram um Banco Central? As *moedas privadas* seriam mais confiáveis?!

Confiança no poder de compra depende dos fatores determinantes do valor do dinheiro. A demanda por dinheiro depende dos preços dos bens e serviços oferecidos à venda.

O Banqueiro Comunista pensa de acordo com a Teoria Alternativa da Moeda (TAM), inversa da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Nesta, a quantidade de oferta da moeda acima da demanda real por ela, dependente da "renda permanente", provocaria a pressão para o aumento dos preços.

De acordo com a TAM, a inflação poderia ser causada por custos, expectativas, inércia, aceleração dos indexadores, etc. Não se

reduz à origem monetária, ao inverso, a moeda valida o preço cobrado pelo vendedor.

Com capital, um banqueiro poderia conceder empréstimos registrados nas contas correntes dos devedores, obrigatórias para a tomada do crédito. Isso resultaria em novas notas bancárias ou novos depósitos utilizáveis como dinheiro.

Com a oferta de itens permanecendo a mesma, as elevações dos preços pelos ofertantes seriam validadas por pressão de demanda – e o dinheiro valeria menor poder de compra. Se os banqueiros fossem gananciosos, ou competitivos, ou ambos, e os mutuários estivessem adequadamente eufóricos, a expansão dos empréstimos em busca dos juros resultantes e, conseqüentemente, a dos depósitos, poderia ser muito grande.

Nesse *processo inflacionário*, o aumento dos preços a priori provocaria a diminuição do valor ou poder de compra do dinheiro.

Esse aumento de preços se tornaria uma praga do ponto de vista do público. Para os banqueiros seria também uma faca de dois gumes.

O depositante original poderia receber seu dinheiro porque ainda estava lá. Alternativamente, a pessoa a quem o depósito foi emprestado poderia fazer o mesmo. Mas eles não podiam fazer as duas retiradas ao mesmo tempo.

A maravilha dos bancos em relação ao dinheiro — a maravilha de criar novos depósitos ou emitir notas para esse fim — dependia de confiança. Se confiantes, os depositantes ou portadores de notas viriam em número relativamente pequeno para sacar o dinheiro depositado, o qual o Banco era obrigado a entregar.

Se todos fizessem isso ao mesmo tempo, o Banco não conseguiria entregar dinheiro a todos sem nenhum empréstimo de liquidez. Pior, quando se espalhava a notícia de certo Banco não poder atender ao saque, pelo Efeito Demonstração, todos clientes de bancos com porte semelhante iriam com muita pressa conferir ao vivo se o dinheiro dos seus depósitos lá estavam.

Quando isso acontecia, os depósitos ou as cédulas, até então prestando bom serviço como representante do dinheiro metálico,

deixavam de prestar esse serviço. Depósitos e contas dos primeiros a chegar poderiam ser sacados.

Quem chegava por último não tinha nada mais para recolher. Seus depósitos ou contas sem valor nada mais eram senão créditos contra um banco falido.

Como tal, eles deixaram de ser dinheiro. O milagre da criação anterior do dinheiro teria sido agora compensado pelo desespero de seu súbito desaparecimento.

Com menos dinheiro para comprar coisas, esperava-se os preços caírem. Essa deflação poderia ser rápida e desastrosa para aqueles com itens para vender ou dívidas a pagar.

Em Grande Depressão deflacionária, os consumidores racionais postergariam as compras para pagar menos. Daí surgiria o *pânico*, a contrapartida natural do anterior sentimento de *euforia*.

Assim, quando a atividade bancária se desenvolveu a partir do século XVII, também se desenvolveram *ciclos de euforia e pânico*, com a ajuda de outra "circunstância". Sua duração dependia mais ou menos do tempo levado para as pessoas esquecerem o último desastre.

Na realidade, dependia de quanto tempo levava para o gênio financeiro de uma geração, afundada e desacreditada, ser substituído por novos artífices. Teriam de ser capazes de tornar os incrédulos e os iludidos crentes lhe atribuírem dotes de Midas. Não era tão difícil...

John Kenneth Galbraith, em "*Dinheiro: de onde veio e para onde foi*", narra outra boa história da minha atividade bancária.

"Em todos os países havia uma *ética muito simplória*. Os defensores do dinheiro sólido e do padrão-ouro eram boas pessoas. Os outros não.

Se eles sabiam dos acontecimentos, eles eram considerados apenas um pouco melhores, caso fossem comparados aos ladrões. Se eles não sabiam, eles eram malucos. Em nenhum caso poderiam ser admitidos no grupo de cidadãos honestos" (1975: 89).

Essa moralidade não era exclusiva dos conservadores, mas também uma virtude dos homens inteligentes e refinados da esquerda. Os socialistas, e depois os comunistas, queriam ser revolucionários, não queriam ser escravos. Quanto a isso, Galbraith concorda com O Banqueiro Comunista!

Na realidade, a façanha da criação monetária no século XIX era frágil. Certos homens pensativos e inquietos sempre apontaram a existência de um perigo: o ouro poderia tornar-se abundante e vulgar com uma subsequente e assustadora alta de preços.

Então, talvez devesse ser abandonado e movido para algo de maior valor e menor tamanho. Não era uma ideia puramente acadêmica. Em apenas um ano, 1849, seguinte à corrida do ouro de aventureiros, caçadores de fortunas e otimistas, o novo Estado da Califórnia produziu tanto ouro quanto foi extraído em todo o mundo durante a década anterior.

Ao mesmo tempo, alguns escavadores sortudos na Austrália estavam coletando enormes blocos mal capazes de levantar. Ainda havia muitas terras distantes e inexploradas no planeta. Quem sabia o possível delas conter?

Teria sido interessante ver o feito pelo excesso de ouro. Freud imaginou *o apego do ser humano ao ouro* estar profundamente enraizado no subconsciente.

Dado o prestígio do metal, ou de alguns deles, o do ouro foi preservado, embora se tornasse tão comum quanto o carvão. Esta hipótese não pôde ser testada porque tal abundância não ocorreu.

Ouro suficiente, porém, foi encontrado para ter um efeito sobre preços. Nos vinte e cinco anos anteriores a 1848, os preços do ouro estavam caindo.

Ao longo do quarto de século seguinte, eles aumentaram, embora em relação às taxas modernas de crescimento — aproximadamente 20% — não tenham sido muito elevados. Após as descobertas na África do Sul, foram diminuindo gradualmente.

O ouro permaneceu escasso. Keynes calculou, em 1930: um transatlântico poderia transportar tudo já extraído, peneirado ou

lavado, nos sete mil anos anteriores. Para Galbraith, um superpetroleiro moderno bastaria hoje.

Um perigo maior para o ouro era a guerra, seja civil, seja mundial. Durante o século XIX, o padrão-ouro manteve relativa confiança graças à sábia administração do Banco da Inglaterra.

Por um breve período, o Banco Central conduzia uma arte em vez de ciência, mas devia muito mais à paz britânica. No século XX, os governos em guerra se dirigiram aos Bancos Centrais em busca de dinheiro.

Evidentemente, em guerra, os governos não podiam arrecadar os impostos. Nenhum Banco Central, por mais se vangloriasse de sua independência, teria sequer pensado em resistir.

O mais perigoso de todos seria a democracia. Reconhecia-se o Banco da Inglaterra ser o instrumento da classe dominante. Entre os poderes atribuídos ao Banco por essa classe dominante estava o de *infligir sofrimento*.

Com política monetária recessiva poderia aumentar o desemprego em nome de baixar preços e salários. Eram os corretivos aplicados quando se perdia ouro, após excessiva euforia.

Poucos – só os marxistas – previram os trabalhadores e camponeses terem em um dia futuro um poder capaz de fazer os governos não quererem impor tais privações, mesmo sendo a causa fosse tão justificada quanto *a defesa da moeda*.

No entanto, logo se viu que os interesses dos economistas poderiam diferir dos outros nesses assuntos. Em 1810, Ricardo observou a depreciação do dinheiro em circulação ter sido mais prejudicial para os homens ricos...

Pode-se estabelecer como princípio de aplicação universal cada homem ser prejudicado ou beneficiado pela variação do valor do dinheiro em circulação. Isso se dará na proporção de sua propriedade consistente em dinheiro ou se as demandas fixas de dinheiro lhe feitas excederem as demandas fixas possível de ele fazer aos outros.

Em vez disso, os camponeses se beneficiaram da depreciação do dinheiro. Com autossustentabilidade, diferentemente de qualquer

outra classe da comunidade, eles não eram prejudicados pela inflação de alimentos, pelo contrário, ganhavam com o aumento do valor de sua produção.

Na Inglaterra, o triunfo da classe rica, citada por Ricardo, foi total. Colocou o Banco Central em defesa de seus interesses para prevenir com medicamentos recessivos contra “a eutanásia dos rentistas”.

Nos Estados Unidos, o desafio da Unidades Federativas era dominar a política monetária federal americana, durante o primeiro século e meio da República. Somente a política da escravidão dividiria os homens mais cruelmente se comparada à política do dinheiro: *se a moeda privada seria livre ou se a moeda nacional seria confiável.*

Contra meus pares, a prudência devida à sabedoria nascida de experiência secular leva O Banqueiro Comunista defender a segunda opção. Eles tampouco entendem eu apreciar a música *Imagine* do John Lennon, e não imaginar a possibilidade real de uma moeda única sem fronteiras.

Imagine não existir países (...)
Nada pelo que matar ou morrer
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz (...)

Imagine não existir propriedades (...)
Sem necessidade de ganância ou fome (...)

Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo inteiro (...)
E o mundo será como um só

Por exemplo, “moedas sociais” são *moedas não-oficiais*. São utilizadas por um certo grupo, como participantes de eventos ou de uma comunidade. Para troca de serviços ou produtos, essa comunidade busca sobreviver ao escapar do conflito entre O Mercado ou O Estado.

Uma *moeda comunitária* surgiria nessa economia solidária como uma alternativa ao escambo, isto é, a troca direta de mercadorias. Seria considerada um instrumento de desenvolvimento

local, destinada a beneficiar o mercado de bens e serviços dos produtores participantes da economia da localidade.

De início, seu uso seria restrito, porque sua circulação beneficiaria apenas a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponderia a uma política protecionista com aumento das transações exclusivas, realizadas só pelos participantes da economia local.

Como ponto de partida para esse *exclusivismo comercial*, cada moeda comunitária corresponderia a uma moeda oficial do mesmo valor como lastro. Representaria uma espécie de pacto comercial para os associados se comprometerem com a aquisição de bens e serviços produzidos na comunidade.

Os consumidores teriam descontos nos preços quando a usasse. Com isso os bens e serviços locais ficariam mais competitivos se comparados aos de outros lugares. Os comerciantes e os produtores de serviços locais poderiam abaixar os preços porque compensariam com a venda em maior escala. Evitaria o vazamento monetário para outras comunidades. A moeda comunitária atuaria em favor do desenvolvimento local.

Muitos adeptos dessa economia solidária imaginam essa alternativa na produção e comercialização de produtos “vai além da lógica capitalista”. Não visa lucro, mas sim *o escambo monetizado*.

Essa moeda comunitária cumpriria apenas duas funções clássicas do dinheiro: *unidade de conta* e *meio de pagamento*. Não seria plenamente dinheiro por não constituir *reserva de valor*, ou seja, estoque líquido de riqueza para ser usado em todo o território nacional. Melhor ainda seria caso fosse usada em toda a economia mundial.

Os entusiastas dessas experiências afirmam: “a moeda comunitária, por sua circulação restrita, auxilia a diminuir o poder centralizador da economia capitalista globalizada, e promove a inclusão social”.

Ao contrário, o plano dos criadores da Libra – não confundir com unidade de massa utilizada no sistema inglês de pesos e

medidas, equivalente a 0,453 quilogramas de ouro, nem com a moeda homônima libra esterlina ou "*pound*" em inglês -, a *nova moeda digital*, baseada em tecnologias criadas pelo Facebook, seria permitir as pessoas guardarem, gastarem e transferirem dinheiro além das fronteiras nacionais com comissões por transação próximas a zero.

Um dos alvos dos criadores dessa moeda privada era tomar parte do mercado de remessas internacionais de dinheiro. Ele movimenta US\$ 613 bilhões por ano.

"Assim como no mundo de hoje as pessoas podem usar seus telefones para enviar mensagens a amigos, com a Libra as pessoas vão poder fazer o mesmo, mas enviando dinheiro - de forma instantânea e segura e a baixo custo". Esta era a promessa idílica do Facebook.

O plano seria a Libra ser lançada no primeiro semestre de 2020 por uma fundação sem fins lucrativos, com sede na Suíça. Seria formada por 100 personalidades do setor privado (empresas digitais globais como Spotify, Uber, Visa, etc.) com direitos iguais de voto.

Essa moeda digital seria lastreada por uma reserva de ativos de baixo risco, como depósitos bancários em várias divisas e por títulos do Tesouro dos Estados Unidos. De início, as transações seriam validadas pelos membros da fundação e a reserva estaria depositada em uma "rede de custodiantes distribuída geograficamente".

Isso impediria a moeda digital de ter altas flutuações em seu valor como o *bitcoin*. Este teve uma valorização absurda, ocorrida antes do estouro da bolha da *criptomoeda*. Depois entrou em uma trajetória de declínio. Posteriormente, a recuperação do *bitcoin* só se acelerou com novo ciclo especulativo deste mercado de boatos ou rumores.

Só quem aprecia o autoengano se engana com *bitcoin*, pensando estar enganando a outros. Não tem a noção do malfeito a si e aos outros.

Especuladores tentam apresentar uma razão racional para os ganhos. Sem considerar o comportamento emocional deles, afirmam

haver sinais de interesse renovado em *criptomoedas* e na tecnologia de *blockchain*.

Este é um protocolo da confiança em registros compartilhados das operações em blocos digitais, uma espécie de livro contábil eletrônico. A “mineração” – processo de adicionar registros de transações ao livro-razão público do Bitcoin onde se armazena transações passadas – da *criptomoeda* consome cerca de 130,9 terawatt-horas por ano, enquanto, por exemplo, toda a Argentina consome 125 terawatt-horas por ano.

O lançamento de uma moeda privada global pelas *Big Techs* atraiu críticas de políticos e analistas da imprensa. Todos destacaram preocupações com privacidade e segurança.

Martin Wolf, editor e principal analista econômico do *Financial Times*, explicitou: “O Facebook foi repulsivamente irresponsável com relação a seu impacto sobre as nossas democracias. Não podemos lhe confiar os nossos *sistemas de pagamento*”.

O Banqueiro Comunista adverte o mundo estar vivendo, senão o limiar, uma *revolução tecnológica* plena com impacto sistêmico de reverberação global. A Inteligência Artificial afetarã não só o *modo de produção capitalista*, como também o *modo de vida*, possibilitando menor jornada de trabalho semanal, devido ao aumento de produtividade.

Mas terá também consequências geopolíticas. Estaremos em direção aos Estados Unidos do Mundo, uma República Federativa globalizada com moeda única?

Certo é: O Banqueiro Comunista estará aqui para ver onde chegará essa *dependência de trajetória caótica*. Sabemos estar nos afastando das condições iniciais, mas desconhecemos onde chegaremos. Quem viver, verá.

Há, historicamente, dois símbolos de soberania dos Estados nacionais:

1. o monopólio da violência e
2. o monopólio da emissão monetária.

De um lado, O Banqueiro Comunista sabe: o livre armamentismo da população civil, na verdade, das forças paramilitares milicianas, leva a um violento *neofascismo*. Os discursos de ódio das redes sociais poderão transbordar para os assassinatos daqueles diferentes dos “puros evangélicos” armados.

De outro, a emissão de moeda privada quebra o conceito de moeda oficial: *aquilo aceito como pagamento de impostos*. Sem cobranças de tributos não há políticas públicas. Sem elas, em situação caótica de desemprego tecnológico, provocado pela 4ª Revolução Industrial, o risco será viver uma distopia como em inúmeros filmes de ficção científica.

O termo *Estado*, datado do século XIII, se refere a qualquer país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado, compreendendo o conjunto das instituições reguladoras de uma *Nação*, inclusive sua moeda. Estado de Direito não se confunde com governo, por este ser submetido à lei máxima de uma Constituição.

Um Estado soberano é sintetizado pela máxima: “um governo, um povo, um território”. Detém o poder militar, dado pela violência legítima da coerção, especialmente a legal, e o poder de gasto, dado pela emissão do poder de comando das decisões econômico-financeiras.

Na realidade, o dinheiro sempre foi criado pela sociedade como um todo, dependendo tanto de *definição institucional*, quando a lei não é a do mercado, mas sim a do mais forte, quanto de *aceitação mercantil*, quando a lei de mercado decide. A moeda nacional ou oficial é criação do Estado, mas necessita da aceitação da comunidade para tornar-se dinheiro.

O confronto entre O Estado e O Mercado a respeito de *o que vai constituir o dinheiro*, principalmente em circunstâncias de ameaças de hiperinflação, quando há fuga de capital (“apátrida”) para a moeda estrangeira, é contínuo na história monetária.

Todo dinheiro é moeda, mas nem toda moeda é dinheiro. Para ganhar esse status, a moeda tem de cumprir as três funções clássicas: *meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor*.

Só assim se torna um ativo monetário, ou seja, toma a forma de riqueza plenamente líquida. Para tanto, tem de deter o *poder liberatório de todos os contratos* (de dívida, de fornecimento, trabalhistas, etc.), isto é, ter *aceitação geral* – reconhecimento legal e do mercado no plano nacional.

Só assim será instrumento de poder econômico em larga escala. O debate sobre a Libra era se uma única moeda sem emissão estatal obteria escala global. Certo era não poder ser *a moeda nacional* sem ter a capacidade liberatória ou o poder de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva.

O Banqueiro Comunista duvida se funcionará adequadamente um sistema bancário com a cisão do sistema de pagamentos eletrônicos, isto é, sem os depósitos à vista como meios de pagamentos. O CBDC (*Central Bank Digital Currency* ou Moeda Digital Emitida por Banco Central) substituirá esses depósitos?

Suas duas outras funções – *captação* (portfólio dos investidores) e *aplicação* (empréstimos e carregamento de títulos de dívida pública) – não serão dificultadas, senão inviabilizadas? Como ocorrerá então a *alavancagem financeira*, o segredo dos negócios capitalistas?

Além disso, um sistema bi monetário, cujo valor da moeda destino de fuga de capital pode sofrer choque de demanda, possui o risco de contaminar os preços nominais dos bens e serviços pagos com o meio de pagamentos oficial. Isto leva à *hiperinflação*!

Capítulo 6. O Banqueiro Comunista versus Bancos Livres

Introdução

Anna J. Schwartz, em seu verbete “*Banking School, Currency School, Free Banking*”, na Enciclopédia de John Eastwell, Murray Milgate e Peter Newman, “*Money*” (1989), ajuda-me a reviver minha memória do debate ocorrida há quase dois séculos.

Os historiadores do pensamento econômico convencionalmente representam os debates monetários britânicos a partir da década de 1820 como centrados na questão de saber se a política monetária deve ser regida por *regras*, defendida pelos adeptos da Escola Monetária [*Currency School*], ou se as autoridades devem ter liberdade discricionária, defendida pelos adeptos da Escola Bancária [*Banking School*]. De fato, muitas outras questões estavam em disputa, inclusive aquelas levantadas por participantes negligenciados ou mal identificados nos debates – adeptos da Escola de Bancos Livres [*Free Banking School*].

Entre as questões em disputa estavam as seguintes:

- (1) O sistema bancário deve seguir o princípio da *Currency School* de as emissões de notas deverem variar de um para um conforme as variações das reservas de ouro do Banco da Inglaterra?
- (2) As doutrinas da *Banking School* – contas reais [real bills], necessidades do comércio e lei do refluxo – eram válidas?
- (3) Um monopólio de emissão de notas era desejável ou, como sustentava a *Free Banking School*, desestabilizador?
- (4) O excesso de emissão monetária foi um problema e, em caso afirmativo, quem foi o responsável?
- (5) Como o dinheiro deve ser definido?
- (6) Por qual razão ocorrem os ciclos comerciais?
- (7) Deve haver um Banco Central?

Não, foi a resposta da *Free Banking School* à pergunta final. *Sim*, foi a resposta das outras duas escolas, com visões díspares, conforme indicado, sobre a *questão das regras versus autoridades*. Não estava em discussão a viabilidade do sistema padrão-ouro com conversibilidade em ouro das notas do Banco da Inglaterra.

Por quais motivos as escolas se opuseram? Cada uma das três primeiras perguntas identifica as doutrinas centrais compartilhadas por adeptos de uma das Escolas. Nas questões restantes, as opiniões individuais dentro de cada escola variaram.

Antes de estabelecer as posições de cada escola nos debates monetários, vou lembrar, com a ajuda de Schwartz (1989: 41), o contexto institucional e os principais participantes.

Fundamentos Institucionais

O Banco da Inglaterra, constituído em 1694 como instituição privada com privilégios especiais, estava à frente do sistema bancário britânico na época dos debates. Até 1826, a Carta do Banco [*Bank's charter*] foi interpretada como a proibição de outros bancos como sociedades anônimas constituídas por ações na Inglaterra.

Como resultado, os estabelecimentos bancários eram firmas individuais ou parcerias com não mais de seis membros. Dois tipos de bancos predominavam na Inglaterra:

1. os ricos bancos privados londrinos voluntariamente abriram mão de seu privilégio de emissão de notas, e
2. os outros bancos do país dependiam quase exclusivamente do negócio de emissão de notas.

Numerosas falhas entre os bancos nacionais demonstraram: o Efeito da *Bank's charter* foi promover a formação de unidades bancárias de tamanho antieconômico. Eu, O Banqueiro Comunista, sempre digo: "banco tem de ser grande demais para não quebrar"! A própria escolha dos clientes sempre foi depositar em um dos cinco maiores [*big five*] bancos comerciais para ter suas reservas financeiras seguras!

A atividade bancária na Irlanda foi modelada em linhas inglesas. O Banco da Irlanda, fundado em 1783 com o privilégio exclusivo de banco de sociedade por ações na Irlanda, renunciou ao seu monopólio, em 1821, em lugares mais distantes de cinquenta milhas de Dublin. Esse banco de sociedade por ações, atuante em toda a Irlanda, só foi legalizado em 1845.

O Banco da Escócia foi fundado em 1695 com privilégios semelhantes aos do Banco da Inglaterra, exceto ter sido formado para promover o comércio, não para apoiar o crédito ao governo. Perdeu seu monopólio em 1716, e nenhuma outra legislação bancária monopolista foi promulgada na Escócia.

Com a entrada livre em seu mercado sendo possível, muitos bancos locais privados e de sociedade anônima por ações, a maioria dos últimos bem capitalizados, se estabeleceram. Logo, uma rede nacional de agências bancárias foi desenvolvida.

Ao contrário do sistema inglês, a emissão excessiva não era problema no sistema bancário escocês. Os bancos aceitaram as notas uns dos outros e desenvolveram um sistema de troca de notas.

Os acionistas de bancos de sociedade por ações escoceses (exceto três bancos submetidos à *Bank's charter*) assumiram responsabilidade ilimitada. Na época dos debates, o sistema bancário na Escócia estava em um estágio muito mais avançado se comparado ao da Inglaterra.

Princípio da Escola Monetária [*Currency School*]

O objetivo da Escola Monetária era alcançar um nível de preços semelhante caso a oferta monetária fosse totalmente metálica ou se fosse uma moeda mista, incluindo tanto as notas de papel quanto as moedas metálicas. As entradas ou saídas de ouro sob uma moeda totalmente metálica tinham o efeito imediato de aumentar ou diminuir a moeda em circulação, enquanto uma moeda mista poderia funcionar adequadamente apenas se as entradas ou saídas de ouro fossem exatamente iguais por um aumento ou diminuição do componente de papel.

Os adeptos da Escola Monetária consideraram um aumento no nível de preços e uma queda na reserva de ouro sob uma moeda mista como sintomas de emissões excessivas de notas. Eles defendiam a regulamentação estatutária para garantir o papel-moeda não ser excessivo nem deficiente, porque, caso contrário, as flutuações na moeda exacerbariam as tendências cíclicas da economia. Eles não viam necessidade, no entanto, de regular as atividades bancárias além da emissão de notas.

A Escola Bancária desafiou essas proposições. Negou a emissão excessiva ser possível na ausência de demanda e também variações na emissão de notas causar mudanças no nível de preços domésticos, ou tais mudanças causar uma queda na reserva de ouro.

Sob um sistema monetário totalmente metálico, bem como sob um sistema bancário de moeda mista, depósitos, letras de câmbio e todas as formas de crédito poderiam influenciar os preços. Além disso, entradas e saídas de ouro sob uma moeda totalmente metálica poderiam alterar as reservas de ouro, mas não os preços.

Se a conversibilidade fosse mantida, a sobre-emissão não seria viável e nenhum contrato estatutário de emissão de notas seria necessário. Por exemplo, um balanço de pagamentos deficitário era um fenômeno temporário e se autocorrigiria quando, por exemplo, uma boa colheita se seguisse a uma ruim.

De acordo com a *Free Banking School*, a possibilidade de emissão excessiva e inflação se aplicava apenas às notas do Banco da Inglaterra. Jamais poderia ocorrer em um sistema bancário competitivo.

Princípios de Escola Bancária [*Banking School*]

A Escola Bancária adotou três princípios. Para seus adeptos, refletiam a maneira como os bancos realmente operavam em oposição ao princípio da Escola Monetária. Eles o descartavam como uma construção artificial de certos escritores.

O *primeiro princípio da Escola Bancária* foi a doutrina de os passivos de depósitos e notas nunca seriam excessivos, se os bancos

restringissem seus ativos rentáveis a contas reais [*real bills*], ou seja, representativas de operações negociadas e efetivadas.

Uma acusação feita pelos economistas modernos contra essa doutrina é ela deixar a quantidade de moeda e o nível de preços indeterminados. Isto porque ela vinculava a oferta de moeda à magnitude nominal das notas oferecidas para desconto.

Alguns membros da Escola podem ser absolvidos dessa acusação se considerarem a Inglaterra como uma economia aberta, onde seu estoque de moeda doméstica era uma variável dependente determinada por influências externas.

No entanto, por ignorar o papel da taxa de desconto na determinação do volume de *notas promissórias* – uma relação de pagamento entre duas pessoas (PF ou PJ) no qual o emitente promete pagar determinado valor ao beneficiário –, gerado no comércio, a doutrina ficou vulnerável.

Além disso, a Escola Bancária confundiu a demanda de fluxo de fundos para empréstimos, representada pelo volume de notas promissórias, com a demanda de estoque de notas circulantes, embora as duas magnitudes não sejam comensuráveis.

Os membros da *Free Banking School* também adotaram a doutrina do *real bills*. Atribuíram erroneamente a sobreemissão pelo Banco da Inglaterra à sua compra de ativos não sendo *real bills*, quando a sobreemissão era possível com uma carteira limitada a *letras de câmbio reais* – a Letra de Câmbio ou letra comercial é um título de crédito, ou seja, representa uma obrigação pecuniária –, adquiridas a uma taxa de juros capaz de levar a um estoque de meio circulante inconsistente com o nível de preços vigente.

A Escola Monetária considerou equivocada essa Doutrina das Notas Reais. Ela poderia promover um aumento cumulativo na emissão de notas promissórias e, conseqüentemente, nos preços.

Um *segundo princípio da Escola Bancária* era a Doutrina da Necessidade de Comércio [*Need of Trade Doctrine*], no sentido de a circulação de notas deveria ser determinada pela demanda, reduzida quando os negócios declinavam e expandida quando os negócios prosperavam, seja por razões sazonais ou cíclicas.

Uma suposição implícita da doutrina era os bancos poderem variar seus índices de reserva para acomodar passivos de notas mais baixos ou mais altos. Alternativamente, poderem compensar mudanças nos *passivos de notas* por mudanças opostas nos *passivos de depósitos*.

Para aumentos não sazonais na demanda por notas, a doutrina implicava em os bancos em expansão poderem obter maiores reservas a partir de um superávit inter-regional do balanço comercial.

A Escola Monetária considerou um aumento nas necessidades da demanda comercial, para manter as notas correspondentes aos aumentos na produção e nos preços, como *insalubre*. Em última análise, produziria um *dreno externo*, ou seja, uma entrada ou uma saída de moeda imposta pelos negócios – e não por uma Autoridade Monetária.

A *Free Banking School* rebateu tal objeção da Escola Monetária, afirmando ela ser paradoxal, pois a virtude de uma moeda metálica segundo sua visão era ela justamente acomodar as necessidades comerciais do país. Portanto, uma moeda mista, para responder às necessidades do comércio, não poderia ser um vício.

A objeção moderna à Doutrina das Necessidades do Comércio por ser *pró-cíclica* é um eco da visão da Escola da Moeda. *Pró-cíclico* é quando algo ganha com variações positivas no ciclo, ou seja, é o contrário de *contra cíclico*. Acontece quanto está positivamente correlacionado, por vezes de forma alavancada, com variações positivas do ciclo econômico.

O *terceiro princípio da Escola Bancária* era a Lei do Refluxo, segundo a qual a sobreemissão só era possível por períodos limitados, porque as notas retornariam imediatamente ao emitente para pagamento dos empréstimos. Tratava-se de uma modificação da Doutrina das Notas Reais, porque a adesão à doutrina supostamente impossibilitava a emissão excessiva.

Não se fez *distinção entre a velocidade do refluxo para o Banco da Inglaterra e para bancos de emissão competitivos*: uma distinção no cerne da posição da *Free Banking School*. Para esta, o refluxo de cédulas em excesso seria rápido apenas se as cédulas fossem depositadas em todos os bancos.

Nesse caso, os bancos comerciais devolveriam as notas aos bancos emissores e, conseqüentemente, acabariam com a sobreemissão relativa por bancos individuais. O Banco da Inglaterra, ao contrário, podia emitir em excesso por longos períodos porque não tinha rivais.

No entanto, a suposição ficou injustificada em caso de as notas serem devolvidas ao Banco para reembolsar empréstimos anteriores a uma taxa mais rápida em relação ao ritmo de desconto do Banco em novos empréstimos, corrigindo assim a emissão excessiva.

Além disso, se o Banco fizesse sobreemissões por meio de compras no mercado aberto, a queda nas taxas de juros ativaria rapidamente as saídas de capital, reduzindo o ouro do Banco e forçando-o a recuar.

O argumento foi mais sólido, ao se defender a Lei do Refluxo, ao se alegar as emissões em excesso não serem realizadas se não correspondessem às preferências dos detentores por notas em vez de depósitos.

A Escola Bancária não tinha um programa legislativo para a reforma do sistema monetário. A boa gestão bancária, na visão da escola, não poderia ser legislada.

Princípio da Escola de Bancos Livres [*Free Banking School*]

Como o nome sugere, o princípio defendido pela *Free Banking School* era o livre comércio na emissão de moeda conversível em espécie. Os membros da Escola eram a favor de um sistema como o sistema bancário escocês, onde os bancos competiam em todos os serviços bancários, incluindo a emissão de notas, e nenhum Banco Central detinha o monopólio da emissão de notas.

Eles argumentaram: em tal sistema os bancos não emitiam sem limite, pois, de fato, forneciam uma quantidade estável de dinheiro. Embora os custos de impressão e emissão fossem mínimos, manter as notas em circulação exigia contenção em sua emissão.

O curso de maximização de lucros para bancos competitivos era manter a confiança do público em suas emissões. Com isso, manteria

a conversibilidade em espécie sob demanda, exigindo a limitação de sua quantidade.

A resposta ao argumento a favor do livre comércio de moeda foi, diferentemente dos negócios comuns, o buscado não era “a maior quantidade pelo menor preço”, mas sim uma quantidade regulamentada de moeda. A *Free Banking School* negou a liberdade plena dos bancos degradar a moeda e alegou a separação entre o sistema bancário e a emissão de notas, a proposta da *Banking School*, era impraticável.

A *Free Banking School* perguntou: por qual razão a Currency School se opunha a uma emissão não regulamentada de notas, mas não à de depósitos? Questionava a suposição de a função de um banco emissor ser a produção de dinheiro, quando, na verdade, sua função era substituir suas notas bancárias por letras de câmbio privadas menos conhecidas como ativos do banco.

Os adeptos da *Free Banking School* negligenciaram a distinção entre uma cédula imediatamente conversível em ouro e uma letra comercial, cujo valor presente variava com o prazo de vencimento e a taxa de desconto. Eles raciocinavam supondo o livre comércio e a concorrência serem aplicáveis à criação de moeda porque o negócio dos bancos era, essencialmente, produzir o escasso bem da *reputação*.

O segundo desacordo com o argumento a favor do livre comércio no setor bancário foi os erros de cálculo dos emissores terem sido suportados não por eles, mas pelo público. Além disso, os indivíduos não tinham escolha a não ser aceitar notas recebidas em transações comuns, e o comércio em geral sofria como resultado da emissão excessiva.

A resposta da *Free Banking School* a esse argumento das externalidades acionou a capacidade dos detentores de recusar notas de emissores sem reputação. A proteção contra perdas também poderia ser fornecida se os bancos constituídos por sociedades anônimas de ações pudessem operar no lugar dos bancos limitados a seis ou menos parceiros associados.

Mais uma vez O Banqueiro Comunista alerta: é um equívoco imaginar um sistema bancário com pequenos bancos ser mais

competitivo. Na realidade, não só não oferece taxa de juro mais baixa, como também é muito menos seguro!

Além disso, se os bancos fossem obrigados a carregar títulos de dívida pública ou outros ativos com empréstimos com segura avaliação de risco, os detentores de notas seriam mais protegidos. Os membros da *Free Banking School* argumentaram nesse sentido, mas não reconheceram estarem, assim, reconhecendo um papel para a intervenção do governo em questões monetárias.

O Banqueiro Comunista sabe sim esta separação entre Estado e Mercado ser uma bobagem ideológica irrealista. Têm uma relação de dependência mútua, uma necessita do outro – e vice-versa.

Na década de 1820, a *Free Banking School* defendeu o sistema bancário de ações conjuntas tanto no setor de bancos do país quanto na concorrência direta na emissão de notas com o Banco da Inglaterra em Londres. Embora a regra de seis parceiros para bancos de emissão a pelo menos 65 milhas de Londres tenha sido revogada em 1826, após uma série de falências bancárias, o Banco manteve seu monopólio da circulação de notas na área de Londres.

Mas o Banco foi autorizado a estabelecer sucursais em qualquer parte da Inglaterra. O inquérito parlamentar de 1832 sobre a renovação da carta do Banco foi dirigido à questão do prolongamento do monopólio.

A Lei de 1833 facilitou a entrada de bancos de sociedade por ações dentro do limite de 65 milhas, mas negou-lhes o direito de emissão e tornou as notas do Banco de Inglaterra como curso legal para resgate de notas bancárias do país, garantindo o monopólio do Banco como uma autoridade central.

A ruína da causa em luta pela *Free Banking School* foi finalmente pronunciada pelo *Bank Charter Act* de 1844. Restringiu as emissões de notas de bancos privados e de ações conjuntas existentes na Inglaterra e no País de Gales à sua circulação média durante um período em 1843. A partir de então, isto é, após o *Bank Charter Act*, a emissão de notas por bancos estabelecidos foi proibida.

Excesso de emissão monetária é um problema?

Os participantes dos debates entenderam a sobreemissão de um estoque de notas, seja introduzido por um único emissor, seja por bancos em conjunto, não como excesso da quantidade de moeda, mas sim como uma opção dos seus detentores. Eles, voluntariamente, optaram por as manter como ativos, dado o nível de preços determinado pelo padrão ouro mundial.

Era possível a emissão excessiva de uma moeda conversível?

De acordo com a *Free Banking School*, a compensação interbancária de notas por bancos concorrentes operava para eliminar o excesso emitido por um único banco.

A emissão de cheques em excesso pelo sistema bancário como um todo teria um *dreno externo* pelo mecanismo de fluxo preço-moeda em espécie. A esse respeito, a Escola de Bancos Livres reconheceu o resultado da superemissão de um sistema bancário competitivo como um todo ser o mesmo de um emissor monopolista.

No entanto, seus adeptos sustentavam a emissão excessiva ser um fenômeno encorajado pelo monopólio do Banco da Inglaterra. Um sistema bancário competitivo o desencorajaria.

A *Currency School*, por sua vez, considerava tanto o Banco da Inglaterra quanto os bancos livres escoceses e os demais nacionais como igualmente propensos a emitir em excesso. Não concederam a respeito do ponto de um cheque para emissão em excesso, seja por um único banco, seja bancos no agregado, não ser possível através do mecanismo de compensação de notas interbancárias.

Para seus adeptos, a regulamentação de um emissor monopolista prometia uma oferta de moeda estável. Isto não era atingível com um sistema bancário plural ou livre.

A explicação da *Free Banking School* sobre a capacidade do Banco da Inglaterra de emitir em excesso se baseava na ausência de rivais para a circulação do Banco em Londres. Desse modo, nenhuma compensação de notas interbancárias ocorreria.

Sentia-se também a ausência de concorrência em Londres quanto a depósitos à vista com juros. Além disso, os bancos privados

de Londres mantinham as notas do Banco da Inglaterra como reservas. Daí a demanda por suas notas eram elásticas.

Ambas Escolas concordaram quanto a haver um atraso substancial antes de um dreno externo verificar a superemissão. Desse modo, as ações descontroladas do Banco inevitavelmente causariam danos à economia.

A *Free Banking School* atribuiu a disposição do Banco da Inglaterra de expandir demais suas emissões de notas à sua posição de monopólio e defendeu a revogação desse status legal.

A Escola Bancária descartou a questão da emissão excessiva como irrelevante, pois os detentores de notas poderiam facilmente trocar notas indesejadas, depositando-as. Seus adeptos não examinaram a possibilidade de um agregado monetário mais amplo poder estar em excesso de oferta, resultando em uma drenagem externa com depreciação da moeda nacional.

Como deve ser definido o Dinheiro?

Os membros da *Currency School* eram a favor de definir dinheiro como a soma de dinheiro metálico, papel-moeda do governo e notas bancárias. A *Free Banking School*, bem como a *Currency School*, concentrou-se nas notas bancárias como o meio comum de troca, ignorando os depósitos à vista. Isto porque geralmente eles não eram passíveis de transferência por cheque fora de Londres.

A definição de dinheiro da Escola Bancária às vezes é representada como mais ampla, comparada à das outras Escolas, mas na verdade era mais restrita, porque o dinheiro era restrito ao papel-moeda com lastro metálico de emissão governamental. As notas bancárias e os depósitos foram excluídos por ela, porque eram considerados meios de aumentar a velocidade do caixa do cofre do banco, mas não como um acréscimo à quantidade de dinheiro.

No curto prazo, a *Banking School* considerou todas as formas de crédito poderem influenciar preços, mas apenas o dinheiro, como estritamente definido, poderia fazê-lo no longo prazo. Isto porque o nível de preços domésticos poderia se desviar apenas

temporariamente do nível mundial de preços determinado pelo padrão-ouro.

Por qual razão os ciclos comerciais ocorrem?

As posições das três Escolas sobre os impulsos de iniciar ciclos comerciais não eram dogmas para seus membros. Em geral, a Escola Monetária e a Bancária sustentavam *causas não monetárias produzem ciclos comerciais*, enquanto a Escola de Bancos Livres apontava para *causas monetárias*. Entretanto, nem todos os membros individuais das Escolas seguiam invariavelmente essas linhas analíticas.

Uns atribuíram ciclos, essencialmente, a ondas de otimismo e pessimismo às quais os bancos então responderiam expandindo e contraindo suas emissões monetárias atendendo a empréstimos. Os bancos, portanto, nunca iniciariam a sequência de expansão e contração.

Assim, o princípio da Escola Monetária de regular a moeda para estabilizar os preços e os negócios não implicava os ciclos serem eliminados. Os ciclos, no entanto, não seriam mais amplificados pela expansão e contração monetária, se aos bancos do país fossem negados o direito de emissão, além da circulação do Banco da Inglaterra ser regida pelo Princípio do Controle da Moeda.

Mas houve dissidência, ao contrário de outros membros da *Currency School*, capaz de atribuir os ciclos comerciais às atuações do Banco da Inglaterra. Essa também era a posição da *Free Banking School*, embora em um trabalho inicial dessa Escola se sustentasse os *ciclos serem causados por fatores não monetários*.

Para a Escola Bancária, no entanto, os fatores monetários foram responsáveis tanto pela origem quanto pela propagação dos ciclos comerciais. *O excesso de otimismo levaria a uma expansão do crédito comercial* pela qual os bancos não eram, de forma alguma, responsáveis. O colapso do otimismo levaria então ao encolhimento do crédito comercial.

As *causas não monetárias* produziam flutuações de preços às quais as mudanças na circulação das notas eram uma resposta

passiva. Os proponentes da teoria não monetária do início dos ciclos comerciais não forneceram nenhuma explicação para as ondas de otimismo e pessimismo.

Para a *Free Banking School*, as ondas foram precipitadas pela expansão do Banco da Inglaterra e pela contração final de seus passivos. Inicialmente, as atuações desse Banco reduziram as taxas de juros e acabaram forçando-as a subir, pois os fundos para empréstimos aumentaram a oferta e depois diminuíram. A posição de monopólio do Banco permitiu-lhe criar tais *distúrbios monetários*, enquanto os bancos competitivos dos países não tinham tal poder.

Deve haver um Banco Central?

As Escolas Monetária e Bancária estavam de acordo quanto a um Banco Central com o único direito de emissão ser essencial para a saúde da economia. Consideravam um sistema de instituições de emissão de notas competitivas como de instabilidade inerente. Defendiam um emissor monopolista como promotor de menor risco de superemissão e maior segurança, pois manteria reservas suficientes.

As duas escolas divergiram na *necessidade de uma regra para regular a emissão de notas*, pois a Escola Monetária prometeu uma autoridade regulamentada, enquanto a Escola Bancária defendeu uma autoridade não vinculada a nenhuma regra.

A *Free Banking School* desaprovou tanto uma *regra* quanto a existência de uma *Autoridade Monetária*, preferindo, em vez disso, um sistema competitivo de emissão de notas, considerado *autorregulado*. Para a Escola de Bancos Livres, a prova de o poder centralizado ser inferior a um sistema competitivo foi revelada por flutuações cíclicas causadas por erros do Banco da Inglaterra.

Na realidade, o *Bank Charter Act* de 1844 encerrou o direito de emissão de notas para novos bancos na Inglaterra e no País de Gales. Os bancos escoceses, no entanto, foram tratados de forma diferente dos bancos irlandeses pela Lei de 1845 e dos bancos provinciais ingleses pela Lei de 1844.

Como estes últimos, a circulação autorizada para os bancos escoceses era determinada pela média de um período base, mas eles podiam exceder a circulação autorizada. A condição era caso detivessem 100% de reservas em espécie para o excesso, uma provisão também imposta ao Banco da Inglaterra.

A *Free Banking School* perdeu, assim, sua bandeira-de-luta com o fim do monopólio de emissão de notas do Banco da Inglaterra. A morte de Parnell (Barão de Congleton), em 1842, um importante porta-voz no Parlamento, prejudicou a causa. Outros da Escola eram principalmente banqueiros do país ou de sociedade por ações.

As Leis lhes conferiam benefícios ao restringir nova entrada na indústria bancária de emissão de notas e ao congelar as participações de mercado. Suas vozes se ergueram em oposição aos privilégios concedidos ao Banco da Inglaterra.

A Escola Bancária se opôs não apenas à Lei, mas apoiou seu ponto de vista pela necessidade real de suspendê-la em 1847, 1857 e 1866. A Escola Monetária respondeu as suspensões não serem de grande importância.

Afinal, prevaleceram as recomendações da Escola Monetária de estabelecer um máximo para a emissão de cédulas do país e a eventual transferência de suas circulações para o Banco da Inglaterra.

Os debates monetários, iniciados na década de 1820, não foram conclusivos. Nenhum ponto de vista carregou a vitória.

Muito depois de os participantes originais terem saído de cena, as doutrinas dessas Escolas encontraram adeptos. Mesmo a posição da *Free Banking School* em oposição à emissão de monopólio de moeda, aparentemente morta e enterrada, foi recentemente revivida por novos adeptos. O debate sobre todas as questões em disputa no século XIX continua vivo no século XXI.

O Banqueiro Comunista é atemporal e testemunha ocular disso.

Doutrina dos Bancos Livres nos Estados Unidos

Richard Hildreth (28 de junho de 1807 - 11 de julho de 1865), em 1837, publicou *Banks, Banking, and Paper Currencies*, um trabalho para promover o crescimento do sistema bancário livre na América. Além deste, publicou no mesmo ano o livro traduzido por O Banqueiro Comunista: *The history of banks; to which is added a demonstration of the advantages and necessity of free competition in the business of banking* – Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos. março 2021.*

No século XIX, a ideia de ter o Banco Central dos Estados Unidos com suas ações adquiridas por investidores estrangeiros era considerado por muitos nacionalistas um *risco político*. Tio Sam – do inglês *Uncle Sam*, referente à *U.S. Army* – é a personificação nacional dos Estados Unidos. Essa expressão foi usada primeiramente durante a Guerra Anglo-Americana de 1812.

Na véspera, o *First Bank of the United States*, fundado em 1791, foi dissolvido, em 1811, depois de sua carta patente ter sido extinta pelo Congresso norte-americano. Com isso, mais de 120 bancos estaduais puderam fazer emissões privadas de Notas Bancárias.

Eles inundaram o mercado com esse tipo de “papel-moeda”, levando o governo norte-americano a recorrer novamente a *pagamentos em espécie* em 1817. A capacidade de imprimir Notas Bancárias era um poder econômico (e político) extraordinário. Os novos banqueiros locais abominavam a ideia de se render a um forte *Banco Central*, denominado nos Estados Unidos de *Banco Nacional*.

Os liberais, como Richard Hildreth, lutavam pela livre-concorrência apenas entre pequenos bancos, ou seja, não grandes demais para suas bancarrotas representarem *risco sistêmico*. Por eles, existiriam só “bancos não sistemicamente importantes”, ou seja, sem conglomeração financeira, cartelização, fusões e aquisições.

Moeda privada é emitida por uma entidade não governamental, seja ela uma pessoa física, seja pessoa jurídica, inclusive sem fins lucrativos. É contrastada com *moeda fiduciária*, emitida pela Casa da

Moeda sob a autorização de Bancos Centrais. Em Estados soberanos, a emissão de moedas privadas é impedida por lei.

As moedas privadas, segundo seus defensores, facilitariam as transações comerciais no passado e no presente. Em lugar do escambo, ou seja, trocar mercadorias por mercadorias, os negociantes usariam *créditos* ou *meios de troca*, lastreados em ouro, prata ou cobre, senão um papel-moeda de validade local.

Hoje, os *sistemas informatizados de crédito e débito* evoluíram em direção à escrituração eletrônica. Possibilitaram colocar *criptomoedas* em circulação, como a *bitcoin*. Sua cotação especulativa se daria, supostamente, por livre oferta e demanda de todos os interessados (inclusive criminosos) no mundo, independentemente das fronteiras nacionais.

Baseado na experiência histórica, O Banqueiro Comunista critica essa forma digital de moeda de emissão privada. Sem poder ser meio de pagamento em todo o mundo, dividido entre Estados nacionais, provoca o risco de ser apenas reserva de valor especulativo e, caso seja convertida em moeda nacional, provocar uma hiperinflação.

Nos Estados Unidos, a *Era do Free Banking* durou de 1837 a 1863, quando quase qualquer banco podia emitir “papel-moeda” ou Notas Bancárias privadas. Não só os bancos privados, mas os Estados federativos, municípios, empresas de transporte ferroviário e de construção, lojas, restaurantes, igrejas e indivíduos imprimiram aproximadamente 8.000 tipos diferentes de dinheiro até o início da Guerra Civil.

Se o emissor falisse, fechasse, mudasse de localidade ou, de alguma forma, alterasse seu ramo de negócio, a Nota tornava-se inútil.

Esses livres-emissores tinham o apelido de *wildcat banks* (“bancos gato-selvagem”) por causa da reputação de *falta de confiabilidade*. Muitos eram situados em locais remotos e despovoados, habitados mais por gatos selvagens. O *National Bank Act* de 1863, decretado durante a Guerra Civil, quando um lado não aceitava a moeda do outro lado, encerrou o período do *wildcat bank*.

Embora o período de 1837 a 1864, nos EUA, seja muitas vezes referido como a *Free Banking Era* [Era do Banco Livre], o termo não é apropriado, pois não se refere a um Sistema Bancário Livre, em sentido literal. Ele se compunha sim de vários sistemas bancários estaduais, baseados nas chamadas Leis de “Banco Livre”.

Assumia-se ser desnecessário os novos operadores bancários assegurarem os contratos financeiros com colaterais e os submeterem à aprovação da legislatura estadual. Tampouco os restringiu por qualquer compromisso de oferecer garantias governamentais.

Aos “bancos livres”, predominantes nos Estados Unidos em meados do século XIX, era negado o direito de estabelecer redes de agências. Quando tinham necessidade de “garantir” suas notas, compravam e entregavam à guarda das autoridades bancárias estaduais certos títulos julgados elegíveis para esse efeito.

Esses valores mobiliários incluíam, entre outros, títulos de dívida dos próprios governos estaduais. Eles investiam na infraestrutura necessária ao desenvolvimento local.

A depreciação desses mesmos títulos foi a principal causa de quebras de “bancos livres”. A falta de filiais bancárias fez as notas emitidas pelo Estado federativo serem descontadas a taxas variáveis, dependentes da distância de suas fontes originadoras.

A *depreciação de ativos*, formas de manutenção de riqueza, durante este período, também explicava as falências bancárias. Porém, a alta *taxa de bancarrota*, durante a chamada Era do Banco Livre, nos Estados Unidos, é atribuída, por vários autores, à ameaça de *regulamentação bancária*. Ela encontrou as condições políticas de ser aprovada durante a Guerra Civil.

Depois, de 1863 até 1913, quando se instalou finalmente o *Federal Reserve*, isto é, o Banco Central dos Estados Unidos, ocorreu a fase da História dos Bancos norte-americanos conhecida como *Era dos Bancos Nacionais*. Apenas bancos estaduais oficiais operavam sob um Sistema Bancário Livre para emitir suas Notas.

Considerações Finais. Direito à Propriedade Privada de Ações por Trabalhadores

O sistema capitalista é um complexo sistema econômico-financeiro, emergente de diversos componentes, entre os quais destacam-se a propriedade privada dos meios de produção e seu usufruto para a acumulação de capital. Os componentes nucleares deste sistema incluem, além desses componentes destacados, o trabalho assalariado, a troca voluntária, um sistema de preços relativos e mercados relativamente competitivos para estabelecer esses valores de troca, seja de mercadorias, seja de ativos, isto é, formas de manutenção de riqueza.

A etimologia de *capital* vem do latim *capitale*, com o significado de “cabeça, principal, primeiro, chefe”. Passou a ser usado, na Itália, desde o século XIII, com o sentido de estoques de mercadorias, dinheiro próprio ou dinheiro emprestado com direito a juros.

O termo *capitalista*, referente ao proprietário de capital, data de meados do século XVII, na Holanda. Seu uso é anterior ao do termo *capitalismo* para designar o sistema.

Evidências de comércio mercantil em longa distância, orientado e motivado pelo lucro, foram encontradas em registros no segundo milênio a.C.. A moeda de troca era já uma realidade consensual. Combinava-se algo ter valor comum para todos os negociantes.

Após a Queda do Império Romano, a maior parte da economia europeia passou a ser controlada pelos poderes dos senhores feudais locais. Então, *o mercantilismo* entrou em declínio na Europa, mas não nos países árabes.

Estes comerciantes o espalharam, junto com *o islamismo*, para o Norte da África, a Ásia e, finalmente, a Europa no século XIV. A propagação mercantilista na Espanha e em Portugal propiciou as Grandes Navegações e a conquista das Américas.

Essa chamada “fase comercial do capitalismo” se desdobrou com inovações financeiras cruciais. Embora as primeiras operações

bancárias da história tenham sido desenvolvidas na Civilização Fenícia, na Antiguidade, o primeiro banco moderno foi criado em 1406: o *Banco di San Giorgio*, em Gênova - Itália.

Com o desenvolvimento do comércio marítimo, sinalizando o fim da Idade Média, o banqueiro se tornou mais encontrável na Europa. Em 1519, Fernão de Magalhães organizou ainda com o financiamento dos reis da Espanha a primeira circum-navegação.

Outra inovação financeira crucial foi o *mercado de ações*. A Bolsa de Valores de Amsterdam, considerada a mais antiga do mundo por ter sido fundada em 1602, propiciou a Companhia das Índias Orientais Holandesas fazer emissões primárias de suas ações e obrigações – e dar-lhes liquidez em um mercado secundário.

Entre os princípios fundamentais da doutrina mercantilista estava o *bullionismo*. Para cada reino acumular metais preciosos, necessitava exportar mais bens em vez de os importar. Os estrangeiros propiciariam a diferença em metais preciosos: ouro, prata ou cobre. Originou daí a ideia de protecionismo ou reserva de mercado local.

O primeiro Banco Central é considerado o Banco da Inglaterra, surgido em 1694 como uma sociedade anônima privada. Como contrapartida de empréstimos para financiar a guerra contra a França, o rei inglês concedeu ao banco o monopólio de emissão de moeda na região de Londres.

Deu-lhe, assim, duas das funções clássicas de um Banco Central:

1. banqueiro do governo e
2. monopólio de emissão monetária.

Na Suécia, em 1661, devido à incredulidade das moedas de baixo valor em cobre e à escassez de prata, foram emitidas as primeiras *cédulas sem lastro* na Europa pelo Banco de Estocolmo, conhecidas como *papel-moeda fiduciário*.

A história monetária se caracteriza por secular e progressiva *desmaterialização da moeda*, desde o padrão-ouro até o presente CBDC [*Central Bank Currency Digital*]. O Bitcoin foi pioneiro no

conceito, mas a CBDC é diferente da moeda virtual e criptomoeda por estas serem privadas e não controladas por um Estado nacional soberano.

O Banco Central da Suécia começou testes com sua moeda digital, a *e-krona*, no começo de 2020. A China ingressou, de maneira pioneira, no novo mundo das moedas digitais dos Bancos Centrais, ao propiciar a realização de pagamentos com o uso do *yuan eletrônico*, emitido pelo Banco do Povo da China, o Banco Central chinês.

As CBDCs são espécie de “papel-moeda digital”. Para ganharem massa crítica, os Bancos Centrais competirão com os bancos tomadores de depósito no varejo, o principal negócio dos banqueiros desde a Idade Média.

Paradoxalmente, os CBDC de um Banco Central poderão agravar a instabilidade financeira se fomentar uma “corrida bancária”. Depositantes apavorados com o risco de bancarrota transfeririam seus recursos para a segurança do risco soberano.

Outro problema sistêmico, em condições normalizadas, é a ausência de saque desse “papel-moeda digital” deixar de limitar o multiplicador monetário. A principal forma de criação de moeda bancária digital se dá através da série de empréstimos-depósitos-empréstimos, regulada por recolhimento compulsório de reserva ou limitada por saque de papel-moeda.

Caso ocorra a extinção definitiva desse papel-moeda em espécie, com o uso de CBDC, provavelmente, bancos de varejo deixarão de receber depósitos à vista. Receberão apenas depósitos a prazo remunerados (CBD), ou seja, encarecerá o *funding* – e esse maior custo será repassado aos clientes.

Interessante em toda essa trajetória em direção à *desmaterialização da forma da moeda* é o dinheiro ser muito concreto como riqueza, isto é, estoque de poder de compra. Esta é baseada em predominâncias periódicas de incertas avaliações subjetivas, muitas vezes não baseadas em fundamentos reais, mas sim em comportamentos emotivos.

Alguns historiadores veem o *mercantilismo* como o primeiro estágio do *capitalismo*. Outros argumentam este sistema ter surgido

mais tarde, porque sua marca seria a *criação de mercados para as chamadas "mercadorias fictícias"* por Karl Polanyi. Para ele, terra, trabalho e dinheiro eram meios de produção, logo, não foram produzidos, originalmente, para serem trocados em mercados secundários.

Fictício é um adjetivo referente a fingimento, ser ilusório, enganoso, aparente. A crítica materialista se refere à riqueza ou à acumulação de capital acionário como uma ficção! Nada mais concreto em um mundo materialista...

Em outros termos, essa crítica não é, no fundo, uma crítica moralista, onde permanece a velha pregação religiosa contra o capital portador de juros?

O "capital fictício" corresponderia ao valor presente de um determinado fluxo de rendimentos futuros. Isso torna qualquer fluxo de renda potencialmente capital, capaz de se materializar em um título financeiro precificado a cada momento pela predominância das avaliações subjetivas dos participantes do mercado secundário, baseadas na oferta e demanda.

O *capital financeiro* pode ser entendido como o capital representado por títulos, obrigações, certificados e outros papéis negociáveis e rapidamente conversíveis em dinheiro. *Não tem nada de fictício* no sentido de ser ilusório, enganoso, aparente.

A crítica marxista condena, religiosamente, toda atividade econômico-financeira "não produtiva". Ela não é diretamente geradora de empregos para trabalhadores na linha de produção, seja em montagem industrial, seja em agropecuária ou indústria extrativa.

No entanto, como testemunhado por O Banqueiro Comunista, ao longo da história capitalista mundial, a multiplicação de empregos em diversas atividades de produção de serviços urbanos, inclusive em economia criativa, se deu por meio de *alavancagem financeira*.

Reagir contra a evolução histórica é típico de *reacionarismo*. E esse dogmatismo é inútil por causa do tempo ser irreversível.

Conservar intacta, no século XXI, uma doutrina do século XIX não é só *anacronismo* – erro cronológico, quando determinados conceitos, objetos, pensamentos, costumes e eventos são usados

para retratar uma época diferente daquela a qual de fato pertencem. É também um excessivo apelo ao Argumento de Autoridade com inúmeras citações de Karl Marx sem nenhuma adequação ao atual contexto, quando se dá "Adeus ao Proletariado", por exemplo, em linhas de montagem industrial com robôs ou, brevemente, veículos autônomos prescindindo de motoristas profissionais.

Coerentemente, o marxismo teria de ser vivo e adaptado por seus adeptos ao novo modo de vida. Uma revisão da Teoria do Valor-Trabalho e o abandono do conceito de Capital Fictício, como referente ao capital financeiro, são ambos urgentes.

Meus companheiros de esquerda, afirma O Banqueiro Comunista, necessitam entender *o direito à propriedade privada* como um avanço face à escravidão, à servidão e ao mercantilismo. Foi uma conquista social contra o monopólio da riqueza pela Igreja, Monarquia e nobreza.

Os trabalhadores devem agora lutar pela conquista do controle das participações acionárias e conseqüente autogestão não alienante de companhias abertas. Devem conquistar participações nos lucros e resultados através de Opção de Compra de Ações [*stock-options*].

Este "capitalismo de fundos de pensão" é distinto da má experiência histórica da "propriedade coletiva dos meios de produção", controlada por uma nomenclatura de um partido único totalitário.

FERNANDO COSTA

O Banqueiro Comunista

Conceitos - História - Dicas para Enriquecimento



Apêndice: O Banqueiro Comunista - Primeiro Artigo Publicado no Primeiro Número da RBEMF

RBEMF | OBSERVATÓRIO DO BANCO CENTRAL | IE-UFRJ | Vol.1 no.1. A REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA (*BRAZILIAN REVIEW OF MONEY, BANKING AND FINANCE*) é uma publicação semestral do grupo de pesquisa Observatório do Banco Central (OBC), Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Site: www.observatoriodobancocentral.com.br

Link: https://www.observatoriodobancocentral.com.br/?page_id=798

O Banqueiro Comunista

Fernando Costa¹

*"Não há maior magia que a magia do mercado,
nem heróis mais heróis que os banqueiros"*

(Eduardo Galeano. *O Livro dos Abraços*. Porto Alegre, L&PM, junho 1991/2002).

Quando reconhecem meu heroísmo, tratam-me com ironia. O mesmo autor, Eduardo Galeano, antes tinha dito: "Os banqueiros da grande bancaria do mundo, que praticam o *terrorismo do dinheiro*, podem mais que os reis e os marechais e mais que o próprio Papa de Roma. Eles jamais sujam as mãos. Não matam ninguém: se limitam a aplaudir o espetáculo."

Acusa-me de, sem ser eleito, "decidir o nível dos salários e do gasto público, os investimentos e desinvestimentos, os preços, os impostos, os lucros, os subsídios, a hora do nascer do sol e a frequência das chuvas." Ora, é uma tamanha injustiça me atribuir tudo isso! Não sou *onipotente*!

¹ Fernando Costa rende homenagem a Fernando Pessoa em comemoração aos 100 anos da publicação de "*O Banqueiro Anarquista*". Professor Titular do IE-UNICAMP. <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.

Dada a minha necessária modéstia, só sou *onipresente* no capitalismo... Com essa onipresença arrisco-me a dizer: minha *onisciência* está delimitada por esse tempo já vivenciado do presente ao meu passado mais longínquo. Pouco sei a respeito do futuro.

Por isso, tenho de fazer avaliação de risco para medir quem possivelmente me caloteará e, em última instância, aos meus clientes depositantes. E daí faço *hedge*, isto é, operações de proteção contra inúmeros riscos de minha atividade bancária.

Meus detratores são muitos e perversos em suas ironias. Torna difícil defender-me. Bertolt Brecht me acusou sem ter o ônus de apresentar provas: "Em vez de roubar um banco, rouba-se mais ao fundar um."

Mark Twain acha não ser meu dever proteger os clientes depositantes durante as crises! Definiu: "Um banqueiro é quem te empresta o guarda-chuva quando faz sol e te pede de volta quando começa a chover."

John Garland Pollard errou ao me acusar de não pagar juros aos investidores. "Banqueiro: quem empresta o dinheiro dos outros e guarda os juros para si."

Bob Hope acha ser possível eu arriscar a emprestar recursos de terceiros a um pobre devedor, incapaz mesmo de oferecer uma garantia de devolução. "Banco é o lugar onde você pode obter dinheiro emprestado, se provar ter muito dele."

"Para se desprezar o dinheiro é preciso tê-lo muito", reconheceu Cesare Pavese. Esta é uma importante lição financeira da qual tratarei mais adiante.

Mais confiável foi Robert Charles Benchley ao reconhecer: "Não confio em nenhum banco capaz de me emprestar dinheiro sem pedir-me nenhuma garantia."

Samuel Goldwyn também reconheceu o abuso de seu pedido, embora ironicamente. "Os bancos não tinham posses suficientes para mim. Por isso, tive de começar sozinho os meus negócios."

Um poeta, Carlos Drummond de Andrade, chegou ao âmago da questão. "O cofre do banco contém apenas dinheiro. Frustrar-se-á quem pensar nele encontrar riqueza."

Jô Soares fazia graça, mas não via a consequência de se "rasgar dinheiro" de terceiros. "A comissão (e não a ocasião) faz o ladrão."

De fato, um financista especialista, John Maynard Keynes, sabe a necessidade de remuneração do custo de oportunidade com um prêmio pelo abandono da liquidez de modo os detentores liberarem seu dinheiro para o uso de outros. Disse: "o hábito de não se dar a devida atenção à relação da taxa de juros com o entesouramento pode explicar, em parte, a razão pela qual *o juro tem sido usualmente considerado como uma recompensa por não gastar*, quando, na realidade, *ele é a recompensa por não entesourar*."

Henry Ford, um industrial bem-sucedido, era infeliz por não ter obtido reconhecimento da comunidade como eu ao transformá-la em minha clientela. Ele me ameaça com uma revolução! "Ainda bem as pessoas da Nação não serem capazes de entenderem nosso sistema monetário e bancário, pois se entendessem, haveria uma revolução antes do amanhecer."

Quem mais aproxima da realidade é John Kenneth Galbraith ao reconhecer a nobreza do meu permanente ofício de dever à comunidade. "Ser banqueiro é uma carreira da qual ninguém se restabelece completamente." E ele mesmo acrescenta: "A maneira como os bancos ganham dinheiro é tão simples a ponto de ser repugnante."

Vou aqui lhes contar a respeito dessa simples atividade profissional, a qual interessa a todos, quem tem e quem não tem dinheiro. Mas, inicialmente, tenho de fazer uma confissão, talvez para espanto de muitos, eu me defino como *O Banqueiro Comunista!* Faço contraponto para meu colega, *O Banqueiro Anarquista*, de autoria do xará do meu criador, o grande Fernando Pessoa.

Feitos os devidos esclarecimentos a respeito dessa minha opção ideológica e das minhas principais funções sociais, partirei para lhe contar dois ou três conceitos-chaves da atividade bancária junto aos empreendedores e aos investidores: *alavancagem financeira* do lado

do ativo e *grau de fragilidade financeira* do lado do passivo. Acrescentarei a necessária noção sistêmica de *multiplicador monetário*, pois muitos pares meus se consideram meros intermediários financeiros neutros – e não criadores de moeda como componentes de um complexo sistema bancário.

Dados esses necessários conhecimentos prévios, poderei narrar minha história secular em seus traços mais marcantes ou memoráveis. Não é triste por sua malvadeza, muito antes pelo contrário! Minha tristeza é o saudosismo da glória de ter financiado a construção desde casebres a palacetes, de comunidades a Nações, de países a Impérios.

Não reconhecem a importância da minha atividade, desde quando surgiu a divisão de trabalho, seja local, seja internacional. Não à toa estou *onipresente ao longo dos tempos...*

Os autores da literatura da “financeirização” me tratam como uma excrescência no capitalismo! Como eu fosse uma coisa desnecessária ou inútil a desequilibrar a harmonia do todo capitalista...

Finalmente, para gáudio do raro leitor, ensinarei o simples modo de se enriquecer como trabalhador. Não tratarei de quem nasce já com a sorte predeterminada pelo berço, mas sim das Finanças dos Trabalhadores. Todos com emancipação financeira compreenderão, enfim, a razão de eu ser O Banqueiro Comunista!

Antes, cumprindo o ritual acadêmico, devo reconhecer: diferentes autores me trataram de maneira distinta. Veja seus títulos nas referências bibliográficas. Mas aqui, desde logo, devo destacar alguns exemplos, já me (des)trataram como:

- *If God Was a Banker* (Ravi Subramanian);
- *God's Bankers: A History of Money and Power at the Vatican* (Gerald Posner);
- *God's Banker: The Life and Death of Roberto Calvi-Dodd* (Calvi, Roberto & Cornwell, Rupert);
- *Lucifer's Banker: The Untold Story of How I Destroyed Swiss Bank Secrecy* (Bradley C. Birkenfeld);

- *Lucifer's Banker Uncensored* (Bradley C. Birkenfeld);
- *Hitler's Secret Bankers: How Switzerland Profited from Nazi Genocide* (Adam LeBor);
- *Swimming with Sharks: My Journey into the World of the Bankers* (Joris Luyendijk);
- *The people's banker* (Valente, Francesca & A.P. Giannini).
- *Banker to the poor: micro-lending and the battle against world poverty* (Grameen Bank - Yunus, Muhammad & Jolis, Alan.).

Por eu servir desde a deus até ao diabo, conviver com Hitler e os tubarões dos negócios, poucos veem eu ter optado por meu reconhecimento como *banqueiro do povo*. Comovi-me até chegar as lágrimas, quando li o depoimento sobre minha atuação como *banqueiro dos pobres* na batalha contra a pobreza mundial!

Contra essa possibilidade de eu chorar, contam a seguinte infâmia. Um banqueiro tinha um dos olhos de vidro em cópia perfeita. Diante uma pobre cliente, solicitando-o ajuda financeira com uma história muito comovente, ela foi solicitada a desvendar qual deles era o olho de vidro artificial do banqueiro.

Olhou e concluiu sem pestanejar: – O olho de vidro é o direito! Quis saber o banqueiro: – Como você descobriu ser este o olho artificial? – “Simples”, respondeu ela, “seu olho de vidro irradia maior calor humano”...

Banqueiros são apresentados como o paradigma do materialismo, de quem jamais se pode esperar atitudes altruístas. Provarei a você, raro leitor, eu ser *materialista*, mas *histórico*!

Poucas profissões são mais estigmatizadas senão a minha de banqueiro, em particular, sou mais por ser comunista! Sempre fui retratado como uma figura mesquinha, gananciosa e desalmada. Shylock, personagem central de “*O Mercador de Veneza*”, peça teatral de Shakespeare, é visto como meu arquétipo.

Arquétipo é um conceito da Psicologia, utilizado para representar padrões de comportamento associados a um personagem ou papel social. Esse conceito foi desenvolvido por Carl G. Jung.

Para ele, *os arquétipos estão no inconsciente coletivo* e por isso são percebidos de maneira similar por todos. São uma herança psicológica, resultante das experiências de milhares de gerações de seres humanos no enfrentamento das situações cotidianas.

As imagens dos arquétipos são encontradas em mitos, lendas, na literatura, nos filmes e aparecem nos nossos sonhos de enriquecimento. Vou aqui explicar o meu arquétipo, *O Banqueiro Comunista*.

Optei por ser O Banqueiro Comunista

Meu colega rival, *O Banqueiro Anarquista*, em 1922, cem anos atrás, buscou diferenciar sua doutrina da ideologia dos “parvos dos sindicatos e das bombas”. Indicou ser diferente deles: “eles são anarquistas só na teoria, eu sou-o na teoria e na prática. Eles são anarquistas e estúpidos, eu sou anarquista e inteligente”.

Tal como ele, eu nasci do povo e na classe operária da cidade. De bom nada herdei. Só tenho dons naturais – uma inteligência naturalmente lúcida e uma grande força de vontade – os quais mesmo meu baixo nascimento social não pode retirar. Fui trabalhador, vivi uma vida apertada pelas circunstâncias – e planejada para dela sair.

O que é um comunista? No fundo, é só um revoltado contra a injustiça dos nascimentos desiguais socialmente. Ele se revolta contra as convenções sociais capazes de provocar essa *desigualdade social*.

Aceito alguém ser superior a mim por o dado naturalmente – o talento, a força, a energia –, mas não aceito alguém ser meu superior por *qualidades postizas*. Dessa revolta contra as convenções e fórmulas sociais nasceu meu comunismo.

Meu esforço é para *abolição de todas as desigualdades sociais*. Desejo todos poderem ser igualmente meus clientes com a igualdade de oportunidades generalizada para possibilitar a mobilidade social.

As instituições sociais como O Dinheiro, O Mercado e O Estado eu as trato com a reverência de O maiúsculo por serem elas sobrenaturais. Mas, como eu, são apenas *onipresentes*.

Não são *onipotentes* a ponto de umas barrarem as outras. Muito menos são *oniscientes* por não saberem lidar com o futuro incerto porque resultantes de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras, entre as quais, pudera, há decisões impactantes ainda não tomadas!

Meu colega anarquista trata essas *instituições* como *ficções*, entre as quais inclui também as famílias, as religiões ou qualquer coisa capaz de estorvar as realidades naturais. Não sou tão radical por ter tolerância com instituições capazes de serem construtivas de melhor bem-estar social.

Ele coloca o dualismo binário entre anarquismo ou capitalismo. Eu adoto o Terceiro Incluído, ou seja, entre O Mercado e O Estado, coloco A Comunidade acima de ambos.

Na passagem da *sociedade burguesa* para a *sociedade comunitária*, é necessária uma transição mental, ou seja, a gradual adaptação dos espíritos humanos à ideia dessa última não como *a pobre da escassez do passado*, mas sim como *a rica da abundância do futuro*. Cito Fernando Pessoa por meio do meu colega: "o homem lúcido examina todas as objeções possíveis e as refuta, antes de se poder dizer seguro de sua doutrina" (1922: 20).

Se houver uma *revolução social súbita*, via luta armada, será implantada não uma sociedade comunitária livre, mas sim uma ditadura. Não há consolo popular na passagem de uma *ditadura burguesa* para uma *ditadura do proletariado*. Se fossem capazes de argumentar ou pensar todos os ditos revolucionários veriam isso.

Um regime revolucionário acaba por se tornar uma *ditadura de guerra*, ou seja, um *regime militar despótico*, porque o estado de guerra é imposto permanentemente à sociedade por uma parte minúscula dela. Esta é a nomenclatura dos nomeados por quem assumiu o poder com base em armas.

Refutando esse *despotismo militar*, eu desejo a liberdade igualitária para todos. É necessário atender à chamada Oração da Serenidade.

Ela deve estar enraizada na vida e no espírito de religiosos e de ateus. Reza todos deverem obter:

- a *serenidade* para aceitar aquilo impossível de mudar por ser natural,
- a *coragem* para mudar o possível por ser social, e
- a *sabedoria* para distinguir um do outro.

Há um debate, ou melhor, um confronto de ideias entre mim, O Banqueiro Comunista, e meu colega, O Banqueiro Anarquista. Aceitamos ambos uma pessoa não nascer para ser rico ou pobre.

Mas ele afirma o ser humano não nasce para ser solidário, mas apenas para *ser ele próprio*, ou seja, *egoísta*. Meu humanitarismo me convence seus instintos naturais leva-lo a ser *solidário*, ou seja, *altruísta*.

Uns se tornam chefes por *imposição*, outros se tornam líderes por *manha*. Ambos mandam nos outros, não deveria ser pela força do dinheiro ou da posição social.

Qualquer autoridade de natureza fictícia tem o risco de se tornar uma nova tirania. Tem como contrapartida *a servidão voluntária* seja ao líder religioso, político, seja ao pior: o dinheiro!

Há também *a tirania do auxílio*: em vez de mandar nos outros, impor-se aos outros, pelo contrário, esse tirano busca auxiliá-los em tudo quanto é possível. Torna-os incapazes e/ou eternos dependentes.

Na verdadeira mudança sistêmica, cada qual tem de, através das próprias forças individuais ou coletivamente, superar as instituições sociais capazes de atrasar nossa emancipação financeira. Temos de *conduzir* – e não sermos conduzidos pelo dinheiro!

Em vez de fazer só propaganda, convencendo outros por oratória ou por escrita, levar adiante *a ação individual planejada* – especialmente, caso *a ação coletiva*, isto é, a política não se mova. A *ação direta* é o esforço pessoal aplicado à prática da vida real.

Trata-se não de destruir todas as instituições sociais sentidas como discriminatórias, mas sim de vencê-las, subjugando-as, reduzindo-as à inatividade ou passividade. Ao longo dos tempos

vivenciados por mim, desde o fim da Idade Média, a instituição mais permanente nessa longa Era do Capitalismo é o *dinheiro*.

Como subjugar o dinheiro, ou de modo mais apropriado, a *tiranía do dinheiro*? Não é eliminando-o, mas sim tornando-se livre da sua influência como um *fim* em si.

Um *meio* ou *instrumento* não pode ter força superior. A sabedoria de lidar como ele é reduzi-lo à *passividade*, no sentido próprio da palavra ao *usar o dinheiro como um passivo para financiar ativos*.

Passivo é um adjetivo atribuído a algo tornado alvo de uma ação provocada por outra pessoa, no caso, o dinheiro subordinado a mim, O Banqueiro Comunista. Ele está relacionado com o fato de uma pessoa não realizar coisas por si mesma, deixando para outras pessoas fazer isso por elas.

Meu *alter ego* genérico atua nesse posicionamento metafórico de sua atividade. Evita, assim, um comportamento passivo, atribuído à falta de iniciativa na execução de ações.

Para subjugar o dinheiro, combatendo sua tirania socialmente influente, só há um processo: *acumulá-lo em quantidade bastante* a ponto de não mais sentir a influência de sua ausência como *um meio de compras de bens essenciais*.

Quanto mais o tiver, para atender suas necessidades essenciais, predeterminadas de maneira planejada, tanto mais livre você estará de sua influência. Por isso, entrei nessa atividade – a bancária – para atuar em favor do meu comunismo comunitário!

Consigo desse jeito imediato a liberdade só para mim, porque liberdade para todos só poderá vir com a destruição de todas as instituições tirânicas. *Eu não acredito em revolução social*, mas sim em *evolução gradual do sistema social* com um progresso cooperativo. Só consigo o possível, porque o resto é impossível...

Logo, para subjugar a instituição *dinheiro*, o caminho individual e social paradoxal é o *enriquecimento*. Em uma sociedade imperfeita, e ainda por cima pobre, só se torna livre, para fazer o possível de ser feito, quem se torna independente da *tiranía de auxílio*.

Os anarquistas ou os comunistas teóricos imaginam conseguir o fim da existência de capitalistas no mundo, mas isso só será possível se inovações tecnológicas alterarem a relação de produção existente entre capitalistas e assalariados. No entanto, o capital-dinheiro sempre sobreviverá, seja em meio físico, seja em moeda digital.

As desigualdades naturais continuarão inalteráveis... Sobre elas ninguém tem poder algum, não há mudança social capaz de as modificar. Mas entre elas não está “a sorte do berço”, discriminatória socialmente desde o nascimento. Pode-se superá-la.

As desigualdades sociais podem ser alteráveis. Esse é o credo de minha gente de esquerda. A direita descrê dessa possibilidade.

Conceitos-chave para O Banqueiro Comunista

Crianças, eu vi! O capitalismo sem alavancagem financeira, apenas com a poupança guardada “debaixo-do-colchão”, não teria chegado nem ao estágio do século XIX, quando se expandiu a *economia de endividamento bancário* concomitantemente à *revolução industrial*. Na realidade, a *revolução financeira* foi antes desta.

Pelo visto por mim, a ética protestante da parcimônia não se impôs ao espírito consumista do capitalismo. A *virtude individualista* foi vencida pela *ganância coletiva*, amparada por crédito.

A economia torna-se desequilibrada, mas dinâmica. Sem crédito, no entanto, ela rasteja.

Há uma grande incompreensão – e má vontade quanto à argumentação racional para obter compreensão – a respeito dos *papéis dos bancos*. Papel tem vários significados.

Pode ser compreendido como o emprego, a função ou o uso de bancos, por exemplo, o papel do crédito bancário na expansão da renda e do emprego. É visto também como a interpretação de um ator para encenar um enredo.

No caso daqui o personagem-protagonista representa *O Banqueiro Comunista*. Em muitas narrativas preconceituosas, seja religiosa, seja ideológica, é como eu fizesse o papel de um agente perverso no capitalismo.

O dever legal, moral ou profissional de cada pessoa é desempenhar um *papel fundamental* na construção de uma sociedade progressiva. Se tiver um comportamento reprovável, odioso, vergonhoso, será um *papelão*. Se eu lhe explicar o meu papel, raro leitor, você terá misericórdia comigo.

Em Economia, “papéis” representam dinheiro ou ativos: formas de manutenção (e valorização de riqueza) como títulos, ações, debêntures. Impresso em papel-moeda ou “espécie” é uma *espécie em extinção*, substituída por pagamentos digitais.

Este é, justamente, um papel-chave do sistema bancário: *dar acesso ao sistema de pagamentos eletrônicos*, de modo a oferecer segurança e facilidade aos clientes, isto é, todos os cidadãos “bancarizados”. Este é o jargão profissional, empregado por mim, para designar a todos com *direito à cidadania financeira*.

Esse papel é socialmente relevante. A *cidadania* pode ser definida como a condição do indivíduo-cidadão viver de acordo com um conjunto de direitos conquistados em uma comunidade, política e socialmente, articulada de maneira democrática.

Uma adequada cidadania implica os direitos e os deveres estarem interligados. O respeito e o cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais justa.

Daí cabe o exame de outro papel-básico do sistema bancário: *financiar*. Ao acreditar no tomador de crédito, o empréstimo propicia expansão da capacidade produtiva, capital de giro para a produção, antecipação do consumo, aquisição da habitação, compra de ativos baratos para vender caro (especulação), etc. Em última análise, o capital financeiro se torna “produtivo” ao propiciar o aumento da oferta de empregos.

Infelizmente, em uma sociedade desigual em termos de distribuição de renda e concentração de riqueza e uma economia com elevada instabilidade cambial, inflacionária e em oferta de empregos formais, a *inadimplência é muito elevada*. O Banqueiro Comunista luta contra essas causas primárias, tanto para o próprio bem, quanto para o bem-estar social.

Inadimplência consiste na falta de cumprimento de uma obrigação, principalmente de teor financeiro. Se configura quando alguém não cumpre com um compromisso previamente estabelecido por contrato firmado.

Determinada pessoa torna-se *inadimplente* quando não executa a sua responsabilidade financeira, seja em sua totalidade, seja em parte dela. Ela está prevista em contrato assinado por conta própria.

Nessa situação, não é raro o devedor inadimplente buscar a transferência da responsabilidade, paradoxalmente, para o credor ao qual recorreu de maneira voluntária! Eu, O Banqueiro Comunista, levo a culpa por lhe apoiar com empréstimo!

Quando um consumidor ou um mutuário compra um produto e faz o pagamento em prestações, ele se compromete a pagar mensalmente uma quantia determinada até quitar o valor total do bem adquirido. Caso o comprador não faça o pagamento até a data estipulada, ele passa a ser classificado como em *estado de inadimplência*.

Os inadimplentes ficam impossibilitados de conseguir aprovações de outros empréstimos em bancos, devido ao fato de terem demonstrado não possuírem condições financeiras para honrar com seus compromissos. Mesmo com taxa de juro prefixada no empréstimo inadimplido, ele culpa os bancos por essa taxa de juro ser elevada, se ele solicitar um refinanciamento da dívida.

Ora, para O Banqueiro Comunista não perder recursos de terceiros sob sua guarda, o risco de perda com os inadimplentes é imputado aos adimplentes. Religiosamente, "os justos pagam pelos pecadores".

Por qual razão? Porque os bancos operam com recursos de terceiros. A Autoridade Monetária supervisiona *online* o risco sistêmico.

Fluxos de saída têm de corresponder, contabilmente, a *fluxos de entrada*. Quando as entradas esperadas, por exemplo, com vendas, não são confirmadas, os agentes econômicos têm de recorrer a empréstimos para cobrir seus fluxos de saídas com compromissos

previamente firmados, por exemplo, com pagamentos de salários, fornecedores e credores.

Por trás dessa circulação monetário-creditícia, tem o terceiro papel-chave dos bancos: *propiciar investimentos financeiros*. Oferecem segurança, liquidez e rendimentos de modo a proteger o poder aquisitivo das reservas financeiras dos depositantes ou investidores.

Os trabalhadores se esforçam, durante toda a vida profissional ativa, para ter recursos financeiros de modo a substituir renda do trabalho na aposentadoria.

Há grande desconhecimento do *papel da alavancagem financeira*. Um empreendedor busca sócios para obter capital para comprar ou investir em um ativo com tendência firme de alta em seu preço. Se vendê-lo, por exemplo, por $\frac{1}{4}$ a mais do preço de compra, ele obtém rentabilidade patrimonial de 25% nesse período.

Alternativamente, se empregar o próprio capital para tomar emprestado três vezes mais e multiplicar a aquisição do ativo por quatro, ele ganha economia de escala no negócio. Poderá vender esse maior volume pelo mesmo $\frac{1}{4}$ a mais do valor de compra e obter rentabilidade sobre o capital próprio de 100% no mesmo período, caso o juro for zero.

Evidentemente, um juro de empréstimo não poderá ser zero, pois ele tem de cobrir o custo do *funding* (estrutura de passivos) mais um *spread*. Além da taxa de juro de captação, são incorporados todos os encargos e despesas incidentes nas operações de crédito, tais como tarifas, seguros, tributos e outras despesas, e mais a margem de lucro minha, com o intuito de refletir o custo efetivo para o tomador de crédito.

Na alavancagem, basta o novo lucro operacional ser superior aos juros pagos pelo crédito recebido e já será mais rentável o aumento de escala na aposta em uma tendência firme de alta do preço do ativo.

A cobertura dos juros é o indicador obtido pela divisão do EBITDA (sigla em inglês de *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) pelas despesas financeiras. O lucro

operacional, antes de juros, impostos, depreciação e amortização, terá de superar os custos financeiros para a alavancagem ser bem-sucedida.

Por isso, um papel-chave meu é acompanhar o indicador da capacidade de geração operacional de recursos próprios em caixa por empresas devedoras. O *nível de endividamento oneroso* é a relação em porcentagem existente, no fim do exercício contábil, entre o volume de endividamento sujeito a encargos e o patrimônio líquido.

Em contrapartida, *a alavancagem* no balanço do meu banco é o indicador obtido pela divisão do passivo total menos patrimônio líquido pelo patrimônio líquido. Mede a minha agressividade ao estabelecer a relação entre recursos de terceiros e os recursos próprios. Estes se compõem de capital social e reservas para não deixar o passivo a descoberto em caso de inadimplência massiva em crise de liquidez.

Criticam meu lucro grandioso, mas inúmeras grandes empresas não-financeiras têm rentabilidade patrimonial muito superior às dos cinco grandes bancos. Não se deve confundir o absoluto com o relativo.

Para *a alavancagem financeira*, como visto, é necessário capital próprio para dar suporte e/ou segurança ao capital de terceiros. Em consequência de eventual perda de valor de mercado em um capital aberto, devido a um *crash* na bolsa de valores, as sociedades anônimas terão *menor poder de alavancagem financeira*. Em consequência dessa carência, a economia produtiva perderá dinamismo.

Portanto, *a alavancagem financeira é essencial para a economia capitalista*. Caso contrário, bastaria proibir o financiamento, salvando-a de crises periódicas, seguidas de resgates no sistema bancário.

Hyman Minsky apontou a instabilidade inerente às instituições financeiras. A aceleração do endividamento, motivada pela busca de maior rentabilidade patrimonial com ganho de escala no processo de fusões e aquisições dos concorrentes, reverte-se depois do *boom*, auge e *crash*, com súbita tendência à queda dos preços dos ativos. Inicia-se, então, *a retração na fase de desalavancagem financeira*.

Aliás, conheci bem esse rapaz por ele trabalhar comigo. Tínhamos grande afinidade ideológica e, sem falsa modéstia, teórica. Hyman Minsky era filho de dois imigrantes mencheviques bielorrussos.

Eles haviam deixado a Rússia após a revolução de 1905. Ambos eram militantes socialistas. Seu pai era membro da seção judaica do Partido Socialista em Chicago.

Depois de seu curso de graduação em Matemática na Universidade de Chicago, Minsky se dirigiu para o estudo da Economia, influenciado por Oskar Lange. De 1943 a 1946, serviu ao exército americano na Europa, inclusive na Alemanha ocupada do pós-guerra, com a missão de fortalecer o sindicalismo socialdemocrata contra o avanço de comunistas apoiadores da URSS.

Lá teve contato com o pensamento do institucionalista John Commons, através de seu discípulo David Saposs, sobre a importância das instituições específicas e das circunstâncias históricas sobre os acontecimentos no mundo. Após, retornou a Harvard para defender sua tese de doutorado, em 1954, sob a orientação de Joseph Schumpeter.

Foi professor em *Brown University*, em Berkeley, mas não suportou a rebeldia estudantil nos anos 60s. Então se transferiu para a *Washington University*, em Saint Louis, onde também trabalhou comigo em um banco.

A partir dessa experiência prática bancária e seu embasamento teórico, Minsky elaborou uma teoria da relação da moeda com a atividade econômica na qual as mudanças qualitativas na emissão privada de passivos monetários desempenham um papel central. As empresas emitem passivos para financiar a produção com base em expectativas incertas – e nem sempre autorrealizáveis – sobre lucratividade futura.

Se uma expansão econômica se desenvolve, essas expectativas tornam-se mais otimistas e mais passivos são emitidos. Esse processo de endividamento corrói gradativamente o custo do passivo, ou seja, aumenta *o grau de fragilidade financeira*.

Este é outro conceito-chave, para minha atividade bancária acompanhar, como um indicador para avaliação de risco. O *grau de*

fragilidade financeira se refere à prudência em compatibilização de fluxos de entrada de caixa (receita e/ou crédito) com os fluxos de saída de recursos para compromissos financeiros contratuais, ou seja, a relação serviço da dívida / rendimentos esperados *ex-ante*.

Embora possa haver uma expectativa de rentabilidade patrimonial (lucro líquido / patrimônio líquido) cada vez maior, eventualmente, a realização de lucros poderá não permitir todos os compromissos serem cumpridos.

Com a alavancagem, cada empresa tende a se mover em direção a margens de capital próprio cada vez menores em sua posição financeira. Algumas empresas relutam em se arriscar a ter um *passivo a descoberto* – quando o valor da soma de bens e direitos não cobre o valor da soma das obrigações contraídas, ou seja, o Passivo supera o Ativo – e são severamente punidas com perda de mercado para competidores.

A deterioração da relação passivos de terceiros / passivos próprios germina uma crise financeira, quando muitas empresas enfrentam dificuldades em cumprir seus compromissos. Novos empréstimos, para refinanciamento dos vencidos e não amortizados, são concedidos apenas em termos de juros com os quais terei de cobrir meus maiores riscos.

Na ausência de socorro do Estado, para substituir em parte os passivos privados de menor qualidade com emissões de seus passivos com risco soberano, o colapso resultante do sistema financeiro tem fortes repercussões nos níveis de atividade econômica. Logo, as empresas se encontrarão em dificuldades para financiar novos gastos produtivos.

Com base no estudo da evolução da situação financeira, segundo Minsky, as empresas podem ser classificadas em três tipos. Esta classificação baseia-se na relação existente entre endividamento e capacidade de pagamento. Representa três etapas pelas quais qualquer empresa pode passar:

- *empresa protegida*: em tempos pós-crise, com muita cautela, os créditos são poucos ou diminutos, então, ela pode lidar com eles sem muita dificuldade;

- *empresa especulativa*: com aumento de confiança, o crédito inicia uma fase expansionista, ela pode pagar os juros, mas não consegue cumprir o vencimento do principal, por isso necessita refinanciar a dívida;
- *empresa Ponzi*: perde a capacidade de cumprir, tanto o vencimento do prazo para amortização do principal, quanto o pagamento de juros, mas continua a buscar financiamento externo, sob a crença, não necessariamente verdadeira, de o valor dos ativos possuídos aumentar e, finalmente, ser possível fazer frente à dívida adquirida.

O resultado desse processo passou a ser chamado de “Momento Minsky”. Para ele, as *bolhas financeiras* são situações das quais é difícil escapar em mercados livres, onde não há nível adequado de regulação bancária. Essas bolhas seguem uma série de etapas:

1. aumento dos preços dos ativos;
2. facilidade de crédito com elevação dos valores de mercado dos colaterais;
3. superaquecimento do mercado;
4. *euforia* pela alta;
5. desconfiança dos investidores profissionais experientes;
6. cobrança dos compromissos contratuais pelos banqueiros prudentes;
7. *pânico* pela baixa e estouro da *bolha* (inflação de ativos).

O relato de Minsky enfatiza os efeitos qualitativos, em vez dos puramente quantitativos, dos passivos monetários sobre a atividade econômica. Também vai além das teorias da quantidade de dinheiro ao ver os passivos monetários mudando suas propriedades.

Com inovação financeira, os novos passivos são inventados e os antigos assumem uma função diferente com o desenvolvimento da produção. No lugar de um único passivo monetário fornecido, de maneira inelástica, com propriedades conhecidas e imutáveis, o espectro de ativos financeiros, na visão de Minsky, é preenchido com

passivos fornecidos elasticamente com propriedades desconhecidas e em constante mudança.

Os canais de influência, no complexo sistema bancário, provocam retroalimentação: *vão do dinheiro para a atividade econômica e, vice-versa, da atividade econômica para o dinheiro*. Quando o dinheiro assume a forma de obrigações emitidas para financiar a produção, a criação de ativos monetários é incidente no ciclo de produção.

De um lado, há a disponibilidade de financiamento, mas incide o Princípio do Risco Crescente na *órbita financeira*. De outro, os níveis de produção planejada são confinados ao Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) na *órbita produtiva*. Diferentes teorias monetárias de, por exemplo, Schumpeter, Keynes, Kalecki e Minsky, enfatizaram um (escolha de portfólio) ou outro lado (estrutura de passivos) dessa interação mútua.

Cabe a mim, O Banqueiro Comunista, chegar a *uma síntese adequada a cada fase de um ciclo monetário-produtivo ou econômico-financeiro*. A relação entre dinheiro e atividade econômica deve ser analisada em termos explicitamente *dinâmicos*, porque meu crédito comercial propicia um *ciclo de retroalimentação* nas economias produtoras e exportadoras de *commodities*, ou seja, variações progressivas ao longo do tempo.

Eu dispensei toda a influência do modo de pensar com base em pressupostas propriedades do equilíbrio de um sistema econômico, ou seja, baseado na mecânica da Física newtoniana! Elas não revelam seu comportamento instável!

Em situações de equilíbrio, as forças influentes do dinheiro à atividade econômica seriam, mecanicamente, contrabalançadas por aquelas atuantes no sentido inverso. Essa "camisa-de-força" no pensamento econômico se restringe a idealizar uma reversão ao *equilíbrio fundamentado*, onde os efeitos monetário-financeiros tenderiam a desaparecer de vista.

A contemplação de tais situações forçadas de equilíbrio é um guia insuficiente para compreender os efeitos da moeda sobre a atividade econômica em geral.

Finalmente, devo confessar, meu *alter ego*, o “outro eu” é como alguém muito próximo, no qual deposito total confiança, um substituto perfeito para um economista especialista em Finanças. O Banqueiro Comunista possui uma *visão holista ou sistêmica*, dever de ofício de economistas, não possuía por seus pares com uma *visão microeconômica*, onde se enxergam como meros homens de negócios, atuantes como intermediários financeiros neutros entre poupadores e investidores.

Na prática, eles sabem: *um banqueiro isolado não cria moeda*. Mas, caso tivessem conhecimento de macroeconomistas, deveriam saber: um sistema bancário multiplica moeda.

Para entender *o capitalismo financeiro como um sistema complexo* é necessário compreender as interações entre o multiplicador de fluxo de renda e o de estoque acumulado de ativos, entre os quais, encontra-se a forma de manutenção de riqueza mais líquida: *a moeda*. Pelo *efeito multiplicador*, um aumento nos investimentos gera um aumento proporcionalmente maior na renda.

Em simultâneo, o sistema bancário cria moeda através do *multiplicador monetário*. Quando um banco faz um empréstimo, para a alavancagem, ele deposita o valor desse crédito na conta corrente do cliente tomador do financiamento.

Se esse cliente paga renda e seus recebedores depositarem o dinheiro novamente no sistema bancário, este terá reservas emprestáveis no mesmo valor. Caso as rodadas de empréstimos-depósitos-empréstimos prosseguissem sem haver saque de papel-moeda, isto é, algum vazamento do sistema bancário, ou exigência de recolhimento compulsório de uma fração dos depósitos para reserva bancária junto ao Banco Central, o multiplicador seria potencialmente infinito.

O *multiplicador de renda* é um tipo de *multiplicador de gastos*. Uma variação em investimento, gasto governamental ou exportações líquidas induz variação no valor agregado (renda composta de salário, lucro, juro e aluguel) superior à variação inicial nos gastos.

Essa variação inicial provoca um incremento primário sobre a renda daqueles agentes econômicos recebedores desses gastos. Eles ampliarão seu consumo, seja com recursos próprios, seja com

recursos tomados emprestados de terceiros, de acordo com a propensão marginal a consumir, levando a nova ampliação da renda.

Os agentes beneficiados por esse incremento secundário também aumentarão seu consumo, provocando novo acréscimo de renda, e assim por diante, na sequência riqueza-crédito-gastos-renda. Por meio dessa multiplicação, as elevações de consumo induzidas pelo gasto inicial fazem, no final, a renda crescer acima da própria variação inicial da despesa.

O multiplicador de gastos autônomos é inversamente proporcional à fração de retirada (aplicações em outros ativos, em especial, nos ativos financeiros) por ciclo de gastos. Refere-se à diferença entre a unidade e a fração gasta novamente, devido à propensão marginal a consumir, de um lado, e à propensão ao enriquecimento, de outro.

Depois de todas as rodadas ou ciclos de gastos, o aumento total na renda será a resultante de todos os gastos acumulados em consumo. Haverá, concomitantemente, aumento no total de aplicações em ativos financeiros, usados como lastros ou passivos bancários dos empréstimos efetuados pelos bancos para alavancar os gastos, seja em consumo, seja em investimento.

Para os bancos, havendo demanda por endividamento dentro das condições exigidas (juros precificando o risco de perda e garantias colaterais), novos empréstimos serão concedidos. Se isso não ocorrer, serão feitas aplicações financeiras em carteiras de títulos de dívida pública para sua rolagem, talvez improdutiva.

O sistema bancário tem de oferecer produtos financeiros com prazos adequados para administrar os hiatos de *durations*. Estes se referem às diferenças existentes entre os prazos médios ponderados (pelos valores presentes relativos dos fluxos de caixa) de vencimentos de seus ativos e passivos.

É necessário articular os conceitos dinâmicos de multiplicador de gastos e de moeda, para entender como renda e *funding* são multiplicados, paralelamente, ao longo do tempo futuro. Trata-se de um *processo dinâmico de retroalimentação*.

O Banqueiro Comunista vê o equívoco de uma linha de pensamento de economistas. Ao crer *a oferta criar a própria demanda*, o financiamento ao investimento só poderia ocorrer, de modo a manter o imaginário equilíbrio entre oferta e demanda agregada, via uma intermediação financeira neutra.

Segundo essa ótica econômica ultrapassada, os bancos só poderiam canalizar “a poupança” (sobra do fluxo de renda não gasto em consumo) para o investimento. O Banqueiro Comunista dispensou esses economistas por eles desconhcerem *o relevante ser o crédito e não a poupança!* Não poderiam continuar trabalhando em meu banco!

Em retaliação, acusaram-me de “comunista”, *um macartismo à outrance...* Motivado pela paranoia da Guerra Fria, entre EUA e URSS, o *macarthismo* foi personificado pelo senador republicano Joseph McCarthy – daí seu nome.

Qualquer crédito a mais, segundo esses intolerantes anticomunistas, desequilibraria a demanda além da oferta e provocaria inflação e, em consequência, uma “poupança forçada”: menor consumo pela perda real de poder aquisitivo. Por isso, a ortodoxia econômica abomina o crédito bancário!

Eu, O Banqueiro Comunista, com minha visão sistêmica percebi: “empréstimos criam depósitos”. Dá-se ao contrário do imaginado pelo senso comum dos meus pares anticomunistas: “bancos emprestam depósitos”.

Na realidade, o sistema bancário multiplica a quantidade de moeda enquanto empresta. Isto é possível porque o sistema bancário funciona como um todo e porque os depositantes retiram pouco papel-moeda do total de depósitos à vista.

Para os bancos, qualquer disponibilidade em seu passivo, não utilizada em novos empréstimos ou aplicações financeiras, implica *custo de oportunidade*. Os custos não devem ser considerados como absolutos, mas sim considerando-se uma melhor oportunidade de benefícios não aproveitada.

Outra importante conclusão é *o suprimento de moeda crescer com o uso*, ou seja, expandir-se por meio do endividamento. Vice-

versa, se todos os tomadores de empréstimos os amortizassem, liquidando-os, simultaneamente, toda a oferta de moeda criada seria extinta, isto é, aconteceria um processo de “destruição da moeda”.

Repentinamente, ela deixaria de existir como ativos, na contabilidade bancária. Toda a economia se paralisaria com a escassez de liquidez. A moeda, portanto, é criada e destruída em função, respectivamente, do endividamento e do pagamento de dívidas.

O Banqueiro Comunista defende os bancos públicos serem instrumentos-chave para concessão de crédito direcionado de modo a economia sair da recessão econômica. Porém, com a deficiência na *Razão de Alavancagem* (relação entre o patrimônio de referência e a exposição total em ativos), permanecerão inertes.

Não há *política de crédito* em (des)governo. Ignora, em termos de custo fiscal e orçamentos governamentais, as instituições financeiras públicas federais poderem “fazer mais por menos”. Poderiam financiar até nove vezes mais, grosso modo, se a exigência de capital fosse 11% do total de ativos (sem os ponderar por riscos), ao se comparar com o orçamento necessário para executar diretamente políticas públicas.

Rende mais a mesma quantidade de recursos capitalizar os bancos públicos para fazer empréstimos e tomar depósitos. Essas instituições poderiam gerar políticas públicas, cujo gasto efetivo sairia por cerca de 10% do custo de oportunidade fiscal.

Os economistas *fiscalistas* ortodoxos agem como meros *contabilistas*, preocupados apenas com o equilíbrio permanente no Orçamento Geral da União. É lamentável a indiferença deles quanto à estagnação e ao imenso desemprego vigentes.

O Banqueiro Comunista possui maior sensibilidade social. Seu lema é “crescer junto com seus clientes” – e quanto mais, melhor para todos!

Ao mesmo tempo, ele é pragmático ao perceber a ausência de um Banco Central regulador, como acontece em relação à *moeda digital* ou *criptoativo*, criado internacionalmente, levar à existência de um suprimento monetário autônomo, uma *moeda privada* fora de

controle de qualquer Autoridade Monetária. Mas a bitcoin atua praticamente só como reserva de valor, pois não tem o poder liberatório de contratos por lei obrigados a ser liquidados em *moeda oficial ou nacional*.

Além desses três conceitos-chaves – *alavancagem financeira*, *grau de fragilidade financeira* e *multiplicador monetário* –, eu acrescentaria um outro para a compreensão das minhas dicas para Finanças de Trabalhadores: *o anatocismo*.

Trata-se de prática bancária consistente na *capitalização de juros*, conhecida também como contagem de “juros sobre juros”, ou seja, *juros compostos*. Dada a tradição cristã anti-usura, o *anatocismo configura prática abusiva*, segundo uma Lei Jurídica (“Lei da Usura”: Decreto 22626 de 1933), não na Lei de Mercado. É adotado tanto nos *passivos bancários*, isto é, na captação de recursos dos investidores, quanto nos *ativos* em contratos de financiamento bancário, senão o banco desequilibraria – e tombaria.

Talvez sejam esses os mais importantes conceitos para entender meu papel social. Um focaliza o ativo, outro enfatiza o passivo, o terceiro arremata tudo com uma visão global e o quarto mostra um caminho de persistência para o enriquecimento financeiro.

História Sintética de O Banqueiro Comunista

Eu, O Banqueiro Comunista, onipresente, atuo como *testemunha ocular* há séculos. Posso contrariar opiniões dedutíveis, teoricamente, mas não embasadas na história real. Por exemplo, o verbete sobre “banco” na *Wikipedia*, a maior enciclopédia de todos os tempos, afirma o surgimento das operações bancárias ter sido simultâneo ao surgimento da moeda.

Argumenta este fenômeno ter logo criado a necessidade de instituições para a depositar em segurança. Ora, existiam cofres...

A evolução da moeda começa a ser narrada a partir de duas inovações básicas, ocorridas por volta de 2000 a.C. Originalmente, o dinheiro era uma forma de recebimento, representando grãos estocados em celeiros de templos na Suméria, na Mesopotâmia, então o Antigo Egito.

Esse primeiro estágio da moeda, no qual metais eram usados para representar reserva de valor e símbolos para representar mercadorias, formou a base do comércio no Crescente Fértil por mais de 1500 anos. O colapso do sistema comercial do Oriente Próximo, supostamente, teria falhado por se dar em uma Era na qual não havia nenhum lugar onde fosse seguro estocar o valor de reserva.

O valor de um meio circulante seria reconhecido, mais adiante, com as forças defensoras de sua reserva. O comércio via troca de mercadorias por moeda, em lugar do escambo direto, alcançaria maior credibilidade com o uso da força bruta do Estado.

Os cristãos afirmam no Evangelho estar a condenação de Jesus aos *emprestadores de dinheiro*. Em seu tempo, havia essa atividade “bancária” institucionalizada?

O nome “banco” nasceu da designação do assento da mesa, onde eram trocadas as moedas por banqueiros judeus de Florença, na época do Renascimento. Em 1406, foi criado aquele considerado o primeiro banco moderno: o *Banco di San Giorgio*, em Gênova.

Se uma boa vida espiritual e uma vida em busca de bons negócios com base em dinheiro fossem inconciliáveis, a narrativa bíblica de Jesus ter ficado furioso ao ter visto mercadores e banqueiros negociando no pátio do templo em Jerusalém seria edificante. Ao torna-se uma postura influente, em 1400 anos da Era Cristã, virou anacrônica.

Anacronismo consiste em erro cronológico, quando determinados conceitos, objetos, pensamentos, costumes ou eventos são usados para retratar uma época diferente daquela à qual, de fato, são pertinentes. Ele é caracterizado pelo desalinhamento e falta de correspondência entre as particularidades das diferentes épocas, quando fatores próprios de cada tempo são, erroneamente, misturados em uma mesma narrativa.

O ataque cristão contra “a imoralidade do dinheiro” repercute em toda a Idade das Trevas. Esta é uma periodização histórica de modo a enfatizar as deteriorações demográfica, cultural e econômica, ocorridas na Europa, em consequência do declínio do Império Romano do Ocidente.

As ideias de “caridade e/ou esmola” e de “preço justo” juntas fazem ser impossível falar em capitalismo ou mesmo em pré-capitalismo em toda a Idade Média até o fim do século XV. Só a partir do século XVII haveria elementos típicos do capitalismo:

1. a abundância de metais preciosos chegados da América após o século XVI;
2. um mercado organizado para transações de valores, mercadorias ou serviços;
3. o surgimento perene de mercado de crédito, títulos de dívida pública e ações.

O rótulo *Idade das Trevas* emprega o tradicional embate visual luz-versus-escuridão para contrastar a “escuridão” deste período com os períodos anteriores e posteriores de “luz”. O Renascimento, nos séculos XIV-XVI, substitui o teocentrismo pelo antropocentrismo e dele surgem o racionalismo, o experimentalismo, o individualismo.

Esse *iluminismo* foi um movimento filosófico e intelectual acontecido entre os séculos XVII e XVIII na Europa. Os pensadores iluministas defendiam as liberdades individuais e o uso da razão para validar o conhecimento.

Também chamado de “Século das Luzes”, o movimento iluminista representou a ruptura com o saber eclesiástico, isto é, do domínio exercido pela Igreja Católica sobre o conhecimento. Deu lugar ao saber científico, adquirido por meio da racionalidade. *O liberalismo se digladiava com o mercantilismo estatal em busca de acumulação de ouro.*

Havia antes uma relativa escassez de registros históricos e outros escritos, pelo menos para algumas áreas da Europa, tornando a “Era das Trevas”, assim, obscura para os historiadores. O termo derivou do latim *saeculum obscurum*, originalmente aplicado em 1602, em referência a essa época regressiva entre os séculos V e IX.

Uma questão-chave para a historiadores pesquisadores do “*as if*” (“como se” ou “como fosse”) é *se o cristianismo medieval anti-usura teria sido muito influente para o atraso do capitalismo financeiro durante séculos.*

Somente no ano de 1450, em Veneza, um frade franciscano publicou o primeiro livro sobre Contabilidade: "*Summa de Arithmetica*". Esta foi uma invenção propriamente capitalista ao ser capaz de sistematizar a ideia e planejar a alavancagem financeira.

Entretanto, apenas em 1609, na Holanda, o *mercado de ações de companhias abertas* impôs o estabelecimento de um balanço contábil. Passou-se, então, a se preocupar com esse tipo de racionalização crucial para a existência da atividade bancária com avaliação de riscos de devedores e o surgimento da possibilidade de uma *moeda escritural*, submetida às ordens de transferência.

No sistema feudal da Economia da Caridade, o único acontecimento bancário possível de ser comparado aos atuais é a *bancarrota*. Segundo Jacques Le Goff, *faliu a maior parte dos estabelecimentos chamados bancos na Idade Média*.

A função essencial dessas instituições seria reunir informações e administrar os riscos. Sua fonte de lucros residiria em maximizar a diferença entre os custos da soma total dos seus riscos e os ganhos dos seus ativos, sem reduzir as reservas a tal ponto de o banco ficar vulnerável a uma "corrida bancária". Esta seria uma crise de confiança na capacidade do banco de satisfazer os depositantes, provocando retiradas progressivas e, em última instância, a falência, *a bancarrota*: literalmente, *a quebra do banco*.

Levou certo tempo até a ideia de o dinheiro ser, na verdade, *crédito*, e não metais preciosos, ser compreendida em metrópoles exploradoras de colônias com minas. Nem toda a prata e todo o ouro poderia transformar os *reis caloteiros* em um risco de crédito seguro, como perceberam os bancos falidos pelo *calote real*. No mundo moderno, segundo Niall Ferguson, no primeiro capítulo do livro "A Ascensão do Dinheiro", o poder iria para os banqueiros (*bankers*), e não para os reis falidos (*bankrupts*).

No segundo capítulo, ele defende a hipótese de "depois da criação do *crédito* pelos bancos, o nascimento dos *títulos de dívida pública* foi a segunda grande revolução na ascensão do dinheiro". Não à toa, esse fenômeno transforma o Tesouro Nacional em *risco soberano*, se emitido (e pago) em moeda nacional.

A maior parte do dinheiro em reserva financeira para a aposentadoria dos trabalhadores acaba sendo investida no *mercado de títulos de dívida pública*. Os governos passam a ser considerados como os mais confiáveis tomadores de empréstimos. Daí esse mercado de títulos estabelece a taxa de juros usada como custo de oportunidade para a economia como um todo.

Durante a maior parte dos séculos XIV e XV, as Cidades-Estados medievais da Toscana – Florença, Pisa e Siena – fizeram guerras entre si e com outras cidades italianas. *Essas foram guerras travadas tanto pelo dinheiro quanto pelos homens.*

Em vez de exigir seus próprios cidadãos fazerem o trabalho sujo de lutar, cada cidade contratava empreiteiros militares (*condottieri*). Esses mercenários organizavam exércitos, pagos em *soldos* (moeda metálica do antigo Império Romano), portanto, conhecidos como *soldados*, para anexar as terras e saquear os tesouros dos rivais.

De quem os nomeados para governar teriam tomado emprestada essa soma para as guerras? Deles mesmos! Em vez de pagar um Imposto sobre Propriedade, os cidadãos ricos eram obrigados a emprestar dinheiro para o governo da sua própria cidade.

Em troca desses empréstimos forçados, eles recebiam *juros*. Tecnicamente, isso não era *usura*, banida pela Igreja.

Como os empréstimos eram obrigatórios, o pagamento dos juros podia ser reconciliado com a Lei Canônica – de acordo com os *cânones*, as regras eclesiásticas, os dogmas da Igreja – como “compensação para os custos reais ou putativos emergentes do investimento compulsório”. Desse cinismo religioso dos poderosos nasceram os títulos de dívida pública, propiciando os ricos receberem juros em vez de serem *confiscados*.

Quanto ao dinheiro, ou antes, às moedas, o numerário posto a serviço da comunicação entre possuidores de bens era uma expressão da *caridade*. Esmola era considerada um ato misericordioso concedido aos necessitados. Isso jamais os emanciparia.

Bancos emprestadores serviriam de grandes alavancas tanto para o lucro privado, quanto para a arrecadação fiscal. A contabilização do lucro, depois de descontadas as despesas financeiras com pagamento de juros, em relação ao patrimônio total, isto é, o patrimônio líquido mais os passivos de terceiros, indicaria se ele seria superior à rentabilidade patrimonial original sem o uso capital de terceiros. Essa ideia-chave seria fundamental, desde os primórdios do capitalismo.

Em termos de custo fiscal e orçamentos governamentais, por exemplo, bancos públicos poderiam ajudar a tirar o atraso ao “fazer mais por menos”. Seriam muitas vezes mais, se comparasse o valor em dinheiro necessário para executar diretamente políticas públicas com a mesma quantidade de recursos capitalizados nesses bancos para fazer empréstimos indiretos e tomar depósitos da consequente multiplicação monetária.

O Capitalismo de Estado da China soube usar muito bem esse mecanismo para seu grande desenvolvimento recente. O Capitalismo de Mercado sofre o pudor evangélico em torno da necessidade de parcimônia virtuosa prévia ao crédito.

Lidar bem com dinheiro não depende de fé, mas sim de acreditar ele não ser nem castigo nem recompensa divinos. *É ciência aprendida com paciência.* Conceder crédito em dinheiro significa o credor confiar no projeto do devedor ser capaz de o reembolsar, pagando-lhe o custo de oportunidade de usar o dinheiro em seu lugar.

O nascimento da *sociedade por ações* se deu durante a *revolução financeira* na Holanda, quase dois séculos antes da *revolução industrial* inglesa, essa ocorrida no fim do século XVIII, aquela no início do XVII. Ela partiu de uma ideia-chave do capitalismo: *usar dinheiro de outras pessoas em benefício do próprio empreendimento.*

Conseguir associados propiciaria um *ganho ao fundador*. Ele condicionaria a manutenção de sua gestão ao conceder participação acionária em seu negócio, tendo como contrapartida a divisão de lucros ou eventuais prejuízos.

Com essa capitalização prévia, obteve-se condição para *alavancagem financeira* com dívida. Aumentaria a rentabilidade patrimonial do capital próprio com o uso de capital de terceiros, para elevação da escala do negócio.

O devedor assumiria o risco de a rentabilidade esperada não se confirmar e ficar abaixo dos juros do crédito contratado. Para compensar o *risco da inadimplência*, o credor solicitaria, em geral, uma garantia patrimonial como *colateral do empréstimo*.

Essa ideia de *multiplicação monetária e da renda* substituiu a ideia anacrônica, anterior à existência de *um sistema bancário com sua rede de agências*, algo difundido após a II Guerra Mundial, inclusive as virtuais ou digitais: via *parcimônia* (ou poupança) colocar somente o rendimento excedente de volta para o próprio negócio. O *autofinanciamento* não permitiria o ganho de escala necessário e o dinamismo econômico possível com o uso de financiamentos bancários.

A conquista das Américas visou a expropriação da riqueza metálica existente e a exploração do comércio de escravos, para estes criarem riqueza agrícola nova em benefício de seus senhores de origem europeia. O crédito, seja de origem privada dos mercadores, seja de origem monárquica, foi decisivo para todas essas empreitadas criadoras do capitalismo.

Relacionou credores e empreendedores motivados por ganhar mais dinheiro e dispostos a compartilhar parte da maior rentabilidade. Os conquistadores tinham as iniciativas particulares de usarem tecnologias de navegação e outros conhecimentos para a colonização, mas para isso necessitavam se endividar.

Depois do "sonho americano", louvadores de O Mercado passaram a tratá-lo como um *ser sobrenatural*, porque estaria *onipresente* em todas as relações humanas, estando nele incrustada a sociedade. No desejado por eles, tudo é precificado.

Assim, quem nele se enriquecer torna-se *onipotente*. Pode comprar tudo e todos. Glória máxima a O Mercado como um Deus, aleluia, é Ele um ser também *onisciente*. Sabe tudo!

Nesse sentido, seguindo a seta do tempo, seus representantes videntes adivinham o futuro e o antecipam apresentando senão uma certeza, pelo menos uma confiança absoluta. Demonstram-na em todas as profecias de início de ano.

Infelizmente, em todos os anos, choques aleatórios e exógenos a O Mercado, pelos quais obviamente Ele não é culpado, não permitem suas confirmações. Isso escapa à sua *onipotência*. Há uma contradição lógica entre essa e a *onisciência*.

Os crentes não percebem sua *ambiguidade*, isto é, o fato de uma realidade, pessoa ou sociedade se apresentar sob o aspecto de duas verdades diferentes ou contrárias, ou mesmo duas faces. Ninguém sabe qual é a verdadeira. O *senso da ambiguidade* é perceber o ser humano e a sociedade humana trazer, em si, o melhor e o pior.

Quando um processo apresenta dois aspectos de valores diferentes e às vezes contrários, é *ambivalente*. Por exemplo, o capitalismo explora a força do trabalho.

No entanto, a barganha sindical dos salários e os direitos trabalhistas foram uma conquista social. Não eram disponíveis aos escravos ou aos servos feudais.

Outro exemplo é também dado por O Banqueiro Comunista: a *globalização* consagra a hegemonia de O Mercado em escala planetária. No entanto, permite a retomada da prosperidade na Ásia, perdida há séculos, e tira milhares da miséria na China e na Índia.

A inadequação, sentida por economistas, se dá entre seus saberes especializados, compartimentados entre disciplinas, e entre os problemas multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. A divisão das disciplinas lhes torna quase incapazes de apreender a complexidade global. Emerge das interações e retroações entre os processos econômicos, políticos, religiosos, demográficos, científicos, técnicos etc.

Os especialistas de O Mercado têm o pensamento muito compartimentado. Os economistas-chefe, ao enxergarem apenas a dimensão econômica, encontram muita dificuldade para entender as relações entre ela e as demais dimensões.

O conhecimento pertinente é capaz de situar todas as informações em contexto político, social e psicológico. Concebe simultaneamente a *retroação* – um fenômeno circular, no qual o próprio efeito atua sobre a causa – e a *recursão* – um processo onde os efeitos retroalimentam suas causas.

Ao separar sua área de atividade, economistas parcializam a complexidade do mundo e diminuem as chances de compreensão e reflexão. Daí a incapacidade para analisar a *crise sistêmica*, na qual insere a Nação, como faz O Banqueiro Comunista.

Dicas de O Banqueiro Comunista

O raro leitor, tendo chegado até aqui, deve ter percebido os conceitos financeiros, elaborados por economistas a partir do método histórico-indutivo – *alavancagem, grau de fragilidade, multiplicador e anatocismo* –, se referirem mais a PJ (Pessoa Jurídica) e não a PF (Pessoa Física). Mas chegou a hora de O Banqueiro Comunista dar dicas para você, caro cliente!

A primeira já foi dita: quem nasceu usufruindo da desigualdade social em “berço de ouro” não necessita de dica se herdará a sua sorte. O único aconselhamento seria preparar-se para ser *empreendedor* – viver com *virtu* e não somente da *fortuna*.

Exige ser capaz de mobilizar capital, avaliar projetos, administrar riscos, monitorar os administradores, fazer bons negócios, redirecionar os recursos de velhos para novos canais. Com uma *inovação disruptiva*, no seu negócio, provocará destruição criativa com invenção, uma possibilidade tecnológica ainda não tentada, novos produtos ou novas fontes de matérias primas.

E recorrerá a mim para obter *crédito farto e barato*. Dentro de um ambiente de negócios com garantia de seus direitos de propriedade, livre-comércio e câmbio estável, garantirei a alavancagem financeira de seu negócio para gerar empregos e renda para os necessitados.

Trabalhador necessita escutar de O Banqueiro Comunista uma simples, mas importante dica: *não se enriquece no mercado de capitais*, exceto os especialistas em renda variável. Você sim poderá

acumular uma boa reserva financeira com planejamento do uso da *renda mensal do seu trabalho*. Em geral, costuma estar acima dos *rendimentos de juros*.

Todos os meses, separe 1/5 do fluxo de renda do trabalho para sua capitalização com juros compostos no *mercado financeiro*. Esta renda fixa servirá para proteger o poder aquisitivo do seu dinheiro da corrosão inflacionária e, eventualmente, aumentar seu estoque em termos reais.

Quanto, em termos nominais, será esse “um quinto”? Dependerá da fase do seu ciclo de vida profissional.

Em primeiro lugar, você necessita entender de maneira objetiva a *estratificação social*, no caso em estudo, a brasileira. Grosso modo, é o seguinte: os 10% mais ricos pertencem a cinco castas de natureza ocupacional: mercadores, militares, oligarcas governantes, sábios, trabalhadores especializados e organizados.

Supondo você não ter *empatia* com os outros para comercializar, ter *antipatia* por armamentos e violência, carecer de *simpatia* para angariar votos, restará ser sábio ou trabalhador. Se tampouco pretende ser sacerdote ou pastor, para extrair do pobre povo *dízimos* – devolução da décima parte (10%) de todo o rendimento ao Senhor Deus, pois antes Ele era o Dono do ouro e da prata, bíblicamente falando –, prepare-se muito para ser um *sábio intelectual* (ou um criativo artista) ou um *trabalhador com grande reputação profissional*.

Se sua pretensão é enriquecer muito rápido, em um *golpe de sorte* especulativa ou como *golpista*, aqui não é seu lugar. Lembre-se: *você pode enganar poucos por muito tempo, mas não engana a todos o tempo todo*.

– “Ah, mas aí tem de estudar muito”... Sim, principalmente, se você não nasceu filho(a) de pais incluídos entre os 10% top de riqueza.

Dada a desigualdade social, terá de aproveitar todas as oportunidades, oferecidas por “políticas públicas afirmativas ou compensatórias”. Necessita se destacar como aluno em todos os níveis escolares até alcançar uma Universidade pública de excelência.

É possível com Ensino Público gratuito de qualidade obter todas as titulações e distinções acadêmicas. Se não tiver *a desigualdade natural da inteligência*, esforce mais para obter *a diferença cultural* com leituras capazes de oferecer conhecimentos – e não perca tempo com rede social (*feicebuque, tuíte, uotzap e grams* em geral)!

Com Educação Superior na área profissional preferida, para você ter um dia a dia feliz com seu trabalho, onde ainda lhe pagam para você fazer algo capaz de fazer de graça pelo simples prazer da criação, pense na seguinte estratégia.

- Grosso modo (possível de ser antecipado), o primeiro salário, em ocupação exigente de formação universitária, paga cerca de cinco salários-mínimos.
- Dez anos depois (35 anos), você já deve ter mestrado ou ser gerente para obter dez salários-mínimos.
- Com vinte anos de carreira (45 anos) tornar-se-á doutor ou supervisor e ganhará quinze salários-mínimos.
- Trinta anos de experiência (55 anos) propiciará ser livre-docente ou diretor para receber 20 salários-mínimos.
- A vida profissional se completará com quarenta anos (65 anos) e você como titular ou CEO (presidente), recebendo acima de 30 salários-mínimos.

Essa escala salarial é uma escada, onde o primeiro degrau (graduação em Ensino Superior) já lhe coloca entre os 10% mais ricos do país. No segundo degrau (mestrado ou doutorado), você alcançará os 5% mais ricos. No topo da carreira (livre-docente ou titular, diretor ou presidente), se incluirá entre o 1% mais rico.

Em maio de 1995, o salário-mínimo foi reajustado para R\$ 100,00 – era R\$ 70 desde setembro de 1994. Para comparação, a remuneração de um membro da casta dos sábios, no caso, um professor universitário com pós-doutorado (Livre-Docência), em meia-idade e dez anos de carreira docente, era – e permaneceu em torno dessa média entre 1995 e 2021 – cerca de 30 salários-mínimos.

Para o planejamento da vida financeira, a orientação de O Banqueiro Comunista é seguir o *algoritmo 1-3-6-9-12*. Significa:

- até os 35 anos (juventude) acumular em reservas financeiras *um* salário anual, considerando o vigente;
- até os 45 anos (meia-idade) *três* salários anuais;
- até os 55 anos (maturidade) *seis* salários anuais;
- até os 65 anos (pré-aposentadoria) *nove* salários anuais; e
- até os 75 anos (senilidade) *doze* salários anuais.

Seguindo essa regra e obtendo essa meta, o *investidor* se transformará em um *rentista* – e isso se for conquistado com trabalho honesto não é demonizado por mim, O Banqueiro Comunista. Com juros médios mensais de 0,5%, poderá manter seu padrão de vida por vinte anos com retiradas mensais dos rendimentos de juros. Dá-lhe uma esperança de vida até os 95 anos com conforto financeiro.

Outra dica para esse *planejamento individual* é se esforçar para adquirir a *própria moradia quitada até a meia-idade*, quando já terá (ou não) filho(s). Desse modo, a partir de quarenta anos, poderá empregar os 20% do salário, *antes gastos com aluguel* – se gastar 30% ou mais é sintoma de déficit habitacional –, em investimentos mensais.

Antes de suprir essa necessidade, capaz de redirecionar o destino de 1/5 do salário, a conta certa era avaliar o custo de oportunidade entre aluguel e pagamento de prestação em um financiamento habitacional. Se os rendimentos de juros fossem superiores ao aluguel, valeria a pena o pagar e deixar o restante na acumulação de capital financeiro.

Quanto aos *ativos imobiliários*, costumam perguntar a O Banqueiro Comunista, vale a pena investir neles? Como Finanças Comportamentais é uma ciência não praticada por *Youtubers* (“influenciadores digitais”), os grandes conselheiros populares, eu respondo com comprovação empírica.

Os gráficos com a evolução do Índice Fipezap mostram o comportamento histórico da *venda residencial* em comparação à

inflação e ao CDI. Apenas no fim do governo Lula II e durante o governo Dilma I, no auge do financiamento habitacional, inclusive do programa social MCMV (*Minha Casa Minha Vida*), houve altas nos *índices de preço de imóveis* acima dos *índices de inflação*.

O pico das variações dos preços de imóveis (+ 26% aa) aconteceu em 2011. Depois, as variações anuais foram caindo até se tornarem negativas em 2017 e 2018. Houve relativa estagnação nos anos seguintes.

Tomar o período como um todo pode ser enganoso. De janeiro de 2008 a janeiro de 2020, o FIPEZAP Venda cresceu 209%, enquanto o CDI 212%, ou seja, a variação acumulada mês a mês não ficou tão distante. Porém, o índice dos preços de imóveis alcançou esse patamar já no fim de 2014, quando se encerrou a Era Social-Desenvolvimentista, enquanto o CDI foi crescente durante todo o período. Propiciou a capitalização financeira dobrar de valor de maneira gradual e segura.

Se os preços de vendas de imóveis ficaram praticamente estagnados, desde 2014, a *locação residencial* também rendeu abaixo do CDI ao considerar o período de 2008-2019. A partir de julho de 2015, a variação acumulada dela ficou abaixo da do CDI.

Quanto à compra de bens, O Banqueiro Comunista adverte, contrariando os próprios interesses imediatistas de credor: *jamais faça dívida para comprar a prazo bens de consumo; Pessoa Física deve receber juros – e não pagar juros. Acumule dinheiro e compre à vista solicitando desconto, ou seja, diferenciação de preços.*

Estude *Neuromarketing* para aprender a evitar o impulso consumista, fomentado por *status social*. Evite comprar *três tipos de bens*:

1. *bens da moda*: desejados porque outros já os possuem e a *inveja infantil* faz você querer ter igual aos outros tal como uma criança;
2. *bens esnobes*: desejados porque os outros não os possuem, refere-se ao *desejo adolescente* de ser diferente, exclusivo, de se “destacar da multidão” pelo gosto peculiar;

3. *bens de consumo conspícuo* (facilmente notados): desejados por *gente demente*, porque são reconhecidos como caros.

Os *bens essenciais*, para todas as pessoas, são:

1. *saúde*: sem impedimento do corpo;
2. *segurança*: sem sofrer por violência física ou econômica;
3. *personalidade*: espaço privado para assumir sua individualidade à vontade;
4. *respeito*: mútuo, tolerância, civilidade;
5. *harmonia com a natureza*: o animal humano necessita de *terra, mar e ar*;
6. *amizade*: afeto desinteressado, com igualdade e solidariedade;
7. *lazer*: atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Outro *ativo* – forma de manutenção de riqueza por Pessoa Física – é o *automóvel*. Perguntam a O Banqueiro Comunista: vale a pena manter um automóvel na maior parte do tempo parado na garagem ou em estacionamento?

Eu respondo: analise o automóvel como *valor-de-uso*, não como *valor-de-troca*. Como negócio “você rasgará dinheiro”, pois já perderá cerca de 20% do seu valor quando o retirar “zero km” da concessionária – e ele passar a ser considerado “usado”. E daí em diante certas marcas depreciam 10% aa, enquanto um imóvel deprecia 1% aa.

Sendo assim, recomendo a “tática” dos milionários norte-americanos: *comprar somente automóvel seminovo* de novos-ricos – e de marca alemã ou japonesa para ficar pelo menos dez anos, quiçá vinte anos, com ele. A venda de seminovo é caracterizada quando o automóvel tem até três anos de tempo de fabricação – e não de uso.

Os *carros usados* são considerados os com mais de três anos de fabricação e se já tiveram mais de um proprietário. Os *carros seminovos*, por sua vez, apresentam, ainda, menos de três anos de fabricação e apenas um dono.

O carro deve ter até 20 mil quilômetros rodados por ano. Se foi fabricado há três anos, por exemplo, não ter ultrapassado 60 mil km. Evite a venda de *seminovo* se já rodou em excesso a essa quilometragem, pois ele terá preço de *usado*.

Quando o *estado de conservação* deixa a desejar, com a lataria amassada ou com vários arranhões, ele pode ser considerado *usado* — mesmo atendendo aos outros requisitos. Isso porque o novo proprietário precisará gastar com manutenção e reparos, além de a experiência emocional ou comportamental de “boa compra” ser prejudicada.

O valor de um *seminovo* costuma ser maior comparado com o de um *usado*. Contudo, é fundamental observar as características antes de fazer a comparação. No mesmo modelo, um *seminovo sem itens de conforto* como câmbio automático, ar-condicionado e multimídia, por exemplo, certamente será vendido por um preço menor.

Se o *seminovo* teve a produção descontinuada, se a manutenção é cara ou se existe algum problema mecânico ou de conservação, ele provavelmente será mais barato, se comparado a um *usado* semelhante. Modelos melhores de usados têm um custo maior em relação ao dos seminovos básicos.

Use a seu favor a *mitificação a respeito do custo/benefício de manutenção em concessionária*. Compre um usado de marca top (Audi, BMW, Mercedes-Benz), pois mesmo com mais de 20 anos, com ela, será considerado uma “reliquia preciosa”.

Em termos de depreciação de automóvel usado, por exemplo, em maio de 2015, um Mercedes-Benz C-200 CGI Avantgarde 1.8 16V 184cv Automático, Ano Modelo 2013 Gasolina, tinha o preço médio de R\$ 112.064,00. Em fevereiro de 2022, também pela Tabela FIPE, ele valia R\$ 84.551 com uma depreciação nominal de 25% em sete anos.

Não é bom investimento em *valor de troca*, mas sim ótimo em *valor de uso*. Basta comparar com a relação custo / benefício na compra de um zero Km, Modelo C-200 AMG Line EQ Boost 1.5 TB Automático: R\$ 363.239,00.

A frota circulante brasileira atingiu 60 milhões de unidades em 2020. A idade média passou a 15,8 anos. O mercado de veículos usados, ao longo do primeiro ano da pandemia, atingiu a proporção de cinco usados comercializados para cada novo vendido.

O *mercado brasileiro de automóveis* apresenta forte volatilidade no seu movimento de vendas, em função do desempenho da economia. A tendência de longo prazo indica crescimento das compras e emplacamentos de automóveis ter sido acima da média anual somente durante a Era de Bem-Estar Social (2003-2014).

O Brasil era o 4º. colocado no ranking de produção de automóveis e comerciais leves por países em 2013, com 3,6 milhões. A partir do ano do golpe semi-parlamentarista (2016), retrocedeu sua colocação para 7º. lugar (1,986 milhão). Em 2020, registrou o mesmo patamar (1,953 milhão), mas uma posição abaixo (8º.) por ter sido ultrapassado pela Grã-Bretanha, país com 1/3 de sua população.

Por isso, aqui, a posse de automóvel ainda representa *status social*, mas já está sendo trocado por transporte público, metrô ou Urbe em metrópoles – não no interior. Para viagens de fim de semana, os pragmáticos recorrem à locação de veículos.

O Banqueiro Comunista recomenda a seus clientes PF: *aproveitar a oportunidade propiciada pela disparatada taxa de juro à brasileira*. Daí a preferência dos investidores brasileiros por *renda fixa pós-fixada*. No último quarto de século, mostrou ser uma maneira de investir segura (com risco soberano), líquida e rentável em termos reais.

É possível fazer uma simulação com base nos valores mensais da Selic, com base em estimativa de trinta salários-mínimos, alcançada em meia-idade (40-45 anos). Até sua aposentadoria vinte e seis anos adiante (65-70 anos), meu cliente teria investido em todos os 312 meses 1/5 do seu salário ou seis salários-mínimos. No início da série temporal, em 1995, seriam R\$ 600, mas no fim (2021) já seriam R\$ 6.600.

Na tabela abaixo, ocultei as variações mensais, exceto o acumulado até dezembro de cada ano, por razão de espaço e melhor visualização.

Simulação de Aplicações Mensais em 100% CDI			
Reajustes Anuais	Salário Mínimo	Investimentos	
		Mensais	Dez
mai/95	R\$ 100,00	R\$600,00	8.742,30
mai/96	R\$ 112,00	R\$672,00	20.106,95
mai/97	R\$ 120,00	R\$720,00	34.768,46
mai/98	R\$ 130,00	R\$780,00	55.356,43
mai/99	R\$ 136,00	R\$816,00	80.260,94
abr/00	R\$ 151,00	R\$906,00	105.947,05
abr/01	R\$ 180,00	R\$1.080,00	138.301,98
abr/02	R\$ 200,00	R\$1.200,00	180.468,78
abr/03	R\$ 240,00	R\$1.440,00	237.233,73
mai/04	R\$ 260,00	R\$1.560,00	295.851,47
mai/05	R\$ 300,00	R\$1.800,00	375.643,48
abr/06	R\$ 350,00	R\$2.100,00	459.096,49
abr/07	R\$ 380,00	R\$2.280,00	542.252,77
mar/08	R\$ 415,00	R\$2.490,00	641.588,83
fev/09	R\$ 465,00	R\$2.790,00	740.116,41
jan/10	R\$ 510,00	R\$3.060,00	850.963,57
jan/11	R\$ 545,00	R\$3.270,00	991.119,05
jan/12	R\$ 622,00	R\$3.732,00	1.121.534,20
jan/13	R\$ 678,00	R\$4.068,00	1.264.422,96
jan/14	R\$ 724,00	R\$4.344,00	1.457.138,04
jan/15	R\$ 788,00	R\$4.728,00	1.711.002,41
jan/16	R\$ 880,00	R\$5.280,00	2.018.388,65
jan/17	R\$ 937,00	R\$5.622,00	2.289.449,79
jan/18	R\$ 954,00	R\$5.724,00	2.507.130,21
jan/19	R\$ 998,00	R\$5.988,00	2.729.901,67
fev/20	R\$ 1.045,00	R\$6.270,00	2.878.664,66
jan/21	R\$ 1.100,00	R\$6.600,00	3.086.581,57

Fonte: Banco Central do Brasil-SGS (elaboração FNC)

Se conseguisse investir em renda fixa com base em 100% do CDI, ele estaria no fim de vinte e seis anos (ou 312 meses) *tri milionário*. Esse valor propiciaria retiradas mensais de R\$ 22 mil, ou seja, para alcançar seu padrão salarial teria de ser complementado com investimentos em PGBL.

Por isso, eu o sugeri também aproveitar a oportunidade de isenção fiscal e investir, desde o fim de 2001, ano da regulamentação do PGBL, 12% da renda bruta anual em todos os vinte anos até 2021. A suposição foi obter como rendimentos 100% do CDI, *proxy* da Selic anualizada.

Com uma renda anual tributável de 30 salários-mínimos vezes 12 vezes, ele investiu 12% dessa renda (percentual equivalente a 43,2 salários-mínimos) em PGBL. Deixou de pagar a alíquota de 27,5% de IR sobre este valor ao fazer sua declaração de imposto de renda (DIRPF) no modelo completo. Teve essa economia de *imposto a pagar*.

Com a devolução anual desse valor, por ter imposto retido na fonte acima do devido, aplicou esse valor e mais a diferença para completar os 12% da renda anual planejados no PGBL. Pela tabela fiscal regressiva, após dez anos, só pagará 10% de imposto sobre o sacado. O resultado da simulação está na tabela abaixo.

Simulação de Investimentos em PGBL com Rendimentos de 100% do CDI						
Reajustes Anuais	Salário Mínimo	Salário Médio 30 Sal. Mín.	PGBL 12% Renda Bruta	Devolução Anual Reaplicada	SELIC Anualizada	Saldos PGBL
abr/01	R\$180,00	R\$5.400,00	R\$7.776,00	R\$2.138,40	19,05	R\$7.776,00
abr/02	R\$200,00	R\$6.000,00	R\$8.640,00	R\$2.376,00	24,90	R\$18.352,22
abr/03	R\$240,00	R\$7.200,00	R\$10.368,00	R\$2.851,20	16,33	R\$31.717,14
mai/04	R\$260,00	R\$7.800,00	R\$11.232,00	R\$3.088,80	17,75	R\$48.578,93
mai/05	R\$300,00	R\$9.000,00	R\$12.960,00	R\$3.564,00	18,05	R\$70.307,43
abr/06	R\$350,00	R\$10.500,00	R\$15.120,00	R\$4.158,00	13,19	R\$94.700,98
abr/07	R\$380,00	R\$11.400,00	R\$16.416,00	R\$4.514,40	11,18	R\$121.704,55
mar/08	R\$415,00	R\$12.450,00	R\$17.928,00	R\$4.930,20	13,67	R\$156.269,57
fev/09	R\$465,00	R\$13.950,00	R\$20.088,00	R\$5.524,20	8,65	R\$189.874,88
jan/10	R\$510,00	R\$15.300,00	R\$22.032,00	R\$6.058,80	10,67	R\$232.166,53
jan/11	R\$545,00	R\$16.350,00	R\$23.544,00	R\$6.474,60	10,91	R\$281.039,90
jan/12	R\$622,00	R\$18.660,00	R\$26.870,40	R\$7.389,36	7,29	R\$328.398,11
jan/13	R\$678,00	R\$20.340,00	R\$29.289,60	R\$8.054,64	9,90	R\$390.199,12
jan/14	R\$724,00	R\$21.720,00	R\$31.276,80	R\$8.601,12	11,65	R\$466.934,12
jan/15	R\$788,00	R\$23.640,00	R\$34.041,60	R\$9.361,44	14,15	R\$567.046,90
jan/16	R\$880,00	R\$26.400,00	R\$38.016,00	R\$10.454,40	13,65	R\$682.464,80
jan/17	R\$937,00	R\$28.110,00	R\$40.478,40	R\$11.131,56	6,90	R\$770.033,27
jan/18	R\$954,00	R\$28.620,00	R\$41.212,80	R\$11.333,52	6,40	R\$860.528,20
jan/19	R\$998,00	R\$29.940,00	R\$43.113,60	R\$11.856,24	4,40	R\$941.505,04
fev/20	R\$1.045,00	R\$31.350,00	R\$45.144,00	R\$12.414,60	1,90	R\$1.004.537,64
jan/21	R\$1.100,00	R\$33.000,00	R\$47.520,00	R\$13.068,00	9,15	R\$1.143.972,83

Fonte: IBGE e BCB-DEMAB (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Obs.1: Hipótese de renda anual de 30 salários mínimos vezes 12 ou 360 salários mínimos

Obs.2: Aplica-se a devolução IRPF dos 12% *(0,275), completando 12% renda anual do trabalho.

No fim de 2021, somado o PGBL ao outro portfólio, onde acumulou R\$ 3.086.581, meu cliente, confiante no *padrão* dos condutores da política monetária, alcançou R\$ 4.230.554. Em 26 anos, após a meia-idade, ele se tornou *tetra milionário*.

Caso meu cliente (e a política de juros brasileira) continuar nesse ritmo de taxas de juro mensais, é possível deduzir até os 75 anos ele se tornará *penta milionário*. Com a moeda nacional apreciada em R\$ 5 / US\$ 1, será então *milionário em dólares*.

Considerando a Paridade do Poder de Compra, isto é, relacionando o poder aquisitivo dele com o custo de vida local, ele conseguirá comprar tudo necessitado (bens essenciais) com sua riqueza até sua esperança de vida findar. *Pronto! O Banqueiro Comunista emancipou mais um membro da classe trabalhadora!*

Um levantamento feito pela consultoria Econômica a pedido do CNN *Business*, comparou as evoluções das rentabilidades das principais aplicações desde o Plano Real, em 1º de julho de 1994, até julho de 2021. O CDI propiciou a rentabilidade acumulada de

5.689%. O dinheiro nessa aplicação multiplicado por 57 vezes em termos nominais, com um ganho médio de 17% ao ano.

A inflação desses anos acumulou 760% no total. Essa aplicação é similar a quem tivesse investido R\$ 1.000 em julho de 1994 – e nunca mais aplicasse – chegaria a julho de 2020 com R\$ 57.888,90.

O retorno do Ibovespa (renda variável) foi pouco menos da metade disso, pois a alta acumulada foi de 2.524%, ou ganhos médios de 13,6% ao ano. Para quem entrou com R\$ 1.000, significa ter saído com R\$ 26.236 depois de 26 anos.

A poupança obteve ganho acumulado no período foi de 1.227% com média de 10% ao ano. É um rendimento de R\$ 13.248 para quem aplicou R\$ 1.000 – *metade dos ganhos na bolsa e menos de um quarto do pago pelo CDI.*

Diferentemente das aplicações diretamente atreladas à taxa Selic ou ao CDI, a poupança tinha, até 2012, regras próprias de rendimento. Ela remunerava sempre 0,5% ao mês (6,17% ao ano), somada a uma outra taxa que também é definida pelo Banco Central, a TR (Taxa Referencial).

A TR está zerada desde 2017, mas não foi sempre assim. Embora sempre um pouco abaixo do CDI, historicamente, ela já garantiu à poupança rendimentos nominais elevados. Em 1994 e 1995, por exemplo, só a TR era de 2% a 3% ao mês. No ano, o rendimento da poupança chegava a passar dos 20%, em meados dos anos 1990.

Ao longo dos anos a TR também despencou até ficar em zero e, a partir de 2012, a regra mudou. Sempre quando a taxa Selic estiver acima de 8,5%, a remuneração da poupança segue como antes: 0,5% ao mês mais a TR. Se a Selic cai para abaixo dos 8,5%, a poupança remunera 70% da Selic.

O ouro e o dólar, tradicionalmente usados como investimentos especulativos, foram os menos rentáveis do período, com altas acumuladas de 2.491% e 447%, respectivamente. A valorização alcançada com o dólar, inclusive, perdeu para a inflação.

Rentabilidade julho de 1994 - julho de 2021: Retorno Nominal Médio Anual e Retorno Real				
Investimentos	Retorno Total	Retorno Médio Anual	Retorno Real	Retorno Real Médio Anual
CDI	5689%	17,0%	831,8%	9,0%
Ibovespa	2524%	13,7%	322,3%	5,8%
Poupança	1227%	10,1%	113,6%	2,9%
Ouro	2491%	13,6%	317,1%	5,8%
Dólar Ptax Venda	448%	6,8%	-11,9%	-0,5%

Fonte: Economática

Pergunto-lhe, meu raro leitor, vale a pena correr risco com oscilações do retorno esperado em *renda variável*, se em longo prazo a tendência histórica aponta a *renda pós-fixada*, sob a batuta da política de juros do Banco Central do Brasil, oferecer retorno superior?!

Uma conta indicativa da desigualdade de ônus e bônus no combate à inflação com base na elevação da SELIC/CDI é a seguinte.

A taxa de juro mensal equivalente a 12,75% aa é 1% am. Se desconta 35% em ações da riqueza financeira per capita dos 125.062 clientes do *Private Banking* (R\$ 13,769 milhões), em dezembro de 2021, grosso modo, restam R\$ 8,950 milhões para receber mensalmente em juros R\$ 76.072. Somente executivos da alta administração de empresas ganham algo próximo ou acima desse valor em renda mensal do trabalho.

Por sua vez, os 128 milhões de clientes do Varejo possuíam a riqueza per capita de R\$ 21.673. Se descontasse os depositantes de poupança e só considerasse 50,247 milhões de investidores em Fundos e Títulos e Valores Mobiliários, essa riqueza financeira per capita era no segmento do Varejo Tradicional (40,628 milhões clientes) R\$ 17.190 e no Varejo de Alta Renda (9,619 milhões clientes) R\$ 114.142.

Sem descontar cerca de 9% em renda variável (ações inclusive em fundos), esses segmentos caso conseguissem aplicar em 100% do CDI esses saldos médios per capita receberiam rendimentos mensais de juros, respectivamente, R\$ 146 e R\$ 970...

Daí se compreende a necessidade de trabalhadores de alta renda acumularem capital financeiro para na aposentadoria *substituir renda do trabalho por renda desse capital*.

Na faixa dos 10% mais ricos, com juro anual de 12,75% equivalente ao mensal de 1%, para ganhar R\$ 10.000 / mês em juros necessita ter acumulado um milhão de reais, na faixa dos 5% mais ricos, para ganhar R\$ 20.000 / mês em juros necessita ter dois milhões de reais, e assim por diante. Na faixa de 1% mais rico em renda do trabalho, para receber R\$ 50.000 em rendimentos de juros, necessita ter R\$ 5 milhões aplicados em renda fixa, atendido em alguns bancos como *Private Banking*. Só.

O Banqueiro Comunista “mata a cobra e mostra o pau”! Essa expressão popular significa afirmar algo e provar, sem deixar margem para dúvidas. *Eu nem preciso desenhar...*

Referências Bibliográficas

ADMATI, Anat & HELLWIG, Martin. *The bankers' new clothes: What's wrong with banking and what to do about it*. Princeton University Press (2013).

AHAMED, Liaquat. *Lords of Finance: 1929, The Great Depression, and the Bankers who Broke the World*. Windmill (2010).

AHAMED, Liaquat. *Lords of finance: the bankers who broke the world*. Penguin USA, Inc. (2014).

AMMOUS, Saifedean. *O Padrão Bitcoin: A Alternativa Descentralizada ao Banco Central*. Konsensus Network (2020).

BANCO AMBROSIANO. Calvi, Roberto & Cornwell, Rupert. *God's banker: the life and death of Roberto Calvi-Dodd*. Mead-Unwin paperbacks (1984).

BIRKENFELD, Bradley C.. *Lucifer's Banker Uncensored*. Rlic Book Publishers (2020).

BIRKENFELD, Bradley C.. *Lucifer's Banker: The Untold Story of How I Destroyed Swiss Bank Secrecy*. Greenleaf Book Group Press (2016).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª. ed., 1998.

BONIN, Hubert. *La banque et les banquiers en France: du moyen âge à nos jours*. Larousse (1992).

BRANDEIS, Louis Dembitz. *Other People's Money and How the Bankers Use It*. Barnes and Noble, Inc. (2011).

CHARRIÈRE, Henri. *Banco*. Círculo do Livro (1974).

CHERNOW, Ron. *The Death of the Banker: The Decline and Fall of the Great Financial Dynasties and the Triumph of the Small Investor*. Vintage (1997).

CHRISTAKIS, Nicholas A. e FOWLER, James H.. *O Poder das Conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*. Campinas: Blog Cidadania e Cultura; 2008.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; janeiro 2021.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; abril de 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Públicos no Brasil*. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo: EDUSP; 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; novembro 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; março de 2020.

COUPPEY-SOUBEYRAN, Jézabel & NIJDAM, Christophe. *Parlons banque en 30 questions*. La Documentation Française (2014).

DAVIS, Lindsey. *Ode to a Banker-Century* (2000).

DAY, Kathleen. *Broken Bargain: Bankers, Bailouts, and the Struggle to Tame Wall Street*. Yale University Press (2019).

DOWBOR, Ladislau. *Os Estranhos Caminhos do Nosso Dinheiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2013.

DOWBOR, Ladislau. *Resgatando o Potencial financeiro do Brasil*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung - Brasil, Análise n. 9; 2015.

ENRICH, David. *The Spider Network: The Wild Story of a Maths Genius, a Gang of Backstabbing Bankers, and One of the Greatest Scams in Financial History*. Random House (2017).

FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro: A História Financeira do Mundo*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.

FERGUSON, Niall. *The House of Rothschild: The World's Banker 1849-1999*. Volume 1. Penguin Group (2011).

FERGUSON, Niall. *The House of Rothschild: The World's Banker 1849-1999*. Volume 2. Penguin Non-Classics (2000).

FINCH, Gavin & VAUGHAN, Liam. *The fix: how bankers lied, cheated and colluded to rig the world's most important number*. John Wiley & Sons, Incorporated; 2016.

FRANCHINI, Roger. *Toupeira: O Assalto ao Banco Central*. Editora Planeta (2011).

GALBRAITH, John Kenneth. *Money: Whence It Came, Where It Went*. Titivillus; 1975.

GOLIN, Jonathan & DELHAISE, Philippe. *The Bank Credit Analysis Handbook: A Guide for Analysts, Bankers and Investors*. Wiley (2013).

GRAMEEN BANK - YUNUS, Muhammad & JOLIS, Alan. *Banker to the poor: micro-lending and the battle against world poverty*. PublicAffairs (2011- original de 2007).

GREEN, Charles H.. *Banker's Guide to New Small Business Finance: Venture Deals, Crowdfunding, Private Equity, and Technology* (2014).

HUDSON, Michael W.. *The Monster: How a Gang of Predatory Lenders and Wall Street Bankers Fleeced America – and Spawned a Global Crisis*. St. Martin's Griffin (2011).

HUDSON, Peter James. *Bankers and Empire*. University of Chicago Press (2017).

IRFAN, Harris. *Heaven's Bankers: Inside the Hidden World of Islamic Finance*. Constable & Robinson (2014).

IRWIN, Neil. *The Alchemists: Three Central Bankers and a World on Fire* (2013).

JOHNSON, Simon & KWAK, James. *13 Bankers: The Wall Street Takeover and the Next Financial Meltdown*. Vintage (2011).

JUAN, Aristóbulo de. *From Good to Bad Bankers: Lessons Learned from a 50-Year Career in Banking*. Palgrave Macmillan (2019).

KNEE, Jonathan A.. *The Accidental Investment Banker: Inside the Decade that Transformed Wall Street*. Oxford University Press (2006).

KUMAR, Rajnish. *The Custodian of Trust: A Banker's Memoir*. India Viking (2022).

LAMARQUE, Eric & MAYMO, Vincent. *Economie et gestion de la banque*. Dunod (2015).

LAMARQUE, Eric. *Stratégie de la banque et de l'assurance*. Dunod (2014).

LE BRET, Hugues. *No bank: L'incroyable histoire d'un entrepreneur de banlieue qui veut révolutionner la banque*. Points (2015).

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro: Ensaio de Antropologia Histórica*. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LeBOR, Adam. *Hitler's Secret Bankers: How Switzerland Profited from Nazi Genocide*. Head of Zeus.

LUYENDIJK, Joris. *Among the Bankers: A Journey into the Heart of Finance*. Melville House Publishing (2016).

LUYENDIJK, Joris. *Swimming with Sharks: My Journey into the World of the Bankers*. Guardian Faber Publishing (2015).

MACGREGOR, Jim & DOCHERTY, Gerry. *Prolonging the Agony: How The International Bankers and their Political Partners Deliberately Extended WWI*. Trine Day (2018).

MALLABY, Sebastian. *The World's Banker: A Story of Failed States, Financial Crises, and the Wealth and Poverty of Nations*. Penguin (2006)

MEHADJI, Nadir. *The Cat & The Banker: How to get started with investing - an illustrated story*. Marshall Cavendish International (26 Jan 2018).

MILLING, Bryan E.. *How to Get a Small Business Loan: A Banker Shows You Exactly What to Do to Get a Loan*. Sourcebooks (1998).

MINSKY, Hyman P. *Stabilizing an Unstable Economy*. McGraw-Hill; 1986.

MOHARKAN, Furquan. *The Banker Who Crushed His Diamonds: The Yes Bank Story*. Penguin Random House India Private Limited (2021).

PARK, Soo Jin. *Precisely How to Live: A Wall Street Banker's Playbook for Success, Values, and Joy*.

PESSOA, Fernando. *O Banqueiro Anarquista*. Lisboa: Antígona; 1995 (original janeiro de 1922).

PETTIFOR, Ann. *The production of money how to break the power of bankers*. Verso Books (2018).

PIKETTY, Thomas & ACKERMAN, Seth. *Why Save the Bankers And Other Essays on Our Economic and Political Crisis*. Houghton Mifflin Harcourt (2016).

POSNER, Gerald. *God's Bankers: A History of Money and Power at the Vatican*. Simon & Schuster (2015).

PRINS, Nomi. *All the Presidents' Bankers: The Hidden Alliances that Drive American Power*. Nation Books (2014).

PRINS, Nomi. *Collusion: How Central Bankers Rigged the World*. Nation Books, Hachette (2018).

ROCHE, Marc. *El Banco: Cómo Goldman Sachs dirige el mundo*. Grupo Planeta Spain (2011).

ROOS, Dolf de. *Real Estate Riches: How to Become Rich Using Your Banker's Money*. Wiley (2012).

ROSS, Shane. *The Bankers: How the Banks Brought Ireland to Its Knees*. Penguin Books Ltd (2010).

STALKER, Peter. *No Nonsense the Money Crisis: How Bankers Have Grabbed Our Money and How We Can Get It Back*. New Internationalist (2015).

SUBRAMANIAN, Ravi. *If God Was A Banker*. Rupa Publ. (2015).

SUBRAMANIAN, Ravi. *The Incredible Banker*. Rupa Publishers (2012).

TAUB, Jennifer S.. *Other people's houses: how decades of bailouts, captive regulators, and toxic bankers made home mortgages a thrilling business*. Yale University Press (2014).

VALENTE, Francesca & A.P. Giannini. *The people's banker*. Barbera Foundation, Inc. (2017).

VALENTE, Rubens. *Operação Banqueiro*.

VÁRIOS AUTORES. *Retrospectiva do Sistema financeiro 2021*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ; fevereiro de 2022.

YELLEN, Pamela G. *The bank on yourself revolution: fire your banker, bypass wall street, and take control of your own financial future*. BenBella Books, Inc. (2014).

YUNUS, Muhammad. *Banker to the Poor: The Story of the Grameen Bank*. Aurum Press (2013).

Obras do Autor com *links para download*

[Fernando Nogueira da Costa – Von Mises e Ciclo de Crédito. agosto 2022](#)

[Fernando Nogueira da Costa – Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza. agosto 2022](#)

[Fernando Nogueira da Costa – Cartalismo e Finanças Funcionais. julho 2022](#)

[Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Complexidade e a Arte da Política Pública. julho 2022](#)

[Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Grande Reversão Demográfica. julho 2022](#)

[Fernando Nogueira da Costa – Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo. julho 2022](#)

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa – *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Resumo da Tese de Elisa Kluger: Meritocracia de Laços*. março 2022.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018), oitenta e quatro livros digitais, muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 9,6 milhões visitas.